



A DEFESA NACIONAL

SUMÁRIO

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA

| | |
|--|----|
| NICARÁGUA SANDINISTA – ÉXITO SOVIÉTICO OU ERRO NORTE-AMERICANO? | 7 |
| Pascual C. Tozzi | |
| TERRORISMO, A “PRAGA” DAS NAÇÕES LIVRES: UMA “FORMA DE GUERRA” OU SIMPLES “CRIMINALIDADE POLÍTICA”? | 27 |
| Raúl François Martins | |
| A GUERRA LIMITADA SEGUNDO O ENFOQUE DAS SUPERPOTÊNCIAS E A APLICAÇÃO DE SEUS CONCEITOS ÀS NAÇÕES DO TERCEIRO MUNDO | 58 |
| Luiz Sergio Silveira Costa | |

ESTUDOS HISTÓRICOS, JURÍDICOS E SOCIAIS

| | |
|--|-----|
| CONSIDERAÇÕES E SUGESTÕES RELATIVAS À TELEDUCAÇÃO NO BRASIL | 68 |
| Taunay Drummond Coelho Reis | |
| O ENGENHEIRO E SOLDADO | 80 |
| Octávio Costa | |
| “SALA GEN AYROSA” – PROJETO MEMOFEB | 99 |
| Carlos de Souza Scheliga | |
| O COLÉGIO MILITAR EM SUA FUNDAÇÃO | 104 |
| Cláudio Moreira Bento | |
| O EXÉRCITO E A ABOLIÇÃO – CONCURSO LITERÁRIO TASSO FRAGOSO | 109 |
| Cláudio Moreira Bento | |

ORGANIZAÇÃO, TÉCNICAS E TÁTICAS MILITARES

| | |
|--|----|
| ATIRADOR DE ELITE: SEU EMPREGO NA “GUERRA NA SELVA” | 72 |
| José Carlos Pereira | |

| | |
|-----------------------------|-----|
| EDITORIAL | 5 |
| DESTAQUES DA IMPRENSA | 160 |
| INFORMAÇÕES | 172 |

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redatores — Primitivo Venâncio: BERTOLDO KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO & J. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

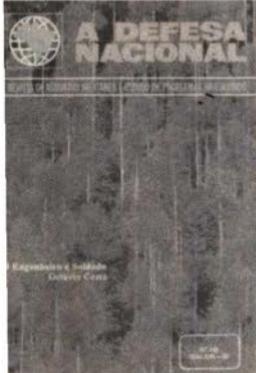
Anno I.

Grupo mantenedor: Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (redatores); Francisco de Paula Cidade, Mário Clementino, Lima e Silva, Pará Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompéu Cavalcante, Euclides Figueiredo, Tahorda, Amaro Villa Nova, Maciel da Costa.

(Fac-símile da portada do N.º 1, Ano I, 10 de Outubro de 1913 de "A Defesa Nacional".)

ÍNDICE DOS ANUNCIANTES

| | |
|---|---------------------|
| Banco Bamerindus do Brasil S.A. | 2 ^a capa |
| NEC do Brasil S.A. | 3 ^a capa |
| União de Bancos Brasileiros S.A. | 4 ^a capa |
| Fundação Habitacional do Exército | 4 |
| Banco do Brasil S.A. | 57 |
| FI Indústria e Comércio S.A. | 66 |
| Caixa Econômica Federal S.A. | 67 |
| Black & Decker Eletrodomésticos Ltda. | 71 |
| Companhia Hidro-Elétrica de São Francisco | 78/79 |
| Moinho da Lapa S.A. | 159 |
| Villares Control S.A. | 171 |



NOSSA CAPA

Ecologia. Tema de indiscutível seriedade vem sendo usado passionalmente para mistificar a opinião pública, acobertar interesses de diversos matizes e servir de instrumento de promoção pessoal. Nossa seção "Destques da Imprensa" transcreve artigos relacionados com o assunto, tratando de aspectos que vêm sendo explorados perversamente em relação aos interesses nacionais.



**VEJA.
CREIA.
CUIDE-SE.**

SEGURE, QUANTO ANTES, VOCÊ, OS
SEUS E O SEU PATRIMÔNIO. INGRESSE
NO FUNDO DE APOIO À MORADIA-FAM,
QUE ALÉM DA MORADIA OFERECE O

MAIOR E MELHOR SEGURO DE
VIDA E ACIDENTES.

E SEGURE TAMBÉM O SEU VEÍCULO, EM CONDIÇÕES EXCEPCIONAIS, PELO
CONVÊNIO FHE/BRADESCO.

MAIORES INFORMAÇÕES, COM O REPRESENTANTE DA FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO
EXÉRCITO, NA SUA ORGANIZAÇÃO MILITAR.



FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO

OFERECENDO O QUE HÁ DE MELHOR EM SEGURANÇA.



EDITORIAL

O DIREITO DE GREVE

O regime capitalista, quando democrático, pressupõe o direito de greve – o socialista, não.

Não obstante, nele a greve é entendida como recurso extremo a se aplicar nos conflitos entre o capital e o trabalho, tendo em vista as perdas que dela resultam para ambas as partes: a paralisação do trabalho reduz a produção, que reduz o capital; e a redução do capital importa na redução da capacidade de financiar o trabalho.

E mais: os efeitos perversos das greves não se restringem às partes diretamente envolvidas no conflito, mas se ramificam, prejudicando direitos de outros segmentos da sociedade e debilitando a economia do Estado, que se reflete na qualidade de vida do cidadão.

Assim sendo, nenhum país democrático que se queira organizado e próspero dá, ao direito de greve, irrestrita liberdade. Ele se munе de instrumentos legais, de modo a proteger os direitos das partes alheias ao conflito e a limitar as perdas econômicas que inabilitem o Estado.

E a que assistimos?

A greve é o primeiro brado de reivindicação trabalhista.

Qualquer que ela seja, anuncia-se “por tempo indeterminado”. Importante é intimidar o capital logo de saída, para que ele sinta a força do movimento de pressão. A reação do capital se faz, então, imediata e cria-se um impasse que se prolonga em demasia, resistente a toda tentativa de intermediação, a qualquer apelo ao bom senso.

Mas não é só.

A legitimidade da greve se faz nebulosa, já que, de comum, imposta de cima para baixo, por minorias sindicais ideologicamente comprometidas, a um universo constituído de filiados e não filiados aos sindicatos, cuja adesão se força compulsória, pela intimidação

violenta de piquetes, da ocupação de instalações patronais e de outras manifestações marcadas pelo autoritarismo que se diz condenar, quando exercido pelos responsáveis em defender a lei e a ordem.

Reivindica-se sempre além do sensato e se contabilizam, como vitória, os prejuízos causados às empresas e ao Estado, enquanto se agride a sociedade, negando-lhe o exercício dos seus direitos mais elementares – o direito de ir e vir, o direito à educação e à saúde – quando não se compromete a própria integridade física do cidadão.

É a prevalência de um direito constitucional exercido por poucos sobre os direitos constitucionais garantidos à sociedade como um todo, mesmo que à margem das decisões arbitrais da justiça.

A continuar a irracionalidade grevista, não tardará a emergir a irracionalidade de suas vítimas.

Com isso estará criada, pela determinação dos que a patrocinam, as condições ideais para que estes assumam o poder.

Sobre a situação que se esboça, nunca é demais repetir os conselhos que Carlos Marighela deixou registrados em seu manual de guerrilha urbana, e que foi reproduzido no corpo de um artigo publicado em nossa edição do bimestre anterior: "... criar uma situação interna em que o governo não tenha outra opção que não o uso de medidas repressivas sempre maiores, através de distúrbios legais, de danos à propriedade e de perdas de vidas humanas. O objetivo é tornar a vida insuportável para o povo, transformando uma situação política em uma situação militar".

Paradoxamente, procura-se substituir o capitalismo pelo socialismo, através do emprego de uma arma que será destruída tão logo se concretize a mudança almejada...

É tempo ainda de se dar conta de tudo isso: o empresariado e o trabalhador; o Governo e o Congresso; o Estado e a Sociedade.



NICARÁGUA SANDINISTA – Exito soviético ou erro norte-americano?

Pascual C. Tozzi

Tradução de artigo publicado na Revista Militar argentina (Nº 718, Set/Dez 87).

O autor apresenta uma análise retrospectiva da história política da Nicarágua e identifica os erros da política externa norte-americana no Caribe e a dinâmica marxista de tomada do poder.

NICARÁGUA SANDINISTA

Exito soviético ou erro norte-americano? O objetivo deste ensaio é mostrar como se desenvolve e sobre que bases avança um dos grandes males que ameaça a América Latina: a guerra revolucionária.

Para isto, foram reunidas e consultadas diversas fontes de informações, inclusive de origem comunista, a fim de que estas linhas sejam o mais objetivas e realistas possível.

Trata-se de um ensaio, e seria gratificante se algum leitor decidisse levá-lo em conta em seus futuros estudos. Melhor ainda, muito serviria à causa da

trabalhar, cada ano mais mentes para cultivar e, ao mesmo tempo, menos recursos para educação; cada vez mais famílias que procuram um teto e, paralelamente, menor número de casas; cada vez mais enfermos para atender e cada ano menos recursos médicos e sanitários.

Essa é a realidade, o quadro no qual estão sendo produzidos, em nosso continente, dois movimentos paralelos: um é o da tomada de consciência do drama que nos alige, por parte das populações necessitadas, o que origina uma proposta de renovação e adequação das antigas estruturas políticas, econômicas e sociais, nem sempre ordenada, nem encarada corretamente, que alguns apressados pretendem resolver por meio da ação violenta; e, por outro lado, existe a gestação da guerra revolucionária comunista, que apregoa e desenvolve distintas táticas, prometendo um desenvolvimento mais rápido que o decorrente da proposta anterior, aproveitando-se da tentação que nela existe para as soluções violentas.

Nessa ação subversiva, o comunismo aproveita todas as contradições que a realidade continental oferece, para infiltrar seus agentes, corromper a sociedade, semear a discórdia e o desalento e, finalmente, desencadear uma violenta ação arma-

da (guerra de guerrilhas), com a qual projeta conquistar o poder.

RETROSPECTIVA NECESSÁRIA

Em 1979, quando Richard M. Nixon publicou seu livro, *A Verdadeira Guerra*, o problema centro-americano estava circunscrito, desde 1959, à Ilha de Cuba. Enclave estrategicamente posicionado no quintal dos Estados Unidos, convertera-se na ameaça marxista no continente americano.

Nesse mesmo ano, a União Soviética consolidava, através dos movimentos revolucionários, uma cunha no setor continental, ao conseguir o triunfo da Revolução Sandinista, na Nicarágua, e a consequente conquista do poder pela força.

Encravada em um amplo istmo, que une os territórios da América do Norte à América do Sul, a República da Nicarágua, banha suas costas com águas do Oceano Pacífico e do Mar do Caribe.

Essa região se caracteriza, no geral, pela pobreza e pelas grandes desigualdades sociais, que têm sido, e continuam sendo, seu maior problema.

Típica expressão da vida dos trópicos, a República da Nicarágua, com 140.000 km² de superfície, é formada por terras baixas e pantanosas, caracteriza-

das pelo calor e alto grau de umidade.

Atualmente, sua população é estimada em 2.800.000 habitantes, etnicamente divididos em uma maioria mestiça (75%), uma minoria branca, uns 10% de negros e apenas uns 4% de índios.

Conquistada sua independência da Espanha, em 1821, o conflito interno foi a característica que se manifestou como símbolo nacional.

A política externa dos Estados Unidos para a América Latina, nos últimos trinta anos, pelo temor de que se produzissem levantes revolucionários ao estilo de Cuba, levou essa superpotência a apoiar as ditaduras que, durante décadas, governaram os países do continente.

A queda da "dinastia Somoza", de acordo com a opinião do Professor William M. Loe Grande, da American University, provocou a transformação desse temor em obsessão e, assim, os Estados Unidos decidiram, por qualquer meio, evitar a tomada do poder na Nicarágua pelos sandinistas para, posteriormente, no que pesem os conflitos entre o Congresso e o Presidente Reagan, procurar fundos suficientes para sustentar os "contras", que combatem o regime instaurado nesse país centro-americano.

Loe Grande argumenta que,

para evitar que a Nicarágua se converta, definitivamente, em "outra Cuba", os Estados Unidos devem evitar os mesmos equívocos cometidos em suas relações com Havana.

Nicarágua foi vítima, desde a segunda metade do século passado, de políticos e aventureiros norte-americanos, e o primeiro intervencionismo estadunidense ocorreu em 1856, quando ascendeu presidente do país, "misteriosamente", William Walker, um aventureiro oriundo do Tennessee, que tinha sido contratado um ano antes com um grupo de setenta milicianos, para impor a posse dos liberais de Lein.

Cabe esclarecer que a rivalidade existente entre as cidades de Leon (dominada por um grupo liberal anticlerical) e a cidade de Granada (dominada por conservadores) é que vai motivar as lutas internas pelo domínio do poder.

O governo de Walker seria breve, só um ano, ao término do qual renunciaria ao cargo e regressaria aos Estados Unidos. Mas seu mau governo serviu para que a facção oposta, os conservadores, assumisse o poder e o mantivesse eficientemente até 1893.

É final de século, e a política decididamente intervencionista propugnada por Theodore Roosevelt levou os Estados Unidos

à guerra com a Espanha. Como resultado, Madrid perdeu Cuba, que passou a ser, teoricamente, independente, e as Ilhas Filipinas, que caíram sob o domínio norte-americano.

É o começo da política preconizada pelo *slogan* segundo o qual, com os países latino-americanos, tem-se que empregar "uma voz suave e um firme garrote."

Roosevelt chegou à Casa Branca em 1900, como vice-presidente de William McKinley, assassinado no ano seguinte, e exerceu a primeira magistratura dos Estados Unidos de 1901 a 1909. Em 1903, favoreceu o movimento separatista panamenho, convencido de que a construção do canal transoceânico convinha à expansão norte-americana. Em 1912, voltou a postular a presidência, mas fracassou. Não obstante, nesse mesmo ano, ocorreu a primeira intervenção na Nicarágua, que passou a ser um virtual protetorado.

Os fuzileiros navais foram enviados ao país centro-americano com o propósito ostensivo de "proteger vidas e propriedades de cidadãos norte-americanos, em um período de grande agitação civil". Mas a verdade histórica é que, já em 1909, os Estados Unidos haviam apoiado a sublevação do General Juan José Estrada, com o auxílio de

um destacamento militar instalado em Manágua.

A remessa de tropas, em 1912, deveu-se a um pedido do vice-presidente em exercício, Adolfo Dias (Estrada tinha sido obrigado a renunciar), que solicitou o auxílio dos Estados Unidos "para manter a ordem interna".

Na realidade, o interesse dos Estados Unidos na Nicarágua era, de início, estratégico. Considerava-a, em certa época, de possível utilização para o canal interoceânico que, posteriormente, se construiu no Panamá. A Nicarágua, porém, continuou conservando um enorme valor para a defesa dessa via aquática. Isso não foi obstáculo também para que Washington assumisse o controle da alfândega nicaraguense, para assegurar a reintegração dos empréstimos efetuados, primeiramente pelos bancos americanos, e, logo, pelos europeus, a fim de evitar que esses últimos provocassem intervenções armadas a fim de assegurar a cobrança dos seus créditos. A intervenção durou até 1925.

A Nicarágua tinha tido eleições um ano antes, as quais só haviam servido para acentuar o antagonismo entre liberais e conservadores. Houve um golpe de Estado seguido de uma série de renúncias de presidentes que não conseguiram manter-se no

poder, até que, por fim, Adolfo Díaz novamente logrou assumir a primeira magistradura do país até fins de 1926.

Por tudo isso, os liberais, encabeçados pelo Dr. Juan B. Sacasa, denunciaram ao mundo (e pediram ajuda exterior) a derrrocada de seu "governo de coalisão legalmente eleito". Sómente o México se pronunciou a favor dos liberais, e isso, segundo o historiador David Haward Bain, resultou fatal para eles.

Em um ensaio publicado no *American Heritage*, Bain sustentou que o governo norte-americano de Calvin Coolidge (que na oportunidade estava envolvido em um conflito por concessões petrolíferas com o Partido Liberal, que governava o México) prestou bons ouvidos à denúncia de Adolfo Díaz de que "o exército liberal tinha reforçado suas fileiras com trezentos bolchevistas mexicanos". Não é demais dizer que essa mentira repercutiu no Departamento de Estado, onde se começou a falar de um "hegemonismo bolchevista promovido pelo México", introduzido como uma cunha entre os Estados Unidos e o Canal do Panamá.

Foi assim que, na noite de natal de 1926, os navios *USS Rochester*, *USS Cleveland* e *USS Danver*, ao comando do Contra-Almirante Julian L. Latimer, penetraram sigilosamente

em Puerto Cabezas, na área de Costa Mosquito, a nordeste da Nicarágua. A escolha de Puerto Cabezas deveu-se ao fato de que era o ponto de serragem e exportação de caoba, propriedade da Standard Fruit Company, e que tinha sido ocupado por pessoas consideradas "hostis" pelo Departamento de Estado.

Existiam razões que levaram os Estados Unidos a selecionar Puerto Cabezas para o desembarque. A primeira era que Sacasa, obrigado a fugir de Manágua para o porto caribenho de Bluefield, pelas forças conservadoras, devia assim mesmo afastar-se desse porto, sua capital provisória, ao surgirem os navios norte-americanos, e transladar-se para Puerto Cabezas com seu "exército liberal".

A segunda era que ali haviam desembarcado umas setecentas toneladas de cargas e munições que Sacasa e seus partidários tinham adquirido em New Orleans, as quais o Almirante Latimer levava instruções para confiscar e lançar na baía.

A terceira e última, ao que pesem os protestos do próprio Sacasa, virtual prisioneiro dentro de sua residência, era a já referida "proteção da vida e propriedades de norte-americanos," sob pena de morte para "quem se aproximasse a menos do raio de alcance de um fuzil".

Entretanto, antes que as ar-

mas e munições pudessem ter sido lançadas na água, um grupo, "increible", integrado por seis soldados liberais e um número não determinado de prostitutas do porto, logrou safar-se com trinta fuzis e seis mil cartuchos. Seu líder era um homem de baixa estatura e aspecto pouco imponente que se chamava Augusto César Sandino, o qual tinha navegado durante nove dias pelo Rio Cocos, em uma canoa feita com um tronco cavado, desde as terras altas do interior, para conseguir algumas dessas armas para seus companheiros irregulares.

De todos os oficiais das forças liberais, Sandino foi o único que ignorou as ordens de Latimer para desarmar-se. Ele propôs-se a um claro desafio, que provocou grandes antagonismos e divisões dentro dos Estados Unidos, e sua ação guerrilheira, durante seis anos, foi altamente cara em vidas e dinheiro. Tanto é assim que, em questão de semanas, tornou-se evidente que a força de Latimer, de 16 barcos, 215 oficiais, 3.900 soldados e 865 fuzileiros, não era suficiente para ocupar a Nicarágua de forma eficaz. Porém, nesse momento, o nome de Sandino já se tinha transformado em um símbolo.

Augusto César Sandino nasceu em 18 de maio de 1895, em uma aldeia tolteca do su-

doeste da Nicarágua chamada Niquinimomo. Seu pai, Gregório Sandino, era dono de um pequeno estabelecimento rural, onde produzia café e criava algum gado. Ele legou a seu filho a paixão pela política liberal.

Sua mãe, Dona Margarita Calderón, era em parte índia, e Sandino dela herdou a tez morena.

O jovem Augusto já tinha concluído sua educação, quando se produziu a detonação revolucionária, que culminou com a primeira ocupação da Nicarágua pelos marines, em 1912, e já administrava algumas das terras de seu pai, quando teve oportunidade de presenciar como o líder liberal revolucionário Benjamín Zeledón foi arrastado pelas tropas do presidente Adolfo Díaz, amarrado pelos pés ao seu próprio cavalo.

Em 1921, Sandino viu-se obrigado a abandonar o país, por motivo de uma questão pessoal com um funcionário conterrâneo (alguns insistem que, posteriormente, Sandino o matou) e deve ter-se protegido, primeiro em Honduras, depois, na Guatemala, onde trabalhou para a United Fruit Company e teve seu primeiro contato com o imperialismo norte-americano, e finalmente no México.

Nesse último país, centro receptor de exilados de toda a América Latina, o jovem Sandi-

no assimilou, nos debates da União Centro-Americana, a necessidade de serem criadas organizações de trabalhadores e de serem recuperadas, para eles, áreas de recursos econômicos, objetivo largamente aca-riado pelo liberalismo popular.

Tal como se tem podido comprovar, o interesse dos Estados Unidos pela Nicarágua foi crescendo, à medida que se sucediam os diversos entraves que gravitaram em torno da construção do Canal de Panamá, a ponto de, quando este já estava liberado para o trânsito, a partir de 1914, haver quem insistisse em que se devia construir outra via interoceânica alternativa, através da parte meridional da Nicarágua. Com esses objetivos, e favorecido pela corrupção dos políticos conservadores governantes, Washington depois dois presidentes, promoveu outros dois "a dedo" e sufocou, ao menos, uma revolução, desembarcando *marines* e levando a cabo uma ocupação do país que durou quase vinte e um anos.

Uma das denúncias de Sandino foi que a provisão realizada pelo governo de Wilson à Nicarágua, como pagamento de direitos para a construção desse canal, e que se elevara a três milhões de dólares foi, em parte, empregada para subornar funcionários do governo mas, em sua maioria, foi parar em

bancos norte-americanos, para cobrir parte da dívida externa da Nicarágua.

Mas, possivelmente, o que mais o feria era o conhecimento de que, em 1926, em nenhuma parte da América Central, o domínio norte-americano era tão forte como na Nicáragua: as plantações de café, banana e açúcar, as províncias minerais, as extensas selvas de *caoba* e de *pinos*, as ricas terras de pastagem para criação de gado, eram propriedade norte-americana ou administradas por norte-americanos, assim como as serrarias, as instituições financeiras (incluído o Banco Nacional de Nicarágua), as alfândegas e ferrovias.

As companhias frutícolas, Standard Fruit Company e United Fruit Company, controlavam, entre ambas, algo em torno de 63.000 hectares de plantações.

Diante desse quadro, Sandino juntou suas economias de uns 3.000 dólares e se deslocou para as terras altas de Nueva Segovia, de onde começou a organizar os mineiros. Ao saber que Sacasa havia sido praticamente deposto pelos norte-americanos e fugido para Puerto Cabezas, onde se encontravam os armamentos comprados em New Orleans, Sandino partiu para lá, onde chegou poucos dias antes dos barcos de guerra do Almirante Latimer.

Forçoso é reconhcer que sua aparência, mais que peculiar, não impressionou grandemente a Sacasa nem a seu Ministro da Guerra, José Maria Moncada. Em que pese esse pró-americano, ex-diretor de escola e periodista conhecer muito bem o pai de Sandino e suas atividades políticas, o filho lhe parecia algo assim como um aventureiro desequilibrado.

Por sua parte, este desconfiava de Moncada, porque havia sido ministro durante o primeiro governo de Adolfo Díaz, e o classificou de "renegado conservador", quando o veterano general não só lhe negou mais armas como o intimou a devolver as que havia roubado do porto e a abandonar, de imediato, seu refúgio nas montanhas.

Muito cedo, soldados liberais começaram a desertar para incorporar-se à guerrilha e a força de Sandino passou a ser o único exército organizado da Nicarágua, afora o correspondente aos conservadores, ao qual inflingiu uma grave derrota, em El Bejoco, tomando-lhe milhares de fuzis e milhões de cartuchos. Como consequência, as tropas de Moncada começaram a passar em massa para suas fileiras e o general, enfurecido, tentou, sem êxito, assassinar Sandino. Em junho de 1928, as forças de Sandino haviam aumentado. Seu refúgio do cerro El Chipote,

em Las Segovias era considerado inexpugnável e seu estado-maior tinha caráter internacional, já que o integravam personagens como Rubén Ardilla Gomez, da Venezuela; José Paredes, do México; Farabundo Marti, de El Salvador e Gregório Gilbert, da República Dominicana.

Cabe assinalar que, durante essa época, El Chipote sofreu ataques da Força Aérea Norte-Americana, e que correspondentes norte-americanos lançaram acusações contra Washington por haver usado gases asfixiantes, que a Marinha dos Estados Unidos jamais desmentiu. A Guarda Nacional, sob oficiais norte-americanos, participava das operações contra aqueles que já tinham o sobrenome de "sandinistas".

Finalmente, em 2 de janeiro de 1933, os últimos infantes da Marinha dos Estados Unidos partiram da Nicarágua, após uma série de derrotas no ano anterior, levando em conta, também, as eleições desse ano (Franklin Delano Roosevelt, democrata, derrotou Herbert Hoover, republicano, o grande inimigo de Sandino). Não obstante, antes de partir, deixaram o comando da Guarda Nacional nas mãos de um homem com antecedentes criminais, um ano mais novo que Sandino, filho de um grande produtor de café e

nascido a poucos quilômetros do lugar onde nasceu o líder guerrilheiro, chamado Anastasio Somoza Garcia.

O Dr. Juan B. Sacasa foi eleito presidente e os elementos mais progressistas, tanto conservadores como liberais, pressionaram para que Sandino fosse chamado à mesa de negociações para pacificar o país. Mas este se recusou, desconfiado de uma eleição "feita sob as baionetas norte-americanas" e, sobretudo, do "yanquista" (como Sandino chamava Somoza) que, nesse momento, era o "homem forte" da Guarda Nacional.

Lamentavelmente, não se equivocava. Assistiu as conversações de paz, em janeiro de 1933, e convidados pelo próprio Sacasa, seus guerrilheiros entregaram parte de suas armas e receberam terras e assistência para um projeto comunitário. Sandino nada reclamou para si, salvo a conservação de uma guarda pessoal de 100 homens. A saída dos yankees, porém, não produziu nenhuma mudança social, e seus ex-guerrilheiros, já desarmados, começaram a ser acossados pela Guarda Nacional.

Ante suas denúncias, um enviado governamental levou-lhe um convite de Sacasa para cear, em 21 de fevereiro de 1924, no palácio presidencial, dando-lhe toda sorte de garan-

tias. Simultaneamente, Somoza promovia, em seu domicílio, uma conferência com 16 oficiais da Guarda, aos quais assegurou que vinha da Embaixada dos Estados Unidos, onde o embaixador Arthur Bliss Lane lhe havia assegurado estar a favor e recomendava a eliminação de Sandino, por ser uma ameaça à paz interna da Nicarágua, lavrando-se uma ata, que todos firmaram, dando-se rápida forma ao complô para assassinar o líder guerrilheiro.

Cinco horas mais tarde, às 22 horas, Sandino, seu pai e o secretário de Sacasa, Salvatera, se despediram do mandatário e saíram do palácio presidencial em uma limosine que, a poucos metros, seria detida face a um caminhão da Guarda, aparentemente avariado, o qual bloqueava o caminho. Um sargento armado com uma metralhadora Thompson os convidou a sair do automóvel, enquanto Sandino ordenava seus companheiros a não resistir e subir no caminhão, como lhes era exigido.

Um civil que presenciou os fatos correu ao palácio e informou ao presidente Sacasa o que estava ocorrendo. Este tratou de chamar Somoza por telefone, segundo narra David Harvard Bain, mas não obteve resposta. Mais ainda, todos os esforços para localizá-lo fracassaram.

O caminhão partiu, entretanto, com rumo desconhecido, logo que don Gregorio Sandino e Salvaterra foram deixados em liberdade. Poucos minutos mais tarde, em um local isolado, Sandino e dois dos seus generais foram obrigados a sentar em uma rocha, sendo aí baleados. Segundo seus próprios assassinos, as últimas palavras de Sandino foram: "Meus líderes políticos me julgaram uma brincadeira incômoda". Sócrates Sandino, seu irmão, foi também eliminado essa noite, como o foram 300 homens, mulheres e crianças vinculados à guerrilha, na localidade de Wimilf, às margens do Rio Cocos. Sacasa passou a ser um virtual prisioneiro em seu próprio palácio, até que, em 1936, foi derrubado por um golpe-de-estado somozista. Em novembro desse mesmo ano, o próprio Somoza ascendeu à presidência, iniciando sua fatídica dinastia.

Somoza impôs e derrubou presidentes a seu capricho até 1950, quando voltou a ser presidente. Mas, em 1956, foi assassinado por um oficial da Guarda, sucedendo-lhe, ano seguinte, seu filho Luis Somoza Debayle. Em 5 de janeiro de 1967, por fim, foi eleito seu irmão, Anastácio (Tachito) Somoza Debayle que, deposto em 19 de julho de 1979, fugiu para o Paraguai e foi assassinado em Assunção,

em setembro de 1980.

Sandino tinha sido morto violentamente, como violentamente morreram seus assassinos. Mas ao inverso desses, que se dedicaram a expoliar seu próprio país, o líder guerrilheiro tinha deixado acesa a chama do nacionalismo antiimperialista, ainda que os hoje sucessores do sandinismo lhe tenham dado um tom de radicalizado terceiromundismo e de declaração marxismo-leninismo.

Sandino, incidentalmente, rechaçava indignado a idéia de que se relacionara com o comunismo e suas doutrinas. Por essa razão, afastou seu próprio secretário, Farabundo Marti, fundador do Partido Comunista de El Salvador, que o Comitê havia enviado, expressamente, para "catequizá-lo". Expulso da guerrilha em 1930, Marti admitiu esse propósito, pouco antes de ser executado em seu país, em 1932.

A chamada Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) foi fundada por Carlos Fonseca Amador, Tomás Borge Martínez e Sílvio Mayorga, em 1961, e recebeu o nome de "Sandinista", em 1962, tão-somente porque simbolizava a luta contra a dinastia somozista e o imperialismo norte-americano. Mas suas origens remontam, em realidade, a junho de 1944, quando foi criado o Partido So-

cialista Nicaraguense (PSN), stalinista.

Fonseca Amador, na década de 50, era um ativo dirigente da ala jovem da PSN e, junto com Borge, organizou um grupo comunista na universidade da cidade nicaraguense de Granada. Admiravam Sandino e sua luta, mas, fiéis a Moscou, jamais se opuseram à qualificação de "burguês nacionalista barato" que os comunistas aplicavam ao líder guerrilheiro.

Em realidade, a FSLN começou como um minúsculo movimento guerrilheiro (um entre vários), entre 1959 e 1961, estimulado pela revolução cubana, mas jamais representou um problema sério para a ditadura somozista e só empreendeu algumas escaramuças ocasionais. Durante os anos 60, e apesar de um contato direto com Havana, a FSLN não exerceu nenhuma atração no plano militar, nem logrou exercer impacto algum sobre a população rural, apesar de haver assumido sua direção o ex-ajudante de Sandino, Santos López.

Não obstante, a organização sobreviveu a seus fracassos e, na década de 70, seu sistema de recrutamento, suas organizações rurais e urbanas de apoio e sua própria liderança haviam melhorado enormemen-

te. Anos antes, haviam-se incorporado a ela jovens estudantes, como os irmãos Daniel e Humberto Ortega Saavedra.

Em dezembro de 1974, em uma ousada investida, uma fração da FSLN tomou a residência do ex-ministro da Agricultura José Maria Chema Castillo, um adepto de Somoza, capturando a flor e nata da alta sociedade nicaraguense, ali reunida em uma recepção, além do chanceler, dois embaixadores e destacados homens de negócios. Como resgate, obtiveram a liberdade de 14 sandinistas presos, que voaram para Cuba, a leitura de um comunicado no rádio e um milhão de dólares em espécie.

Apesar do êxito dessa ação, 1975 e 1976 foram dois anos desastrosos. Mauricio Duarte Alvarez, que tinha planejado o ataque à residência de Castillo, morreu durante um encontro, em Jinotepe, em janeiro de 1976, justo um dia antes de Fonseca Amador ser abatido nas montanhas do norte. Entre os que foram capturados pela ditadura, em fevereiro de 1976, estava Tomás Borge Martínez.

Em meados da década de 70, a Frente se dividiu em três frações. Os mais jovens, encabeçados logo pelo ministro da Agricultura, Jaime Wheelock, inspirados no êxito de Salvador Allende no Chile, queriam uma

rebelião que não estivesse centrada no campo e sim na organização dos trabalhadores nas cidades. Seu grupo denominou-se "Tendência Proletária" (TP).

O TP enfrentou a "velha guarda" frentista, que liderava Tomás Borge e seguia a linha castrista de permanecer nas montanhas, até que se dessem as condições para lançar a guerra revolucionária. Autodenomina-se "Tendência Guerra Popular Prolongada" (TGPP).

A situação apresentada converteu os irmãos Ortega em árbitros da mesma, com a sua "tendência Insurreccional" (TI), autodenominada "terceirista", cuja teoria, que mais tarde resultou ser exitosa, consistia em empregar a força armada para encabeçar uma oposição ampla e formada por uma aliança de todas as manifestações políticas.

Pela idade, seus integrantes estavam mais próximos dos "Proletários", mas ideologicamente e por influência cubana, aproximavam-se mais de Borge e sua TGPP. Derrotado Somoza, os Ortegas eram os mais fortes, inclusive porque tinham mais homens sob armas, ainda que nenhum dos três grupos pudesse vencer os outros dois.

O assassinio de Joaquín Chamorro Cardenal, em Manágua, ocorrido a 10 de janeiro de 1978, produziu uma explosão

maciça de hostilidade popular contra o regime de Somoza, sob a forma de ajuda à FSLN, manifestações e violências contra a Guarda Nacional e o governo. Ao mesmo tempo sobressaía entre os "Insurrecionistas", por seu porte e audácia, um homem que recordava muito Fidel Castro. Chamava-se Eden Pastora, o herói mais popular da revolução e conhecido mais por seu nome de guerra, "Comandante Zero".

Em agosto de 1978, Pastora encabeçou um ataque espetacular contra o Palácio Nacional, libertou importantes líderes sandinistas prisioneiros e fez com que muitos cidadãos se dobrasse à revolta. Seus outros camaradas, entretanto, o temiam por sua audácia e por ter chegado a acumular tanto prestígio, que poderia "roubar-lhes o protagonismo". Por essa razão, deixaram-no fora da Condución Nacional, depois da vitória, e foram limitando suas faculdades, até que, em julho de 1981, ele renunciou, desgostoso pelo caminho que havia tomado a revolução. Exilou-se, junto com alguns amigos fiéis e, finalmente, incorporou-se à revolução armada. "Como Sandino", afirmou o analista mexicano Gabriel Zaid, "Pastora foi um nacionalista pragmático que não pôde inspirar confiança aos revolucionários científicos, e logo, ao buscar ajuda externa à sua

rebelião contra os sandinistas, tampouco logrou ganhar a confiança da CIA".

Finalmente, unificado o comando guerrilheiro, entre dezembro de 1978 e março de 1979, sob diretrizes emanadas de Havana, a resistência somo-zista entrou em debaque irremediável e, em 19 de julho desse ano, o povo deu vazão ao seu júbilo nas ruas de Manágua para festejar a derrota da ditadura.

Tomás Borge, pelo que se afirma, era o comandante mais querido da FSLN, e se afirma também que, se Jimmy Carter tivesse conseguido reeleger-se em 1980, a situação entre os Estados Unidos e a Nicarágua teria sido possivelmente outra. Mas venceu Reagan, e sua agressividade favoreceu os Ortegas, partidários acérrimos de um estrito controle interno e uma forte defesa externa. Ao obter Daniel a presidência, em novembro de 1984, e Humberto a chefia das Forças Armadas, a situação na Nicarágua adquiriu grande semelhança com o que ocorreu em Cuba, com os irmãos Fidel Castro e Raúl Castro.

Visando a essa eleição, a FSLN foi anulando progressivamente a oposição, desde 1979. Assim, a Junta de Governo de Reconstrução Nacional (JGRN) ficou integrada pelos sandinistas

Daniel Ortega e Moisés Hassan, o sandinista encoberto Sérgio Ramírez, Violeta Barrios Chamorro, viúva do diretor de La Prensa assassinado, e Adolfo Robelo (a Sra. de Chamorro renunciou, por problemas de saúde, e Robelo por desacordo com a nacionalização de bancos, ambos em abril de 1980).

Com o amordaçamento progressivo da imprensa, todo o poder coercivo da FSLN entrou em ação, inclusive contra suas próprias fileiras. Pastora, que em 1981 havia declarado que a FSLN tinha "transformado uma ditadura de direita em outra de esquerda" e que seus companheiros de armas eram "novos Somozas", exilou-se em Costa Rica, de onde encabeçou a coalisão entre a Frente Revolucionária Sandinista e a Aliança Revolucionária Democrática (FRS/ARDE) e começou operações de guerrilha.

Mas esse não foi o único movimento de oposição ao sandinismo. Em 1981, nicaragüenses exilados, que buscaram refúgio no exterior, formaram as Forças Armadas Revolucionárias da Nicarágua (FARN). De início, incorporaram-se a elas ex-membros da Guarda Nacional que tinham fugido, em 1979, logo após a queda de Somoza, mas logo a eles se juntaram compatriotas que, ainda que tivessem sido opositores ativos da ditadu-

ra, descobriram bem pronto que seus ideais e esperanças depositadas na FSLN haviam sido fraudados.

Alguns deles se concentraram em Miami, enquanto outros passaram a operar de Costa Rica e, especialmente, de Honduras, de onde começaram a excursionar para a Nicarágua. Logo coordenaram operações com os grupos de Pastora, obtiveram apoio dos Estados Unidos, e o homem de rua lhes colocou o apelido de "os contras". Neles Reagan se baseou para manter focos de luta contra a FSLN e sua tendência pró-soviético-cubana.

IMPORTÂNCIA DA NICARÁGUA COMO PAÍS SATÉLITE DA URSS

A União Soviética que, apesar da pacificação do mundo depois da Segunda Grande Guerra, não desistiu do seu objetivo de "completo domínio do mundo", ampliou seu movimento estratégico, para poder efetivar o corte da continuidade territorial sul-americana pró-ocidente e incrementar o controle da zona que opera como via principal de abastecimento do país do norte.

Ter posto o pé no continen-

te, em Nicarágua, facilita sua expansão em toda a América, operando mais efetivamente os movimentos nacionalistas radicais e explorando os ódios e ressentimentos que a política ocidental produzem, quando adota atitudes que pouco beneficiam as relações entre a potência hegemônica e os países alinhados em sua órbita, situações que são canalizadas através dos meios de comunicação social, sob um efetivo controle do marxismo.

O domínio do Canal do Panamá e, por conseguinte, de seu país, é um dos objetivos territoriais do marxismo soviético no continente, em busca do efetivo controle das passagens interoceânicas. Se bem que o Canal do Panamá esteja passando a ser quase obsoleto, por suas dimensões e possibilidades de navegação, manter a Nicarágua sob seu domínio efetivo dá quitação à possibilidade de concretizar a construção de um novo canal, fazendo uso do traçado original através do grande lago da Nicarágua. Cabe acrescentar também que o território nicaraguense, por sua posição, oferece possibilidades para instalar possíveis plataformas de mísseis de curto e médio alcance que estarão em condições de ameaçar quase todo o território americano.

A SITUAÇÃO ATUAL*

As expectativas que o novo governo nicaraguense desperta só resultaram em sonhos. Unicamente pôde ser concretizada uma controvérsia campanha de alfabetização, a cargo de um grupo de professores oriundos de Cuba.

A organização do governo tinha uma estrutura dupla, com um grupo interno encabeçado pela FSLN que, em acordo com Cuba, passou a formar um novo exército e uma série de organizações internas controladas, e com outro ramo independente, encabeçado pela junta de governo.

Essa organização, apoiada pelo compromisso com a OEA de estabelecer um sistema político democrático, motivou, durante os primeiros 18 meses de governo, coincidentes com a administração Carter, o recebimento de mais de cento e dezoito milhões de dólares de ajuda direta e o respaldo dos Estados Unidos para a assinatura de créditos do BID de mais de duzentos e vinte milhões de dólares.

A administração Reagan tomou consciência da política fraudulenta sustentada pelo governo de Ortega, suspendendo os créditos para a Nicarágua, e

assinou, após sessões controvérsias do senado, partidas importantes para os "contras", com os quais mantém a permanência do enfrentamento armado. Esse é um gravíssimo erro pelo qual, todavia, os Estados Unidos estão pagando as consequências, devido a que, com a intervenção dos "contras" no conflito, vêem-se encalacrados em uma situação de difícil solução, pois pode chegar a um segundo Vietnã, com o risco de poder repetir-se em outros países do continente americano.

Durante 1985, o Grupo Contadora esteve a um passo de abandonar definitivamente o "processo de paz centro-americana".

A situação da Nicarágua, que abrigava esperanças de conseguir um acordo de paz que somente exigisse diminuir suas Forças Armadas, possibilitar o controle do seu armamento e não exportar a guerrilha, foi obstaculizado pela situação de El Salvador, Honduras e Costa Rica, que pediram incluir no acordo eleições livres, pluralismo ideológico, liberdade de imprensa, independência do poder judiciário e diálogo com os anti-sandinistas. Isso trouxe, como reação, as declarações do Comandante Ortega de que seu país não interromperia o rear-

*1987.

mamento, pelo contrário, continuaria com a compra de material bélico.

Em 1980, o arsenal nicaragüense foi estimado, pelos Estados Unidos, em 340 tanques e veículos armados, incluindo meia dezena de helicópteros de alcance curto. Além disso determinou, com precisão, 145 morteiros, 77 aeronaves, 200 canhões antiaéreos, 300 lançadores de mísseis simples, 24 lançadores múltiplos de mísseis, 700 mísseis antiaéreos e 100 canhões antitanque.

A posição assumida pelo governo Ronald Reagan pode ser sintetizada em quatro pontos:

1. A luta contra o governo sandinista é vital para os Estados Unidos;

2. A ditadura militar nicaragüense é armada com equipamento militar fornecido pelos soviéticos;

3. Soviéticos, cubanos, alemães orientais, a OLP e a Líbia estão considerando a Nicarágua uma área propícia para a subversão e agressão contra seus vizinhos e os nossos;

4. Há esperanças para o povo nicaragüense, pois os "combatentes pela liberdade" estão agora lutando contra a ditadura comunista.

Durante o mês de outubro

do corrente ano*, iniciou-se o "Diálogo Nacional" com a oposição política. O presidente Daniel Ortega disse que a abertura política responde ao cumprimento do plano de paz centro-americana, e não "à polícia das forças intervencionistas e terroristas do governo dos Estados Unidos".

O governo sandinista chegou a um acordo com os índios "miskitos", que não significa a rendição desses últimos, senão uma suspensão de atividades armadas.

CONCLUSÕES

1. O fato de não atender que o objetivo final da FSLN na tomada do poder por meio da luta armada foi o erro de apreciação mais grave cometido pelos Estados Unidos sob a administração Carter e teve consequências irreparáveis.

2. Quando os Estados Unidos atentaram que o que eles consideravam um movimento nacionalista com intenções de restaurar um governo democrático, imitando a democracia pluralista norte-americana, se convertera em um governo marxista, dependente da Rússia e de Cuba, já era demasiado tarde.

*1987.

3. Carter, com sua política de "direitos humanos", intervindo contra o acionamento da Guarda Nacional, favoreceu os sandinistas, sem imaginar a consequência final: uma guerra civil, que ainda continua, e um governo em mãos dos inimigos do seu país.

A campanha, nos Estados Unidos, contentou-se em informar que a FSLN nada tinha a ver com o marxismo, que os sandinistas eram mais democráticos que Abraham Lincoln e admiravam a democracia pluralista americana.

4. Cuba continua exportando seu modelo metodológico de alcançar o poder sob o disfarce de "governos nacionalistas", que não deixam descobrir sua real conexão cubano-marxista, e que lhes permite obter vantagens e benefícios econômicos que, de outra forma, não conseguiriam. Em resumo, obter créditos dos países ocidentais e empregá-los para fortalecer e formar uma verdadeira base inimiga.

REFLEXÕES FINAIS

A forma de impedir que o que ocorreu na Nicarágua aconteça em outros países da América Latina seria as potências ocidentais, e em particular os Estados Unidos, fazerem chegar

sua ajuda econômica antes que sejam criadas as condições sócio-econômicas propícias para uma revolução marxista, e fortalecer, na consciência da classe política, a importância do perigo que nos cerca, caso sigam cometendo os mesmos erros, e a dificuldade que existe para liberar-se os países do jugo marxista, uma vez instalado em seus territórios.

Por tudo que foi exposto, considero muito apropriado incluir, neste artigo, a reprodução de alguns parágrafos bastante claros sobre o assunto, retirados da mensagem lida pelo Papa Paulo VI, em 23 de novembro de 1965, diante de um grupo de mais de 400 padres conciliares latino-americanos.

"O ateísmo marxista na América-Latina está presente e ativa a propaganda antecatólica por vários vias. Essa propaganda ameaça a unidade espiritual do continente, causa incertezas e dúvidas provoca desconfiança pela Igreja Católica e confunde a gente de bem.

"Entre a maioria da população, tornam-se cada vez mais consciente suas pobres condições de vida, há pessoas que, desafortunadamente, permanecem insensíveis aos ventos de renovação da época e evidenciam carecer não só de sensibilidade humana, senão também de visão cristã para os proble-

mas que se agitam ao seu redor.

"Em tal estado de intranqui-lidade entre expectativas insatisfeitas e esperanças a que não se tem dado respostas, perigosamente operam forças que se infiltram com facilidade. Há forças que tratam de romper a unidade moral e religiosa da fibra social, mantida até hoje com tanta dificuldade.

"Entre essas forças atuais, no setor econômico-social, o ateísmo marxista é a mais atraente e dinâmica.

"Com sua mensagem social messiânica, converte o progresso humano em mito, persegue e prepara revoluções violentas, como único meio de dar solução ao problema.

"Estamos convencidos de que é necessário ter em conta um conceito claro, porque qualquer solução que não tenha a devida concepção desta realidade corre o perigo de ser inadequada e ineficaz."

Por último e ante situação dessa natureza, que evolui a velocidade vertiginosa, é necessário ver claro que, para solucionar o grave problema latino-americano, só existem dois caminhos, que devem ser percorridos paralela e simultaneamente, a fim de se chegar a bom termo:

definir as causas devidamente e realizar, o quanto antes, a transformação das antigas estruturas para resolver os problemas econômico-sociais, de um lado, e evitar, decidida e rapidamente, a guerra revolucionária comunista.

LIVROS E REVISTAS CONSULTADOS

- "GUERRA REVOLUCIONÁRIA COMUNISTA": General OSIRIS G. VILLEGRAS – Buenos Aires 1963.
- "¿REVOLUCION EN LA REVOLUCION?: REGIS DEBRAY – Havana 1967 (Ediciones Casa de las Américas).
- "LA GUERRA DE GUERRILLAS": ERNESTO "CHE" GUEVARA – Montevideu 1960.
- "GUERRA DE GUERRILLAS" – Ediciones FERNANDEZ REGUERA – Buenos Aires 1987.
- "MANUEL DE INFORMACIONES": Número Extraordinario – (Guerrillas y subversión en América Latina – Año 1969).
- "ARMAS Y GEOESTRATEGIA" – Vol 4, Nº 11 Dezembro de 1986.
- "NICARAGUA :LA REVOLUCION RODADA" (Servicio Cultural e Informativo de los EEUU – Nº 8/85 – Abril 1985).
- "REAGAN ABOGA POR UNA CONTINUA PRESION SOBRE NICARAGUA" (Servicio Cultural e Informativo de los EEUU Nº 10/85 – Abril 1985).
- "EL PROCESO DE PAZ EN NICARAGUA" (Servicio Cultural e Informativo de los EEUU Nº 12/85 – Mayo 1985).
- "NICARAGUA Y EL FUTURO DE AMERICA CENTRAL" (Servicio Cultural e Informativo de EEUU Nº 07/86 – Março 1986).

PASCUAL C. TOZZI é coronel do Exército Argentino

DIFUSÃO DA CULTURA

STA É A PRINCIPAL FINALIDADE DA BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA, E PARA CUMPRI-LA DISTRIBUI AOS ASSINANTES ANUALMENTE OBRAS SELECIONADAS ENTRE MUITAS OUTRAS. ESTAS SÃO AS SETE QUE COMPÕEM O EDITORIAL DE 1989:



NCZ\$ 31,50

É INCRÍVEL MAS
ESTE É O VALOR DE
TODOS OS LIVROS

SEJA VOCÊ TAMBÉM ASSINANTE A BIBLIEX

BASTA REMETER UM CHEQUE NOMINAL NO VALOR DE NCZ\$ 31,50 À BIBLIOTECA DO EXÉRCITO – PALÁCIO DUQUE DE CAXIAS – PÇA. DUQUE DE CAXIAS, 25 - 3.º ANDAR - ALA MARCÍLIO DIAS - CEP 20455 - COM SEU NOME E ENDEREÇO COMPLETOS.

VOÇÊ PODE AJUDAR A BIBLIEX A DIFUNDIR
MAIS A CULTURA, CONVIDANDO UM AMIGO A
SER TAMBÉM ASSINANTE.



EX
SERVIÇO
CULTURAL
DO EXÉRCITO



TERRORISMO, A "PRAGA" DAS NAÇÕES LIVRES: Uma "forma de guerra" ou simples "criminalidade política"?

Raúl François Martins

Em resposta à pergunta do título, o autor examina os conceitos, as causas e os objetivos do "terrorismo", determina as formas de combatê-lo, terminando por identificar suas ligações com o "pacifismo".

(Transcrição de artigo da Revista Militar, publicação das Forças Armadas de Portugal - Nº 6/7, Jun/Jul de 1988)

O terrorismo tornou-se uma preocupação maior das sociedades contemporâneas, pelo menos, de grande parte delas. Freqüentemente, tem sido apelado de "praga" ou de "doença" das comunidades modernas, e alguns autores não hesitam em qualificá-lo de for-

ma de guerra. Tem proliferado e mostrado indubitáveis tendências para se intensificar. Inicialmente assunto interno de alguns Estados, desde há cerca de trinta anos tem vindo a afirmar-se cada vez mais como um verdadeiro problema internacional.

Não admira, por tudo isso,

que o tema "terrorismo" tenha vindo a ganhar cada vez mais relevância nos estudos do âmbito quer da Estratégia, quer da Defesa Nacional quer das Relações Internacionais. É nessa ótica de preocupação comum a esses três ramos das ciências humanas que se situa o meu interesse pelo assunto, e é essa importância crescente que me leva a pensar que poderá ter interesse tecer algumas considerações a propósito. Procurarei abordar o tema da forma o mais geral possível, de modo a tentar apanhar não só as que me parecem mais importantes nas suas conexões como os diversos aspectos da realidade social em que se insere, como também as principais modalidades e variações que contém. Embora correndo o risco de não ser completo, e, obviamente, não podendo ser profundo nem detalhado, creio que uma abordagem desse tipo, dando-nos a visão do conjunto, se conseguir não ser demasiado extensa, poderá ser útil para uma melhor compreensão do fenômeno em si, e, a partir dessa compreensão, para melhor defesa contra os perigos que veicula.

O que é o Terrorismo?

O primeiro ponto a esclare-

cer parece ter de ser a definição do terrorismo, tantas são as acepções possíveis para esta palavra, e tão grande tem sido a diversidade das situações a que se tem aplicado. Por exemplo, Raymond Aron, refere que "a palavra terror tem sido empregada, na nossa época, em pelo menos quatro contextos: (...) para designar os bombardeamentos das cidades, (...) para estigmatizar a ação dos resistentes ou dos nacionalistas, (...) para caracterizar um dos aspectos dos regimes totalitários, (...) para designar a relação de dupla impotência entre os dois Grandes (...)"¹. É certo que R. Aron fala de terror e não de terrorismo, mas aquele é o ingrediente deste, e os contextos que designa todos são políticos, o que é exatamente uma das características do entendimento comum do que seja o terrorismo, isto é, prática de terror com objetivos políticos. Por outro lado. R. Aron não esgota, nem aliás pretende fazê-lo, a relação dos contextos em que se tem feito o emprego da palavra terror, ou, acrescentaremos nós, da palavra terrorismo.

De fato, o terror, com fins políticos, não só hoje, mas ao longo de toda a História, tem sido uma prática comum, infelizmente muito utilizada, e isso

1. "Paix et Guerre entre les Nations", pág. 175.

nas mais diversas situações. Forma de violência como é, desde logo todas as situações em que a violência é utilizada podem dar origem a ações terroristas. Arma dos tiranos, de todos os tempos e de todos os lugares, tem sido também muitas vezes deliberadamente praticado pelos exércitos, bárbaros e não bárbaros, regulares ou irregulares, contra os inimigos vencidos ou contra populações indefesas. Ao serviço da imposição de ideologias, desde, pelo menos, a Revolução Francesa e Robespierre, foi eleito como instrumento preferencial pelo anarquismo de Bakunin e da 1^a International, e foi praticado sistematicamente pelo marxismo-leninismo de Stalin e pelo nacional-socialismo de Hitler. Ligado desde tempos imemoriais aos fanatismos religiosos, em sacrifícios rituais, em guerras santas, em matanças de hereges, em tribunais de Inquisição, reaparece hoje em fundamentalismos tanto sunitas como chiitas. Alimentado pelo ódio e pelos preconceitos raciais ou sociais, tem sido utilizado contra minorias ou grupos marginais, em perseguições diversas, em que as mais conhecidas e mais típicas foram as inúmeras sofridas pelos judeus em mais de mil anos de História, mas em que se incluem também muitas outras, como as da Ku-Klux-

Klan, por exemplo. Praticado pelos patriotas, em muitos locais do mundo, contra os invasores ou os colonizadores, tem-no sido igualmente por estes contra aqueles, e o é hoje também pelos marginais utopistas, espécie de apóstolos danados de ideologias indefinidas, como os que constituem as "brigadas vermelhas" italianas, a "ação direta" francesa, as "FP 25" portuguesas, etc.

Desta grande diversidade pode-se já tirar uma conclusão: o terrorismo dificilmente poderá ser definido a partir dos seus agentes, e, para além de visar finalidades políticas e do propósito implícito na própria noção de terror, que é o de causar medo intenso e espalhar esse medo, será também muito difícil encontrar outros elementos comuns a todos os atos terroristas nos muito diversos objetivos que o terrorismo pode visar. Assim sendo, a definição de terrorismo deverá centrar-se no próprio ato em si.

É esse o entendimento de Raymond Aron, e da "Rand Corporation". Ao contrário da maior parte dos autores que tive oportunidade de ler sobre este assunto, tanto aquele autor como aquela Instituição definem o terrorismo independentemente dos agentes ou dos objetivos. Para R. Aron, "é dita terrorista uma ação de violência cujos efeitos

psicológicos estão fora de proporção com os resultados puramente físicos".² Para a "Rand Corporation", "o ato terrorista caracteriza-se por procurar produzir um efeito psicológico (de terror) muito superior aos danos físicos causados".³ As duas definições, muito semelhantes, elegem, pois, como elemento necessário e suficiente, para a caracterização do terrorismo, a deliberada potencialização dos efeitos psicológicos obtidos a partir da violência. Não se trata portanto da utilização da violência apenas adequada à obtenção de um determinado objetivo, como ocorre normalmente num combate durante a guerra, numa emboscada ou golpe-de-mão de guerrilheiros, num motim, ou na ação das forças da ordem que o reprimem, ou na punição de um condenado. Trata-se de uma utilização perversa da violência, que é pensada friamente nas circunstâncias da sua execução, de forma a amplificar o efeito "medo" que, em maior ou menor proporção, toda violência provoca. Essa amplificação do medo provocado, o terrorista usualmente procura-a atuando segundo um, ou mais, dos seguintes vetores: Espetaculosidade, procurando o maior sen-

sacionalismo possível, chamando o máximo da atenção pública para o seu ato; Crueldade, provocando sofrimento desnecessário, alargando o número de vítimas, destruindo e mutilando, para além do que o seu ato violento exigiria; Imprevisibilidade, atuando sobre vítimas reconhecidamente inocentes ou mesmo sem relação alguma com o conflito.

A grande variedade das situações a que se tem chamado, ou pode chamar, terrorismo, faz, naturalmente, apelo a uma sistematização. Procurar-se-á seguidamente elaborá-la, com base em dois critérios principais: o dos agentes, e o dos fins.

Em linhas muito gerais, e com base nos agentes terroristas, julgo que se podem considerar dois tipos principais de terrorismo: terrorismo de Estado, em que os agentes pertencem ao Estado-aparelho ou dele diretamente dependem, e terrorismo fora do Estado, por isso ilegal, já que a administração da violência é sempre monopolizada pelo Estado, em que os agentes, ou são independentes da administração pública e das Forças Armadas, ou, se a elas pertencem, atuam à sua revelia. Este segundo tipo de terrorismo,

2. Aron, Raymond; "Paix et Guerre entre les Nations", pág. 176.

3. Ortoli, Sven; "Terrorisme, fils de PUB", artigo em "Science et Vie", de Maio de 1986, pág. 20.

a que chamaremos "privado" é, normalmente, mas nem sempre, dirigido contra o Estado-aparelho.

Utilizando como ponto de partida aquela dicotomia, e aplicando-lhe agora o critério dos fins, julgo que o terrorismo de Estado se poderá subdividir em dois tipos principais. Um, praticado normalmente em tempo de paz, para impor ou consolidar um poder político despótico, quer ligado a uma personalidade, quer ligado a um grupo ou a uma classe, quer ligado a uma ideologia, o medo substituindo a autoridade como suporte do poder político, e que poderemos chamar "terrorismo policial". O outro, a que chamaremos "terrorismo militar", praticado normalmente em tempo de guerra, seja esta internacional ou civil, procurando atingir seletiva e intensamente as forças morais do inimigo, e de que tanto a História antiga como a moderna nos fornecem abundantíssimos exemplos, como a sistemática chacina dos habitantes das cidades que resistiam a determinados invasores, mongóis, turcos, vikings, etc., ou a deliberada brutalidade contra prisioneiros ou contra combatentes irregulares, para facilitar rendições ou submissões, e que pode incluir também, segundo alguns autores, os bombardeamentos de zona da 2^a Grande Guerra, ou a

estratégia contra cidades, que constitui um dos componentes da dissuasão nuclear.

Quanto ao terrorismo "privado", pode, segundo o critério dos fins, dividir-se em três grupos. Um será o terrorismo a que chamaremos "guerrilheiro", complemento da ação normal da guerrilha, durante uma guerra menor, dirigida contra o Estado-aparelho ou contra um invasor, praticado por guerrilheiros, ou por elementos sob o seu controle. Neste ponto, será oportuno introduzir algumas breves reflexões acerca da distinção, que considero muito importante e necessária, entre o terrorismo e a guerrilha. Desde logo, existe uma dignidade diferente, entre o combatente que enfrenta o inimigo armado, como o guerrilheiro, e o que nem sequer merece a qualificação de combatente porque verdadeiramente não combate mas atua através de explosivos ou contra pessoas desarmadas, como o terrorista. Esta diferença nos modos preferenciais de atuar, que aliás decorre necessariamente da própria natureza do terrorismo, perversão deliberada da violência conforme atraí salientamos, liga-se a diferenças não menos importantes do ponto de vista político, já que a guerrilha pressupõe sempre uma motivação política partilhada por significativos estratos populacionais, e

uma organização estruturada, da qual a guerrilha constitui o "braço" armado inicial, evoluindo esta no sentido de uma progressiva regularização militar, e aquela no sentido de progressivamente assumir o Poder político. Esta dupla vocação política e militar não existe, ou não ultrapassa um estado muito embrionário, nas organizações tipicamente, ou exclusivamente, terroristas. Duas outras diferenças decorrem desta diferença quanto aos aspectos políticos: por um lado a dimensão dos grupos, mais numerosos e com maiores efetivos por parte da guerrilha, necessidade imposta pela vocação desta para vir a assumir o poder político, e por outro o ambiente preferencial de implantação e de atuação, que é o rural para os guerrilheiros, a cuja manobra tática os grandes espaços são indispensáveis, e para cujos objetivos políticos se torna necessária alguma implantação territorial, e é o urbano para os terroristas, para quem a disponibilidade de esconderijos é a preocupação dominante, e cuja incipiente política não exige nem bases territoriais nem grupos numerosos.

Deste modo, parecem-me incorretas designações como "guerrilha urbana" que por vezes são aplicadas a movimentos exclusivamente terroristas. E se certos movimentos de guerrilha

utilizaram ações terroristas, como na Argélia, no Vietnam, ou correntemente na América Latina, creio que este terrorismo associado a, e controlado pela guerrilha, tendo embora toda a carga de imoralidade e desumanidade inerentes a todo o terrorismo, tem características próprias que o distinguem do terrorismo que é independente da guerrilha. Será ainda oportuno acrescentar que, se certos teóricos famosos das guerras menores, como Mariguella e Debray, consideravam indispensável a utilização do terrorismo na guerra revolucionária, outros, como Lenine, Mao-Tse-Tung, mesmo Guevara, repudiaram essa utilização por poder contribuir para cavar um fosso entre as massas populares e os guerrilheiros. Em linhas gerais, creio que se poderá afirmar que a clivagem entre os teóricos revolucionários que preconizam, e os que condenam, o recurso ao terrorismo, depende do papel que atribuem às massas populares para o êxito da revolução. Quanto mais apostam na conquista do apoio destas, tanto menos apoiarão o terrorismo, e inversamente, quanto mais desconfiarem das massas e apostarem na ação preferencial dos "focos revolucionários" e dos combatentes guerrilheiros, mais tenderão a apoiar o terrorismo. Do mesmo modo, pode-se notar uma certa

relação entre a prevalência atribuída à ação política sobre a militar e o repúdio do recurso ao terrorismo, e à da ação armada sobre a política e a aceitação, mesmo até a recomendação, daquela prática.

Um outro grupo de terroristas "privados" será o terrorismo que define sozinho os seus fins últimos e os busca exclusivamente pelo terror, ao qual chamaremos "autônomo", e que será portanto o terrorismo dirigido contra o Estado, por vezes mesmo contra a sociedade em geral, desligado de qualquer movimento de guerrilheiros. É este terrorismo que normalmente se refere quando, hoje em dia, se fala em terrorismo, e que, por vezes, é designado por "terrorismo moderno" e considerado como uma forma de guerra menor. Poderá, cremos, efetivamente ser assimilado a tal, já que utiliza a violência armada na prossecução de fins políticos. É no entanto uma sua forma muito degradada, uma vez que o controle que a política deve sempre exercer sobre a guerra, nesta forma aparece muito enfraquecido, quer pela enfatiza-

ção, desde o início, da prevalência da violência e pela descrença completa, mesmo profunda desconfiança, nos processos tradicionais da política, que é aspecto comum a todos os grupos de terrorismo "autônomo"⁴, quer pela escassez de probabilidades de êxito, e pela ausência de preparação para tirar partido do êxito, se obtido, quer ainda pela grande dificuldade de coordenar e efetivamente comandar, a partir de uma direção centralizada, a ação dos grupos muito pequenos, separados, em que as rebeldias são freqüentes, até pela própria destruição moral do terrorismo que resulta da sua própria atividade, quer, finalmente, pela freqüente fraqueza do seu projeto político, quando este existe.

Este terrorismo "autônomo" subdivide-se, conforme os fins visados, ligados ora a radicalismos religiosos, como os fundamentalismos islâmicos shiita e sunita, ora a radicalismos nacionalistas ou separatistas, como a ETA, o IRA, ou os movimentos palestinianos⁵; ora a ra-

4. São freqüentes as declarações reveladoras, tais como "esta é a única maneira" simultaneamente "justificadoras" das hodianez dos seus crimes, e testemunho da ineficiência política dos terroristas.

5. Os terroristas "autônomos nacionalistas" têm características peculiares, devido à natureza do fim (independência ou libertação de um invasor) que professam. Esse fim garante-lhes uma certa margem de apoio popular e impele-os no sentido de um alargamento da sua ação, até se transformarem em guerrilha, ou criarem uma infra-estrutura política suficientemente credível para poder ser aceita como interlocutora.

dicalismos ideológicos, por via de regra muito confusos, como acontece com os terrorismos das democracias liberais, as "brigadas vermelhas", as "FP25", o "exército vermelho" a "ação direta", etc. Tal como a guerrilha, mas ainda mais do que esta, o terrorismo "autônomo" é muito dependente dos apoios externos. Sem eles, as suas possibilidades de longa duração, que, como é sabido, é condição "sine qua non" para o êxito de qualquer guerra menor, são extremamente limitadas. Esta necessidade premente dos apoios externos abre a possibilidade da utilização desta forma de terrorismo como instrumento de estratégias indiretas no âmbito das relações internacionais, o que efetivamente tem vindo a acontecer.

O terrorismo "autônomo" tem tendência a transformar a violência de meio em fim. Isso deve-se quer a uma hiper-valorização da violência, que os terroristas consideram libertadora, conforme as teorias de Fanon e de Sartre, e como único meio possível para a revolução, conforme freqüentemente declaram, quer a uma correspondente desvalorização da ação política, cuja teorização é incipiente, desvalorização essa que também deriva da condenação absoluta da sociedade atual que, sobretudo para o terrorismo "au-

tônomo ideológico", não tem aproveitamento possível e deve ser destruída.

Finalmente, o terrorismo "privado" compreende ainda um terceiro grupo de movimentos terroristas que se orienta não propriamente contra o Estado, nem contra a situação social global, mas sim contra determinadas minorias, ou grupos marginais, que pretende eliminar, reduzir, ou, pelo menos, amedrontar para submeter ou "pôr no seu lugar". É um terrorismo que podemos chamar "social", e que ao longo da História tem sido praticado contra grupos étnicos, judeus, pretos, brancos, minorias religiosas, etc., e de que um exemplo bem conhecido será o Ku-Klux-Klan, ou, nos nossos dias, contra os fora da lei, os suspeitos de o serem, os denominados "esquadrões da morte".

Ligados à problemática geral do conceito de terrorismo, ocorrem por vezes discussões teóricas sobre a existência ou não de um terrorismo característico dos tempos atuais, suficientemente diferente das formas históricas para delas poder ser conceitualmente distinguido, bem como a existência e caracterização de um "terrorismo internacional". Na verdade, quando hoje se fala e escreve sobre terrorismo, nas nações demo-liberais, é quase sempre de terro-

rismo "privado" que se trata, em particular, daquele que temos vindo a designar por "autônomo". É este, de fato, que nos últimos vinte anos tem vindo a affligr estas nações, e que, trazido inicialmente à primeira linha dos noticiários internacionais pelo problema palestiniano, nela se tem mantido focalizando as atenções gerais, e servindo assim para iluminar com essa chamada de atenção numerosos outros problemas, que sem a revoltante atividade dos terroristas porventura passariam despercebidos. A discussão acerca da eventual originalidade de um terrorismo moderno e da caracterização de um terrorismo internacional circunscreve-se pois, na prática, ao terrorismo autônomo.

Este, entendido como terrorismo que fixa os seus próprios fins últimos e que, para os conseguir, conta apenas com a utilização perversa da violência, tem antecedentes históricos, dos quais os mais conhecidos serão a seita shiita dos "assassinos"⁶ (inízaistas, surgida na Pérsia, no século XI, como resistência aos turcos seljúcidas e depois estendida à Siria, até à sua extinção no século XIII pelos mongóis), e, no fim do sé-

culo XIX, princípio do XX, as práticas européias de alguns grupos da corrente anarquista seguidora de Bakunin. Recentemente, a partir dos anos sessenta, o anarquismo como teoria social voltou a tornar-se popular entre os estudantes e na esquerda intelectual, como forma de oposição aos valores da cultura tecnológica e materialista das sociedades desenvolvidas do 1º Mundo. Esse renascimento do anarquismo, quando orientado segundo o pensamento de Proudhon, nada tem a ver com o terrorismo, mas, quando orientado segundo o pensamento de Bakunin, e da sua insistência na necessidade imperiosa da "ação direta", constitui um dos principais elementos teóricos na base do terrorismo moderno, do tipo que designamos por "autônomo", ligado a radicalismos ideológicos, misturando-se, via de regra, com vetores Marxistas, Leninistas, Trotskistas e Maoístas.

O terrorismo "autônomo" está, pois, ligado a antecedentes históricos de que não se distinguirá na sua essência, a qual é a utilização exclusiva da violência para provocar o terror e através deste, e só deste, alcançar objetivos políticos contra

6. O seu conhecimento na Europa resultou dos relatos dos cruzados, que falavam em drogados por hashish (hashishin) que, a mando de um "velho" que vivia num castelo da montanha, iam matar os seus inimigos ou opositores e rivais.

o Estado e contra a organização social vigente. Parece-nos, no entanto, ter algumas características próprias, que efetivamente o diferenciam das formas anarquistas que o precederam entre a 1^a internacional e o fim da guerra civil espanhola. Essas características julgamos podem agrupar-se em três conjuntos.

Em primeiro lugar, a fragilidade da sua motivação política, sobretudo evidente nos grupos ligados a radicalismos ideológicos que, no interior de algumas das sociedades mais ricas, mais desenvolvidas, mais livres e menos injustas do mundo atual, em nome dos oprimidos, que os ignoram, por vezes os desprezam, ou são mesmo suas vítimas, conduzem uma luta sem sentido, baseada em deturpações conceituais, em utopias confusas, em revoltas torvas geradas por frustrações ou inadaptações.

Apesar de tudo, quer as motivações políticas dos "assassinos", empenhados na luta pelo Poder, quer a elaboração teórica dos anarquistas, eram melhor estruturadas e a sua ação desenvolvia-se em sociedades mais afligidas pela miséria e pela opressão, o que dava mais coerência à revolta assumida.

Em segundo lugar, referiria a total "amoralidade" destes modernos movimentos terroristas,

que não hesitam em sacrificar seja quem for, mulheres, crianças, doentes, pobres ou ricos, inocentes ou culpados, com o único e obsessivo critério de causar o maior impacto possível na opinião pública, e que consideram que tudo lhes é permitido porque na sociedade atual "ninguém é inocente". Nesse aspecto, há uma grande diferença relativamente ao terrorista anarquista ou nihilista, que, embora culpado por assumir um direito que não tinha, ao menos procurava escolher as vítimas, não apenas se afirmando defensor dos oprimidos, mas procurando efetivamente só atingir os que considerava tiranos. Também os "assassinos" medievais selecionavam as suas vítimas, de acordo com as suas razões de luta. O massacre completamente indiscriminado, ou a escolha de vítimas sem nexo direto com a opressão que o terrorista alega combater, é uma novidade trágica introduzida na História pelo terrorismo "autônomo".

Em terceiro lugar, referiria a internacionalização, que se tem vindo a verificar de várias formas, e segundo uma tendência crescente, abrangendo quer a colaboração direta entre movimentos terroristas de diversos países, conjugando agentes ou meios na preparação ou na execução de um mesmo crime, ou

facilitando a ação fora do país de origem, quer a colaboração de Estados, proporcionando dinheiro, armas, refúgios, treino, a terroristas de outros países, ou apoiando terroristas do seu próprio país em ações no estrangeiro através das suas embaixadas, ou ainda facilitando o encontro e a cooperação entre determinados movimentos terroristas de diversos países, em ações comuns. Esta internacionalização, embora não seja inteiramente nova – os grupos anarquistas do virar do século e os "assassinos" da idade média estabeleceram relações entre si através das fronteiras – nunca foi tão intensa, e nunca antes envolveu governos instituídos. Na base desta evolução estão as condições do mundo atual, os seus conflitos, em especial o confronto ideológico Leste-Oeste, e o problema religioso-político do Médio Oriente, bem como as facilidades de comunicação e de transporte. Por sua vez, a internacionalização do terrorismo autônomo abre a possibilidade do seu aproveitamento por estratégias indiretas, o que tem estado a ser feito, e constitui também uma das razões do aparecimento e desenvolvimento desta tendência.

Finalmente, uma outra discussão teórica ligada à definição do conceito de terrorismo é o saber-se se se pode ou não

considerar como um elemento da ação estratégica.

A esse respeito, sem me alongar mais, poderei dizer que, como modalidade ou forma de emprego da violência, que é, o terrorismo inscreve-se claramente no âmbito da Tática. Porém, como toda a tática, pode estar incluído numa estratégia. É o que acontece com o terrorismo de Estado em tempo e guerra, e com o terrorismo "privado" quando elemento complementar de uma guerrilha, um e outro orientados por estratégias operacionais que visam objetivos finais políticos a alcançar através de uma luta armada mais geral, em que o terrorismo é apenas um dos elementos. Também o terrorismo "autônomo internacional", com parte e quando parte de uma estratégia indireta do Estado "patrocinador", constitui instrumento de uma estratégia, sendo, porém, a sua ação, em si, sempre e apenas tática. Já o terrorismo "de Estado" em tempo de paz (imposição de um poder despótico), o terrorismo "autônomo ideológico", e o terrorismo "social", são violências meramente políticas, uma vez que no primeiro caso visam apenas fortalecer o exercício do Poder Político sem visarem necessariamente um grupo inimigo armado (nesse caso passaria a ser terrorismo "de Estado" em tempo de guerra).

ra) e no segundo e no terceiro casos não há uma estrutura de conquista do Poder, credível, e a luta é conduzida apenas com a intenção clara de destruir, e a intenção vaga de desencadear uma revolução, ou de reduzir um grupo social, ou seja, não existem verdadeiramente objetivos finais claramente definidos, nem planejamento de ação de conjunto, nem decisão centralizada, pelo menos em termos de capacidade de coordenação eficaz, pelo que nenhuma destas três formas me parece pode ser considerada elemento de ação estratégica.

As Causas do Terrorismo

"A moda dos anos 70 arrasta para a anarquia do terrorismo "racionalizado" de guerra revolucionária. Marca também um regresso às formas primitivas do terrorismo: a espontaneidade individual ou os pequenos grupos aí desempenhando o principal papel. Votados à Fé e ao Crime, jesuítas da revolução, exaltados pelos teóricos da violência, condenados pelos comunistas e pelos liberais, os "partisans" na sua última encarna-

ção exprimem a recusa do mundo matando alguns dos seus semelhantes (...) Mesmo sendo irrisório o resultado físico da sua ação, acreditam na ressonância política da sua revolta, no valor moral do seu testemunho. Esquecem que um terrorista sem causa se parece com um bandido da estrada."

R. ARON, em "Penser la Guerra", vol. II, pág. 210

Conforme vimos, o terrorismo é uma forma particular, uma forma perversa, no exato sentido do termo, de utilizar a violência num conflito. A pergunta que se põe, então, não é "o que leva os homens a utilizar a violência" mas sim, "que é que os leva a optar por esta forma perversa de violência". Nem a guerra, nem a guerrilha, nem a preservação da ordem pública fazem, normalmente, e muito menos, necessariamente, apelo ao terrorismo. Devem existir causas particulares para a preferência por essa forma de procedimento. E se essas causas poderão ser, até certo ponto e em certos casos, parcialmente objetivas, as principais e sempre presentes deverão ser de natureza subjetiva já que se trata de uma

escolha que a necessidade não impõe. Serão então a moral e o pensamento teórico, moderador ausente a primeira, excitante presente o segundo, bem como o caráter e temperamento pessoal do terrorista, que virão a desempenhar um papel determinante na decisão de utilizar, ou não, métodos terroristas na prática da violência armada. Se a origem dos conflitos, e a utilização neles da violência, podem ter como causas fatores ligados à estrutura e ao funcionamento das sociedades e das suas instituições, já a utilização do terrorismo, que basicamente difere das outras formas de violência pela ausência de preocupações com a salvaguarda dos inocentes ou dos neutros e pela deliberada procura do excesso da violência, derivará, antes de mais, do próprio invidíduo, da sua atitude perante a sociedade e os outros.

O terrorista tem uma visão distorcida daquilo que faz (considera-se a si próprio um soldado, considera justo vitimar pessoas e destruir coisas) do mesmo modo que tem uma visão distorcida da relação agressão-defesa (considera-se a si próprio o agredido ou o violentado que por isso se defende ou vinga) e uma visão distorcida da solidariedade, que assume e afirma para com as entidades abstratas e muitas vezes, longínquas, co-

mo os trabalhadores de todo o mundo, os países subdesenvolvidos, etc., ao mesmo tempo que a ignora, despreza, ou infringe, para com as entidades concretas e próximas, como sejam os trabalhadores e o povo que realmente existem no seu próprio país.

As causas primeiras dessa perversão têm pois, parece-nos, que ser procuradas no domínio da psicologia individual. A falta de preocupação, de interesse pelos outros seres humanos concretos, que friamente aceita violentar, poderá ter, parecemos, três raízes: ou uma obsessão doentia pela valia da causa a que se dedica e que considera muito acima do valor das vidas e propriedades de pessoas não culpadas nem sequer inimigas (fanatismos, radicalismos, carregados de certezas, de pressas, de utopias); ou excessivo desprezo pelos outros (egoísmo e elitismo) em muito elevado grau, despersonalizando as vítimas ou o ódio por um grupo social que se culpabiliza em bloco e se carrega com todos os males e culpas (racismo, desvio do sentido da justiça). A transformação dessa obsessão fanática, ou desse desprezo, ou desse ódio coletivo, em ação terrorista, por sua vez, poderá ser devida à influência de teorias filosóficas, sociológicas, políticas, que fornecem ao terrorismo

fundamento religioso ou ideológico, e lhe propõem sociedades utópicas, garantindo o acesso à felicidade, à paz, à justiça. Claramente, o terrorista tem que ser uma pessoa de convicções, de fé, que acredita cegamente em verdades absolutas. Para ele, a dúvida é uma fraqueza, quando não é mesmo um crime. A descrença na possibilidade de mudança das sociedades atuais, que transparece em diversos tipos de terrorismo, designadamente nos que temos designado por "autônomos ideológicos", leva esses terroristas a desejar destruí-las, mesmo sem que tenham nenhum modelo para propor em sua substituição. Uma outra característica comum a quase todas as formas de terrorismo, é a pressa, a impaciência, que os leva a desprezarem as formas normais de atuação política.

Estudos conduzidos por psicólogos sobre a personalidade tipo do terrorista apontam para a propensão para o fanatismo, em certos casos mesmo, para o desequilíbrio psicopático. Um grande egocentrismo, por vezes uma necessidade de martírio, quase sempre a necessidade de auto-afirmação. Em todos, a intolerância e a propensão para simplificar exageradamente os problemas, o que constitui pré-requisito indispensável para o fanatismo. Um elemento curio-

so, que ressalta desses trabalhos, é o de que, pelos menos nos grupos de terrorismo autônomo que existem nas sociedades demo-liberais, grande número de terroristas é oriundo de classes privilegiadas e tem estudos universitários (normalmente medíocres). A frustração de expectativas parece desempenhar papel importante na sua propensão para a revolta.

Declarações de terroristas presos ou "arrependidos" indicam que há duas fases na adesão ao terrorismo. Uma primeira fase consistirá na marginalização do futuro terrorista, repelido pela sociedade ou, mais geralmente, que a ela não consegue adaptar-se. Só depois, numa segunda fase, é que o marginalizado vem a integrar-se num grupo de terroristas, geralmente pelo acaso de encontros fortuitos no meio de marginais. Uma vez entrado, não poderá mais sair, prisioneiro dos crimes que cometeu e do medo das represálias dos seus companheiros.

Mas as causas, se começam no invidíduo, também se encontram ao nível da sociedade em geral. De fato, esta pode condená-lo severamente, sem ambigüidades, ou tolerá-lo, ou mesmo, inconscientemente, incentivá-lo. A maior ou menor probabilidade do aparecimento e a maior ou menor intensidade e duração do terrorismo têm cer-

tamente relação com a atitude da sociedade perante o fenômeno. Nesse aspecto, o papel dos intelectuais, dos "mass media", da escola, da família, da opinião pública em geral, tem uma importância que não será de modo algum despicienda. Nas perturbadas e confusas sociedades modernas das nações demo-liberais, onde os vícios e defeitos próprios da natureza humana todos permanecem, mas onde as barreiras e condicionamentos à expressão desses vícios, isto é, os valores sociais e morais são permanentemente questionados se não mesmo reprovados ou ridicularizados, tem-se criado um ambiente que, na realidade, favorece o desenvolvimento da violência, e não pode deixar de a favorecer, na medida em que as proibições (tabus) e as ritualizações são postas de lado, por serem reminiscências de um passado obscurantista, e os castigos são eliminados ou exageradamente aliviados, em nome da recusa da opressão e do humanitarismo. Nestas perturbadas sociedades, alguns fatores, que sem preocupação de ser exaustivo apontarei a seguir, me parecem desempenhar um papel muito importante relativamente ao fenômeno terrorismo:

– A degradação do sentido do conceito de violência, como aparece nos tra-

hos de alguns filósofos e sociólogos, como por exemplo, no conceito de violência "estrutural" de Galtung, ou nos de violência indireta, moral, simbólica, de Sarte e de Fanon. Essa degradação do conceito contribui para justificar o terrorista não só aos seus próprios olhos, mas mesmo aos olhos daqueles que partilham aquela confusão dos conceitos.

- A "estranya" simpatia pela revolução, que está na moda entre os intelectuais que se reclamam de esquerda e de algum modo se infiltrou na opinião pública das sociedades demo-liberais, onde se vem conjugando com a condenação das guerras internacionais, e com a recusa do "nuclear". Este complexo de idéias apriorísticas apresenta como resultante uma notável tolerância pelas guerras menores, uma paralela condenação das intervenções militares ocidentais, sobretudo americanas, e uma certa compreensão, pelo menos, por certos terrorismos, em especial o palestino.
- A idéia de que os terroristas são desesperados, ví-

timas de verdadeiras injustiças sociais, e que lutam contra elas. Esta idéia conjuga-se com a degradação do conceito da violência que lhe vem dar suporte lógico.

— A idéia de que as motivações políticas (algumas) podem justificar o recurso à violência, e mesmo em certos casos ao terrorismo. Esta idéia conjuga-se com a "estranha" simpatia pela revolução.

— A idéia de que a sociedade é a culpada, e que para acabar com o terrorismo é preciso detectar e eliminar as suas causas sociais. Esta idéia parte do preconceito de que a violência tem sempre, só — ou principalmente — causas estruturais sócio-políticas ou sócio-económicas, e conjuga-se quer com a degradação do conceito de violência, quer com a "estranha" simpatia pela revolução.

— Os preconceitos de esquerda ou de direita (mais aqueles porque estão mais na moda) que levam as pessoas a ter duas medidas para julgar os acontecimentos sociais. Muitas vezes, pessoas que condenam asperamente o terrorismo "ne-

gro", ou o despotismo de direita, fecham os olhos ao terrorismo "vermelho", ou ao despotismo de esquerda. Testemunhos notáveis como o do poeta cubano Valadares, ou o do escritor russo Soljnietsine, são assim pudicamente ignorados pelos que estão sempre prontos a denunciar com veemência a segregação racial da África do Sul ou a ditadura chilena.

Finalmente, para além das causas profundas ao nível da atitude psíquica interior dos indivíduos, das causas espirituais e morais ao nível das opiniões públicas dominantes, existem causas materiais, ligadas quer à eficácia dos armamentos, equipamentos, e explosivos, modernos, quer às facilidades de movimento, quer às capacidades dos "mass média" e sua influência. As primeiras aumentam o poder de pequenos grupos para produzirem grandes danos. As segundas contribuem para aumentar as possibilidades de escaparem ao castigo. As terceiras aumentam o efeito procurado (terror, ação psicológica, desproporcionada com o dano físico). Tanto as segundas, como as terceiras, são muito mais efetivas no 1º Mundo, onde também funcionam com

muito mais vigor as causas ligadas à opinião pública, constituindo essa maior efetividade e maior vigor razões principais para o florescimento do terrorismo nas nações demo-liberais.

Os Objetivos do Terrorismo

"O terrorismo sistematico, cuidadosamente orquestrado, que vemos no Médio Oriente, representa uma nova dimensão da guerra. Estes terroristas internacionais, ao contrário dos seus correlatos tradicionais, não estão buscando sustentar afirmações políticas fortuitas, nem cometer eventuais atos de intimidação em favor de um futuro distante e mal definido. O terrorismo, para eles, é parte integrante de uma estratégia de objetivos (...) bem definidos".

(Citado do relatório da "DOD Comission on Beirut International act", 23 Out 83, pelo Maj. J. W. WRIGHT, em *Military Review*, nº 1, do 1º trimestre de 1985.)

A opinião expressa na citação com que se inicia este capí-

tulo, se para um determinado conjunto de grupos terroristas, shiitas, controlados pelo governo de Teerã, poderá ser mais ou menos inteiramente aplicável, já para outros grupos só parcialmente poderá ser, e, para outros, ainda, cremos ser desadequada. Além disso, em nossa opinião, "o terrorismo é parte integrante de uma estratégia" não "para eles", grupos terroristas, mas para governos de Estados que utilizam esses terroristas. A citação reproduzida tem porém o interesse de mostrar três tipos de objetivos ou finalidades que coexistem nos variadíssimos grupos de terrorismo autônomo contemporâneo (suporte de afirmações políticas, busca de um futuro mal definido, e ação estratégica), para além de destacar uma evolução recente, no sentido da internacionalização ao serviço de uma estratégia, ou, por outras palavras, como uma nova dimensão da guerra.

Os objetivos do terrorismo são, naturalmente, tão variados quanto são os diferentes tipos de terrorismo, que já tivemos ocasião de tentar classificar. Neste capítulo, iremos focar a nossa atenção apenas nas diversas formas do terrorismo "privado", mas mesmo assim a variedade é ainda muito grande. Esses objetivos inscrevem-se em dois níveis, os objetivos imediatos,

que se pretendem obter diretamente do ato terrorista, e que se podem considerar táticos, e os fins, ou objetivos longínquos, que se situam ou no âmbito estratégico, ou no do simples efeito político.

A finalidade imediata de todo ato terrorista é, por definição, causar o terror. Através da pressão psicológica decorrente desse terror causado pelo ato, ou dos efeitos materiais do próprio ato, os terroristas podem visar a efetivação de vinganças, castigos, eliminação de inimigos ou de personalidades importantes, (através de atentados dirigidos contra pessoas e, ou, bens), podem procurar obter resgates em libertação de presos ou em dinheiro, roubar armas ou valores, (através de assaltos e desvios, em que as vítimas são indiscriminadas – reféns – ou escolhidas – raptos), podem efetuar ataques contra determinados grupos sociais ou políticos ou instituições, atentados esses que, sendo dirigidos em termos de vítimas coletivas, são normalmente indiscriminados em termos de vítimas individuais. Em todos os atos terroristas está presente o objetivo da afirmação e proclamação da existência e da determinação dos grupos terroristas que os praticam. Algumas vezes, os atos terroristas têm mesmo como único objetivo imediato essa

ação de propaganda.

Através do terror, o terrorismo pode ser, como aliás já vimos, o instrumento (terrorismo "autônomo" em certas situações) ou um dos instrumentos (terrorismo "guerrilheiro" e terrorismo "militar") de uma estratégia, cujos fins políticos sejam a separação, a autonomia ou a independência de uma nação, ou a subversão e derrube de um regime, a imposição da ordem numa colônia, num território ocupado, no próprio país, ou o resultado final de uma guerra, convencional ou menor, declarada ou não. Como fins mediatos, ou objetivos intermédios, o terrorismo "privado" procura obter ou a desestabilização do regime político que combate, ou desencadear uma revolução, ou, simplesmente, provocar uma repressão que "dê razão" às acusações contra o governo, e aumente o descontentamento da população.

A necessidade de diversos tipos de apoio, quer em meios (armas, dinheiro, documentos falsos) quer em refúgios, quer em locais para treino e em instrutores, necessidade essa que é imperiosa, vital, para o terrorismo privado, leva os grupos terroristas a serem facilmente receptivos à ligação entre si, através das fronteiras dos respectivos Estados, ou à aceitação do patrocínio de outros Es-

tados, cujos governos sejam ideologicamente próximos ou no mínimo compatíveis com a ideologia que serve de suporte ao grupo terrorista. Por outro lado, a natureza da situação mundial tornando difícil ou impossível, conforme os casos, o recurso à estratégia direta para solução de um grande número de conflitos, e por isso aumentando a freqüência e a vantagem do emprego da estratégia indireta, o baixo custo relativo, quer em dinheiro, quer em vidas, da utilização do terrorismo, constituem uma tentação para certos Estados. Ao mesmo tempo, a facilidade de comunicação e de movimentos tem permitido a aliança conjuntural (para ações) de terroristas de diferentes países, aliança que muitas vezes tem sido facilitada ou sugerida e coordenada por órgãos (consulados, embaixadas, comerciantes, etc.) dos Estados que apóiam o terrorismo. Nasceu assim o "Terrorismo Internacional", do encontro dessas duas fontes, a busca da eficiência e da sobrevivência, por parte dos terroristas, levando estes aos acordos entre si, e a prevalência da Estratégia Indireta, levando certos Estados à tentativa de instrumentalização do terrorismo.

Nesse processo podem distinguir-se duas fases. Numa primeira ter-se-á verificado a generalização dos apoios em

armas, dinheiro, e utilização dos "campos de treino" em grande número de países do leste europeu (URSS, Bulgária, Alemanha Oriental, Tchecoslováquia...) do Norte de África (Líbia, Argélia, Tunísia...) da América (Cuba...) do Oriente Médio (Irã, Síria, Líbano, Iémen do Sul...), campos de treino onde se misturam guerrilheiros e terroristas, e onde se estabelecem contatos entre os grupos de diversos países e movimentos. A segunda fase, que terá sido atingida por um número relativamente menor de países (comprovadamente, a Líbia, a Síria e o Irã) corresponde à utilização dos grupos terroristas em ações encomendadas.

Os Estados apoiantes do terrorismo, quer se trate da 1^a fase, quer da 2^a, desses apoios, têm necessariamente que ser ditaduras. Só assim podem controlar a sua própria opinião pública praticando a censura dos "mass média" e eliminando os eventuais denunciadores, de forma a esconder os apoios, ou a apresentá-los a uma falsa luz (apoio às "lutas de libertação" ou aos "legítimos representantes" de "populações oprimidas", por exemplo). Só assim, também, podem exercer o indispensável controle dos próprios terroristas apoiados, cuja indisciplina natural é extremamente perigosa se não puder ser severa e fortemente controlada.

Além de ditaduras, esses Estados têm também, por evidentes razões de um mínimo de coerência, de professar ideologias político-sociais, ou confissões religiosas afins das proclamadas pelos grupos terroristas apoiados. Como atualmente a maioria dos grupos terroristas são muçulmanos ou ultra-esquerdistas, não admira que todos os países de que existem provas ou evidências do apoio ao terrorismo sejam ditaduras, ou islâmicas, ou socialistas comunistas.

Por outro lado, o terrorismo, todo o terrorismo, é inimigo mortal das democracias democráticas, porque é o seu sistema político-social que é visado, porque, pela garantia das liberdades e direitos, que nelas existe, facilitam a formação, movimentação e ação dos grupos terroristas, porque, pela natureza do regime, lhes é vedada a utilização do terrorismo "policial". Os regimes totalitários, que não permitem liberdade de reunião, que controlam a comunicação social, que vigiam a vida quotidiana dos cidadãos, que prendem sem culpa formada, que podem impedir o livre trânsito nas fronteiras, nada têm a temer do terrorismo. Este só atua e só ameaça as democracias liberais e as ditaduras fracas.

A eficácia do terrorismo é muito discutível. Se é verdade

que consegue difundir o medo, numa proporção que aliás depende muito da atitude da comunicação social, a verdade, também, é que a reação, quer da sociedade, quer dos governantes, relativamente ao medo, é muito variável e depende de muitos fatores, em parte imprevisíveis, em parte incontroláveis, que participam na complexa formação da vontade humana. O medo pode provocar a cedência, a submissão, mas também, e mais freqüentemente, a ira, o aumento da coesão social e da vontade de lutar e de eliminar o inimigo.

A eficácia do terror é também comprometida porque é, em si mesmo, sozinho, uma aplicação insuficiente da violência armada. Esta, como sabemos, deve visar os três alvos tradicionais, isto é, as forças vivas, as forças mortas, e as forças morais. O terrorismo despreza ou é claramente insuficiente contra as duas primeiras, e o resultado sobre a terceira não só é, como acabamos de escrever, muitas vezes contrário ao pretendido, como, mantendo-se intactas as forças vivas e as mortas, sempre susceptível àquele resultado de ser contrariado pela possibilidade de nestas forças intactas se refazerem as forças morais.

Por outro lado, é extremamente difícil coordenar e dirigir

os diferentes grupos terroristas, ou mesmo um só, numa ação que, como acontece em todas as guerras menores, tem de ser demorada, persistente e vasta, para ter alguma possibilidade de êxito. A indisciplina dos elementos que constituem os grupos terroristas é natural condição da sua natureza psicológica e é permanentemente alimentada pela necessidade de descentralização que a segurança impõe, pelo radicalismo inerente à sua justificação ideológica, pela amoralidade da sua ação, que destruindo os outros valores morais naturalmente também acaba por afetar a obediência, a lealdade e a amizade.

Além disso, os objetivos finais, que aliás, o terrorismo autônomo nem sempre estabelece com clareza sejam quais forem, mas situando-se, como vimos, no âmbito político, não podem ser alcançados sem o concurso de condições políticas e sociais internas favoráveis, como a existência de tensões profundas, em significativas parcelas da população, efetivamente revoltadas, ou susceptíveis de o serem, ou desejosas de independência, bem como de condições geográficas propícias à guerrilha e de populações capazes de aceitarem o sofrimento e privações inerentes, quando uma guerra de guerrilhas continuar a ação iniciada por grupos terroristas, e ainda

de condições externas que propiciem refúgios, dinheiro, armas, e apoios de outros países e da opinião pública internacional. Todos estes pressupostos ultrapassam o âmbito da simples ação terrorista, pelo que esta está condenada ao fracasso quando não está intimamente ligada a uma direção política que não só saiba utilizar os seus efeitos como também os complete através de outras formas de ação.

Essa direção política naturalmente existe quando o terrorismo é utilizado por um Estado no âmbito da sua estratégia indireta. Mas, mesmo assim, permanecem limites muito claros para a sua eficácia. O terrorismo pode, é certo, aumentar a instabilidade política e social dos Estados atingidos, mas isso mais provavelmente poderá levar à instauração de um governo contrário aos interesses do Estado patrocinador do terrorismo, do que a um que lhe seja favorável. Por outro lado, a descoberta do apoio aos terroristas pode causar grave dano ao Estado patrocinador, quer em termos de opinião pública interna e internacional, quer em termos de eventuais represálias (ataques armados como o dos EUA à Líbia, boicotes diplomáticos como os efetuados em determinados casos à Síria e ao Irã...)

Não admira, portanto, que,

até hoje, o terrorismo autônomo tenha conseguido muito poucos êxitos finais, se é que alguns. Casos como os de Chipre, Israel, Egito, que costumam ser apresentados como os raros exemplos desses êxitos, ocorreram no seio de populações colonizadas (ocupadas) desejosas de libertar-se do ocupante, com o concurso de intensa atividade política, e, pelo menos no caso de Israel, com a ação paralela e provavelmente mais eficaz de uma atividade de guerrilha. Nalguns casos, o terrorismo provocou a queda de democracias que foram substituídas por regimes ditoriais contrários à ideologia dos grupos terroristas, como aconteceu na Argentina, no Uruguai, na Turquia. Os casos de terrorismo – aqui poder-se-á falar em guerrilha urbana – da resistência na Europa ocupada pelos nazistas, não se pode afirmar corresponderem a êxitos, pois sem os auxílios dos aliados e a derrota militar dos alemães, muito provavelmente teriam sido progressivamente aniquilados. Os atuais casos de terrorismo autônomo na Europa (Itália, Alemanha, Bélgica, França, Espanha, Irlanda do Norte...) no Oriente Médio (Palestina, Líbano, Emirados Árabes, Arábia Saudita...) na América do Sul (Peru, Colômbia, Guatemala, El Salvador...) não parecem poder conduzir a outro resultado que

não seja o gratuito sacrifício de vidas e bens em troca da criação de alguma instabilidade. Quando muito, êxitos episódicos, pontuais, como no caso da retirada das forças dos EUA, da França e da Itália, do Líbano, após alguns espetaculares ataques suicidas de terroristas pró-iranianos que causaram centenas de mortes. Mas, neste caso, como em outros semelhantes, na decisão da retirada terá pesado mais o escasso interesse ou empenho em manter a situação, por parte do Estado atingido, do que a força de pressão produzida pelo evento.

A Luta contra o Terrorismo

A violência não se afasta com medidas isoladas (...) devem haver reformas políticas, unidades militares especializadas, controles nas fronteiras, etc. O combate ideológico (...) é essencial (...). É preciso um Serviço de Informações (...) Uma estrutura de leis, penal e judicial, adequadas ao julgamento, pesquisa, castigo dos agentes (...) estabelecer um princípio de extradição entre os Estados democráticos, (...) combater as fontes de finan-

ciamento (...) dificultar o acesso aos alvos (...) dissuadir os patrocinadores (...)"

Paul Wilkinson

Conferência proferida ao CDN 86/87.

O terrorismo pode e deve ser combatido, e se o for, de forma adequada, vencido, conforme decorre de resto, da constatação que acabamos de fazer, da sua falta de eficácia, quando forma isolada de aplicação da violência. Mas pela complexidade do fenômeno, expressa tanto na variedade das suas formas como das suas causas e objetivos, a luta contra ele deve ser conduzida simultaneamente em várias frentes, conforme claramente afirma Wilkinson na citação com que introduzimos este capítulo, na qual também são apontadas as principais linhas de atuação dessa luta.

O terrorismo é, como vimos, um fenômeno social. É um erro considerar que nasce ou é provocado por erros sociais, mas podem existir, como também já vimos, aspectos sociais que podem servir ou facilitar a atividade terrorista. Esses aspectos podem encontrar-se em dois níveis: por um lado, focos de tensão e, ou, de injustiça social, po-

tenciais geradores de violência, que podem ser aproveitados pelos terroristas quer como justificação dos seus crimes, quer como geradores de eventuais recrutas ou de cumplicidades. Por outro, idéias e preconceitos existentes na sociedade, que contribuem quer para a justificação teórica da perversão da violência, quer para o aumento do efeito de propaganda da ação terrorista. A constatação da existência destes aspectos sociais que podem favorecer o terrorismo deve levar à adoção de medidas de prevenção, que podem e devem ser conduzidas *antes*, mas também *durante* a atividade terrorista. Paralelamente, e num nível mais geral, deverá ser sempre preocupação dos governantes diminuir as condições que possam favorecer a formação das diversas formas de marginalidade, e manter os marginais sob a mais atenta vigilância possível, sabido, como é que é no seu seio que se recrutam os terroristas.

Declarado o terrorismo, o seu combate necessitará de medidas específicas, todas complementares umas das outras, e só podendo qualquer delas ser verdadeiramente eficiente com o concurso das outras.

A primeira, fundamental, e mais importante dessas medidas, é a montagem e funciona-

mento eficiente de um Sistema de Informações. A necessidade imperiosa de conhecer, quer para prever, quer para dirigir a ação, é tão evidente que não nos parece necessitar de ser mais realçada. Uma coletividade insuficientemente informada sobre os seus inimigos é como um cego que tenta defender-se de um ataque que não pode ver.

Mas, se um bom Serviço de Informações é fundamental, uma atuação adequada e consciente da Comunicação Social é também muito importante. O primeiro e imediato objetivo do terrorismo é espalhar o pânico. Para isso é-lhe fundamental a publicidade, de preferência uma publicidade que também contribua para acentuar os aspectos horríveis da ação terrorista. A eliminação das notícias seria extremamente dissuasiva do terrorismo, mas uma informação "contida", que atenue os impactos psicológicos mais aterrorizantes, e seja conduzida de uma forma pedagógica, poderá também ser muito útil nesse sentido. Para além desse papel, digamos, relativamente passivo, dos "mass média", procurando contrariar a produção do terror, eles têm também um papel ativo, interviente, da maior importância, no combate ideológico às razões invocadas pelos terroristas, bem como na desmistificação das justificações

que apresentam para os seus crimes, os quais devem ser, inequivocamente, tratados e classificados como tal. Não apenas os governantes, mas toda a comunicação social, deve recusar aos terroristas reconhecê-los como combatentes políticos.

As facilidades dos transportes e das comunicações das sociedades modernas facultam ao terrorismo uma das suas principais margens de manobra. A atuação sobre as fronteiras é assim uma medida indispensável. De resto, sendo o domínio da Política Externa o principal Teatro de Operações das guerras menores contemporâneas, uma decidida atuação nesse campo impõe-se naturalmente.

Medidas jurídicas (acordos de extradição) ações diplomáticas, sobretudo se concertadas, sanções econômicas contra os Estados patrocinadores, proibição de determinados portos e aeroportos de Estados que se tenham mostrado demasiado nevólentes para os terroristas ou que se mostrem pouco eficientes na sua vigilância e por isso se tenham mostrado pouco seguros, eventualmente, ações militares mas, sobretudo, acordo entre os países e demonstração inequívoca da vontade de combater o terrorismo. Ponto importante é o de nunca ceder, custe

o que custar, às chantagens e pressões dos terroristas.

Paul Wilkinson, na Conferência proferida ao Curso de Defesa Nacional no IDN, em 1987, defendeu a necessidade de uma legislação especial, de um tribunal internacional, e de prisões internacionais, como forma eficaz de combater o terrorismo internacional. Embora se trate apenas de uma sugestão, aliás de difícil concretização, serve como exemplo da importância da cooperação internacional no combate ao terrorismo, e do tipo de medidas que poderiam ser tomadas. Aliás, na realidade, na CEE, e na OTAN, existem já gabinetes de coordenação, e têm-se verificado encontros a nível de ministros, para acertar ações comuns no combate ao terrorismo. Eventualmente, medidas de coação militar, contra os Estados patrocinadores, poderão tornar-se necessárias.

Determinadas medidas de exceção, como a declaração do estado de sítio, ou do estado de emergência, leis especiais, como, por exemplo, as decretadas por Trudeau no Canadá, ou pelo governo da Irlanda, logo após a obtenção da independência, contra os "irregulares", suprimindo determinados direitos ou garantias, podem ser não só necessárias, como muito úteis. No entanto, haverá que ser-se cuidadoso na administração de

"remédios" tão fortes, pois que o seu exagero pode pôr em causa aquilo que se quer salvaguardar, isto é, o próprio sistema político de democracia liberal. A instauração da pena de morte contra os terroristas é uma medida de exceção muito discutida, mas que já algumas vezes foi utilizada com êxito, como, por exemplo, na luta dos governantes irlandeses contra os "irregulares", ou na eliminação do terrorismo anarquista na França, no fim do século XIX. A pena de morte permite diminuir o risco de ações terroristas destinadas a procurar obter a libertação de elementos presos (esse risco só se manteria até à sua execução). Os argumentos contra são, sobretudo, de índole humanitária, mas pode-se legitimamente pôr a interrogação sobre se indivíduos capazes de friamente liquidarem pessoas inocentes merecem esse humanitarismo ou serão recuperáveis para uma vida social normal. Mais dignos de serem atendidos parecem-me, porém, os argumentos que referem a existência de terroristas compelidos a efetuarem os seus atos, bem como a de patrocinadores e mandadores que ficam "fora" dos crimes cometidos. Estes são aspectos que, contudo, poderiam ser devidamente salvaguardados na elaboração da lei que viesse a impor a pena de morte.

Determinados grupos especialmente treinados e equipados têm um papel necessário e extremamente importante no combate a situações pontuais, como os desvios de aviões ou de barcos, a captura de reféns, a ocupação de determinados locais, etc. Hoje, quase todos os países que têm problemas de terrorismo têm criado grupos deste gênero, que fazem parte das suas polícias, ou, também, das duas Forças Armadas.

Outro conjunto de medidas da maior importância diz respeito à proteção e segurança dos alvos prováveis do terrorismo, bem como à detecção e eliminação das fontes de receita dos terroristas. Alguns grupos, como a OLP e o IRA, tornaram-se verdadeiros potentados capitalistas, gerindo avultadas receitas provenientes tanto de assaltos e roubos, como de negócios legais e ilegais. A obtenção de informações, a atuação eficaz e coordenada dos diversos tipos de polícias, têm aqui o seu papel importante a desempenhar.

Mas sobretudo, o que verdadeiramente interessa, porque suporta e alimenta o resto, é a atitude coletiva da nação. Se houver verdadeira repulsa pelo terrorismo, se este for inequivocadamente condenado por todos, como atuação criminosa sem verdadeira justificação política, se existir uma efetiva vontade

por parte dos governantes em combater o terrorismo, e nunca ceder seja em que circunstâncias for, o terrorismo não chegará a constituir uma ameaça séria, muito embora possa matar alguns milhares de pessoas e destruir bens.

Terrorismo e Pacifismo. As Ligações Impossíveis?

"Sejam de obediência liberal, marxista, ecologista, feminista, os pacifistas deste tipo (ideológicos) têm por objetivo estabelecer a paz perpétua, procurando suprimir as causas supostas da guerra (...) A sociedade industrial está condenada porque seria incapaz de promover um sistema político que respeitasse os direitos humanos (...)"

PHILIPPE FORGET –
"Défense Nationale" –
Jul 83.

Ao verificar a utilização do terrorismo no âmbito das estratégias indiretas por parte dos países do Leste Europeu, isto é, pela U.R.S.S., depara-se-nos,

naturalmente, a estranha coincidência de também aquela superpotência vir utilizando, crescentemente, sobretudo desde os meados dos anos sessenta, os movimentos pacifistas. Nada parece mais oposto do que aqueles que prezam a paz acima de tudo, e os que só vêem como única forma de resolver os problemas sociais e políticos uma violência sangrenta, hiperbólica. Mas, depois de se constatar que ambos favorecem o mesmo lado do conflito Leste-Oeste, e que ambos são suscetíveis de ser manipulados e orientados pela mesma mão, constata-se que também ao nível da personalidade dos seus praticantes, se podem encontrar perturbadores pontos comuns. Obviamente, terrorismo e pacifismo são coisas diferentes, e existem certamente mais diferenças entre os dois grandes movimentos do que dentro de cada um deles, entre os muitos diferentes tipos ou formas em que se dividem, e que já são bastante diferentes uns dos outros. Mas certas características, ao nível do pensamento e ao nível da ação, estabelecem, apesar de tudo, alguma relação entre ambos que não se esperaria encontrar, e não será absurdo supor que existirá mesmo uma sobreposição parcial dos "simpatizantes" de determinados movimentos pacifistas e de certos

grupos terroristas, bem como poderá haver, e parece haver, alguma coordenação entre alguns grupos de um e outro dos dois grandes movimentos, especialmente dentro do teatro europeu.

Ao nível do pensamento, constata-se desde logo que tanto os diferentes tipos de pacifismo, como muitos dos grupos terroristas, designadamente os europeus, perseguem obsessivamente utopias sociais e rejeitam com radicalismo a realidade social e política das sociedades onde vivem (as únicas, aliás, onde uns e outros poderiam viver). Tanto terroristas como pacifistas absolutizam os conceitos, e não só não duvidam eles próprios como não concebem que, sem ser como inimigo, alguém possa pôr dúvidas acerca das verdades em que acreditam. Existem fanáticos pacifistas, que aceitam morrer pelos seus ideais, e o mesmo se passa entre os terroristas. Ambos os movimentos fazem apelo a atitudes extremas, e por isso atraem os temperamentos apaixonados, deixando indiferentes os moderados. Determinadas ideologias sociais e religiosas são tronco comum de onde se originam teorias tanto pacifistas como terroristas.

Uma outra coincidência se estabelece ainda ao nível do pensamento e dos conceitos,

entre os terroristas "privados" que querem a destruição do Estado, e os pacifistas de certos grupos anarquistas e marxistas, que consideram o Estado, qualquer Estado, como instituição, a causa da guerra. Pode assim estabelecer-se entre esses grupos de um e outro movimento uma coincidência de objetivos que abre oportunidade para alianças pontuais.

Em suma, a pressa na construção de utopias, a rejeição da sociedade industrial (ou apenas da modalidade desta designada por capitalismo), a absolutização dos conceitos, o apelo aos radicalismos, a culpabilização do Estado, constituem outros tantos pontos comuns que, ao nível do pensamento, podem aproximar terroristas e pacifistas.

Ao nível da ação, fere-nos desde logo a atenção o fato de tanto o pacifismo como o terrorismo encontrarem o seu meio social de eleição nas democracias demo-liberais, onde as liberdades sociais e políticas e o respeito pelos direitos humanos, eficazmente garantidos, permitem a sua existência. Ambos, pacifismo e terrorismo, são impossíveis no seio dos regimes totalitários e se, por vezes, têm logrado implantar-se e desenvolver-se no interior de algumas ditaduras, tem sido sempre quando, e só quando, as contra-

dições internas, a corrupção, a luta pelo poder, a inépcia e incapacidade dos ditadores enfraquecem essas ditaduras. É exatamente por isso, porque as ditaduras saudáveis e fortes facilmente podem destruir as primeiras sementes tanto do terrorismo como do pacifismo, que um e outro podem ser, e têm sido, utilizados pelos regimes totalitários contra os demo-liberais.

Muitos grupos pacifistas são de inspiração marxista e lutam, não por toda e qualquer paz, como fazem os pacifistas de inspiração liberal, mas por uma determinada paz, a única boa, que é a que reina nos, e entre os, estados socialistas (comunistas). Para alcançar essa boa paz, a única que consideram verdadeira, esses pacifistas entendem que a guerra, ou outra forma de violência armada, pode ser boa, mesmo até, segundo certas interpretações leninistas e trotskistas, inevitável. Nada impede pois estes pacifistas de aceitar ou apoiar o terrorismo se este contribuir para apressar a instauração de um regime comunista ou marxista, cuja existência é condição essencial para a "sua" paz.

De resto, a verificação do que se passa em muitas manifestações pacifistas mostra que não há, pelo menos em certas correntes, uma oposição ab-

soluta ao recurso à violência, já que dela têm feito uso. Essas correntes não condenam toda e qualquer violência, mas sim, e só, a violência quando praticada pelo Estado (a odiada repressão) ou, em termos de política internacional, a violência se praticadas por determinados Estados ou grupos sociais – capitalistas, do 1º Mundo, brancos – mas não por outros – comunistas, do 3º Mundo, não brancos. Tudo se passa efetivamente como se para esses pacifistas a violência não fosse um mal em si mesma, mas um mal condicionado a quem a usa... e para quê. Claramente, um tal pacifismo não tem nada que fundamentalmente se oponha ao terrorismo.

Facilitados nas sociedades demo-liberais, impossíveis nos regimes totalitários, conduzindo à "boa guerra" através da busca da "boa paz", descriminando as violências e praticando-as, apresentando-se disponíveis para determinados patrocínios e apoios, pacifistas e terroristas encontram na ação não menos pontos de contato do que os já verificados no pensamento.

Estes numerosos pontos de contato explicam que possa existir uma larga sobreposição entre os simpatizantes e os apoiantes de movimentos terroristas e pacifistas. Mas além desses pontos de contato já referidos, outros aspectos comuns

ao pacifismo e ao terrorismo contribuem para a sobreposição das simpatias. A maior parte dos pacifismos, como a maior parte dos terrorismos, tem como inimigo principal os EUA, isto é, o mais poderoso dos estados demo-liberais, que, justamente por ser o mais poderoso dos estados, aparece também como símbolo do capitalismo, do "imperialismo", da sociedade de consumo, e, de uma forma geral, dos valores ditos de direita. Justamente, a maior parte dos grupos pacifistas e terroristas do mundo contemporâneo tem como base ideologias e pensamentos ditos de esquerda, proclamando-se anticapitalistas e antiimperialistas. Muitos intelectuais e pessoas que nada têm a ver nem com grupos terroristas nem com pacifistas, têm por alguns deles uma instintiva simpatia só por causa dessas profissões de fé em valores que lhes são caros. Deste modo, intelectuais da esquerda tradicional, simpatizantes, apoiantes e militantes de determinados partidos, inscritos nessa esquerda, partilham com pacifistas e terroristas a convicção da necessidade de serem alcançados determinados objetivos, como o de desarmamento unilateral, a "desnuclearização" do espaço ou de determinadas regiões, a abolição de determinados mísseis e armas, a abolição do

apartheid, etc., e comungam com eles determinadas antipatias, como o anti-sionismo, o anti-americanismo, o anti-sociedade de consumo, bem como simpatias por movimentos revolucionários ou regimes saídos destes, que se proclamem socialistas, ou sejam do 3º Mundo, como a OLP, o ANC, etc.

Estas coincidências de determinados aspectos do pensamento e da ação, e esta sobreposição parcial, mas vasta, de simpatias e predisposições favoráveis, não só permitem, mas facilitam a coordenação na ação. Pacifismo e Terrorismo têm sido, de fato, duas das principais formas de intervenção possíveis na Europa "santuariizada" pela dissuasão nuclear. Tendo por trás o enorme poderio militar da URSS, que insinua o medo, contando com a eficiente e vasta rede de apoios proporcionados pelas embaixadas, consulados, missões econômicas e culturais, daquela superpotência e seus países satélites, bem como pelos partidos pró-soviéticos que existem em todo o Ocidente, os movimentos pacifistas vêem multiplicados os seus efeitos e facilitadas as suas atuações, e os grupos terroristas têm podido obter acesso a campos de treino e refúgios de outro modo muito mais difíceis de conseguir. As simpatias que a partilha de determinados

preconceitos de esquerda despertam garantem uma maior eficácia das ações de propaganda dos pacifistas e um tratamento relativamente tolerante dos terrorismos que se adaptam a esses preconceitos.

Na realidade, e de certo modo, o pacifismo tem vindo a tornar-se, ainda mais do que a penetração ideológica, progressivamente amortecida após as revelações da Tchecoslováquia, do "Gulag" do Afeganistão, etc., etc., e quase tanto como a enorme ameaça do monstruoso poder militar soviético, um poderoso instrumento para a "finlandização" da Europa Ocidental, para a qual contribui através da destruição da vontade de Defesa. Simultaneamente, o terrorismo, que é a única forma de violência armada política possível nesta Europa sem que se corra o risco de desencadear a 3ª Guerra Mundial, é um meio de "desestabilização" política e social que, ou pode facilitar o acesso ao Poder dos "aliados ideológicos" da URSS, ou pode abrir caminho a ditaduras de direita que seriam perturbadoras do dispositivo da OTAN e certamente frágeis a prazo por falta de suficiente suporte a nível das opiniões públicas. Entretanto, a própria desestabilização enfraqueceria a capacidade de decisão dos respectivos governos, concorrendo com o enfa-

quecimento da vontade de Defesa provocado pelo pacifismo para a progressiva subordinação à influência soviética. A coinci-

dência do terrorismo e do pacifismo teria, assim, sido conseguida na conquista pacífica da Europa.

RAÚL FRANÇOIS MARTINS é Brigadeiro das Forças Armadas de Portugal.

RAZÕES COLORIDAS PRA VOCÊ APLICAR NA POUPANÇA-OURO.

O VERDE.

O Banco do Brasil aplica no campo os recursos que capta com a Poupança-Ouro. Investe em projetos agrícolas. Financia o plantio e a irrigação.

Com isso a produção de alimentos aumenta.

O País fica mais verde.

E mais laranja, mais abóbora, mais rosa, mais violeta.

O AMARELO.

O seu dinheiro é reajustado monetariamente e rende juros, se valoriza sempre.

E você tem uma garantia que vale ouro. A segurança de 180 anos do Banco do Brasil.

Poupança-Ouro.

Você vai acabar encontrando razões de todas as cores pra aplicar o seu dinheiro.



BANCO DO BRASIL



A GUERRA LIMITADA SEGUNDO O ENFOQUE DAS SUPERPOTÊNCIAS E A APLICAÇÃO DE SEUS CONCEITOS AS NAÇÕES DO TERCEIRO MUNDO

Luiz Sergio Silveira Costa

Artigo transcrito da "Seção da EGN", da Revista Marítima Brasileira (Nº 718, Jul/Set/88).

Nele são discutidos conceitos de guerra limitada, comentadas as guerras contemporâneas clássicas no seu contexto (Coréia, Vietnã e Malvinas) e apreciado o enfoque que lhe emprestam as superpotências e as nações do Terceiro Mundo.

Segundo o autor "a História, esse imenso sistema de alarme, acabou consagrando a guerra limitada, pois, terminada a 2ª Guerra Mundial, não mais ocorreram guerras totais..." – citação que ressalta a relevância do assunto.

A GUERRA

A guerra, segundo a concepção clássica, foi sempre considerada como uma exceção ao estado de paz, pois a normalidade é a paz e não a guerra, o que implica o estado de direito – no plano interno – e a ação da diplomacia e no respeito à soberania dos outros países – no plano externo. Porém, ao longo da história da humanidade, a paz é que tem sido a exceção.

O historiador David Wood, considerando apenas os anos transcorridos após a Segunda Guerra Mundial, registrou mais de 73 conflitos, não computadas, por posteriores à sua obra, as lutas entre Israel e os países árabes, entre a Índia e o Paquistão, a Guerra das Malvinas, a Guerra Irã – Iraque e vários atos isolados de agressão e terrorismo.

Ao que parece, muitos ainda estão buscando inspiração nas palavras de Hugo Grotius, notável jurista holandês dos séculos XVI e XVII (1583-1645), escritas em seu *De juri belli et pacis*: “É um preceito de regra geral da razão de que todo homem deve procurar a paz enquanto tiver esperanças de obtê-la e, quando isso não for possível, poder buscar e utilizar todos os recursos e vantagens da guerra” (4:13).

A GUERRA LIMITADA

Segundo Robert Osgood, a guerra limitada é aquela que envolve dois ou muito poucos beligerantes e na qual a batalha é limitada a uma área geográfica; é dirigida contra alvos selecionados, primordialmente contra aqueles de importância militar; os objetivos são definidos e limitados, demandando menos poder do que a capacidade total de cada oponente; permite que a vida administrativa e econômica dos participantes continue sem maiores perturbações, e não visa à rendição incondicional nem à completa destruição do rival.

Nada mais justo que um estudioso dos assuntos militares, como Osgood, procure definições. Mas, em se tratando de guerra, uma insensatez por natureza, irracionalidade por concepção e selvageria por execução, não há como conceituá-la ou defini-la sem cair em contestação. Uma guerra pode começar limitada e se estender, tornando-se global ou total. Pode, ainda, ser limitada para um partido e significar a própria sobrevivência do país, para o outro.

No estudo das guerras, Osgood registrou que totais foram as guerras dos séculos XVI e XVII, as guerras napoleônicas dos séculos XVIII e XIX e as duas guerras mundiais. As outras guerras do século XVIII,

grande parte das do século XIX e as demais do século XX foram claramente limitadas, com destaque para as da Coreia e Vietnã, consideradas como guerras limitadas clássicas.

Henry Kissinger em seu livro *Nuclear weapons and foreign policy*, publicado em 1957, definiu a guerra limitada como aquela com objetivos políticos específicos, que tendem a estabelecer uma relação entre as forças empregadas e a meta a ser atingida e que reflete uma tentativa para afetar a vontade do oponente, não para aniquilá-lo, mas para mostrar-lhe que é mais atrativo não continuar resistindo.

O primeiro estudos e apologistas da guerra limitada foi Lidell Hart. Os fundamentos da sua teoria sobre esse tipo de guerra surgiram na década de 20, originários da sua convicção de que os líderes militares europeus perderam de vista o verdadeiro objetivo da guerra e, consequentemente, conduziram de forma indevida a Primeira Guerra Mundial. Acreditando que o único objetivo da guerra era a destruição do inimigo em grandes batalhas, passaram quatro longos anos em um enorme esforço de atração. Lidell Hart achava que havia bastante exemplos que provavam que a vitória sobre as forças principais do inimigo não era si-

nônimo de ganhar a guerra. Além disso, como mostraram as guerras mundiais, as tentativas de alcançar esse objetivo poderiam facilmente conduzir as guerras a se globalizarem, a "guerras nas quais não se sabe quando parar", com o condutor da guerra permitindo que o instinto de lutar acabe dominando a razão.

Nos anos 50, Lidell Hart foi um firme opositor ao uso do armamento nuclear. Dizia que "a guerra total implica que o propósito, o esforço e o grau de violência são ilimitados. A vitória é perseguida sem olhar para as consequências. Uma guerra ilimitada com poder atômico será suicídio mútuo" (10:72).

Oito meses após o lançamento das bombas no Japão, foi de Lidell Hart a primeira análise pública feita por um escritor militar. Nela estabeleceu os temas que dominariam seus escritos posteriores: a incompatibilidade entre a guerra limitada e o armamento nuclear e, em consequência, a necessidade de as nações pacíficas manterem forças convencionais adequadas às suas defesas.

Bernard Brodie foi, também, um dos pioneiros no estudo e defesa da guerra limitada. Para ele, o que mantém a guerra limitada é a contenção deliberada dos meios empregados. E dizia, em seu livro *Strategy in the*

missile age, publicado em 1959: "Devemos estar dispostos a limitar os objetivos porque desejamos manter a guerra limitada e não vice-versa" (11:34). Seria como dizer que a guerra limitada ocorre porque se quer alcançar objetivos apenas com parte do poder militar, sendo irracional a escolha de objetivos que só podem ser obtidos com o uso global do poder ou do armamento nuclear.

Apesar dos estudos pioneiros de Brodie e Lidell Hart, o conceito de guerra limitada emergiu fundamentalmente devido a dois temores básicos: o de uma nova guerra total, mal terminada a Segunda Guerra Mundial, e o de um conflito nuclear, que arriscaria a própria sobrevivência da humanidade. Até aquela guerra, os estudiosos entendiam que a vitória dependia da completa destruição do inimigo. No entanto, a devastação humana e material causada pelo conflito de 1939 a 1945 e o impacto das bombas atômicas lançadas no Japão levaram o pensamento dos estrategistas a se voltar para os problemas que adviriam com o emprego da arma nuclear em uma nova guerra. Surgia, assim, o conceito segundo o qual o grande objetivo da política deveria ser o de evitar a guerra total, limitando-se os demais objetivos políticos da guerra de modo a ga-

nhá-la sem se chegar à vitória militar do tipo tradicional.

A História, esse imenso sistema de alarme, acabou consagrando a guerra limitada, pois, terminada a Segunda Guerra Mundial, não mais ocorreram guerras totais, tendo acontecido algumas dezenas de guerras, a maioria sem envolvimento das potências nucleares em ostensivo antagonismo, a não ser a crise dos mísseis de Cuba, que colocou o mundo à beira da confrontação nuclear entre as duas potências.

AS GUERRAS LIMITADAS CONTEMPORÂNEAS CLÁSSICAS

Guerra da Coréia

A limitação da guerra foi mostrada quando MacArthur recebeu ordens do Presidente Truman para manter a guerra isolada, evitando que se espalhasse para outros pontos do Sudeste asiático. Com efeito, apesar de haver uma força das Nações Unidas lutando contra os norte-coreanos, os americanos não permitiram o emprego de tropas da China Nacionalista. Além disso, foram claramente expressas ordens a MacArthur para que não ultrapassasse o Rio Yalu, na fronteira com a China Comunista.

A Guerra da Coréia foi a primeira sob a égide das Nações Unidas e a primeira experiência americana em guerra limitada. Teria sido realmente limitada? Certamente que sim para os americanos, que se impuseram várias restrições, principalmente pelo temor da entrada da China e União Soviética. Apesar disso, os chineses lá estiveram com suas tropas bem treinadas e os soviéticos também, com aviões e pilotos. Com a limitação auto-imposta pelos americanos, ficou patente que a guerra não poderia ser vencida, gerando um frustrante sentimento de que a guerra foi lutada com uma das mãos amarrada às costas, o que impediu a unificação da Coréia livre do jugo comunista.

Guerra do Vietnã

O incidente no Golfo de Tonquim, quando o USS *Mad-dox* foi atacado por lanchas vietnamitas, deu a Johnson, que assumira o Governo americano com o assassinato de Kennedy, a oportunidade que desejava para obter do Congresso permissão para realizar ataques ao Vietnã do Norte, que apoiava o movimento guerrilheiro no sul – o Vietcongue – que já detinha o controle de um terço do Vietnã do Sul.

Os ataques aéreos americanos

ao norte foram limitados, não tendo, deliberadamente, bombardeado Hanói e Haiphong, para não causar danos às populações civis

Em 31 de janeiro de 1968 começou a chamada *ofensiva do Tet* – ano novo vietnamita – com a invasão da Embaixada dos Estados Unidos em Saigon e de várias bases americanas no país. A invasão foi rechaçada, mas a um custo elevado de vidas, causando uma derrota política para Johnson, que passou o governo a Nixon, ao mesmo tempo em que começaram as negociações de paz em Paris, encerradas com a assinatura do tratado de paz a 27 de janeiro de 1973, que marcou a retirada definitiva dos americanos do Vietnã.

Enquanto Nixon anunciava uma “paz com honra”, os americanos se retiraram, deixando 200 mil soldados norte-vietnamitas e 50 mil vietcongues no Vietnã do Sul, que acabou dominado e unificado sob o regime comunista.

Apesar de toda superioridade dos Estados Unidos, inclusive com completo domínio do mar, a guerra lhes custou 55 mil vidas, 300 mil feridos, 150 bilhões de dólares e danos morais e psicológicos que até hoje se refletem na sociedade americana.

Não é por outra razão que,

indignado com o uso limitado do poder, o Almirante Grant Sharp, Comandante-em-Chefe das Forças do Pacífico, declarava, em seu livro *Strategy for defeat. Vietnam in retrospect*:

"Os propósitos e objetivos de uma estratégia política internacional podem ser razoavelmente limitados, como foram os nossos no Vietnã, mas a aplicação do poder militar necessário para alcançar esses objetivos não pode e não deve ser tacitamente limitada. Uma vez tomada a decisão de entrar numa guerra, essa deve ser lutada completamente e não pela metade. O soldado que pisa numa mina que não foi varrida não morre pela metade. O piloto cujo avião foi atingido por um míssil, lançado de uma área que não lhe era permitido bombardear, não cai pela metade ou não fica prisioneiro pela metade" (17:270).

Na Guerra da Coréia, o principal fator de limitação foi o temor de uma guerra com a China e a União Soviética. No Vietnã, as limitações foram impostas pela concepção de que o objetivo político não era suficientemente atrativo para justificar a expansão.

Guerra das Malvinas

Foi um conflito de dimensões rigorosamente limitadas. O

objetivo comum foram as Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich, que os argentinos queriam tomar e incorporar ao seu patrimônio.

Além do objetivo limitado, a Argentina foi limitada pela sua menor capacidade militar, e a Grã-Bretanha, pela imposição dos países desenvolvidos que a apoiavam. E após vencer a guerra, tendo completo domínio do mar e podendo até bombardear território continental argentino, os britânicos não escalaram a guerra, regressando após a retomada das ilhas e rendição argentina.

Foi uma guerra que rendeu homenagem às teorias de Osgood, pois envolveu apenas dois beligerantes; a batalha foi reduzida a uma área marítima e terrestre bem delimitada; foi dirigida contra alvos selecionados e primordialmente de importância militar; não houve empenho de todo o poder nacional dos oponentes; os objetivos foram limitados; só exigiu parte do potencial humano e militar dos envolvidos e não visou à completa destruição do país inimigo.

Rendeu homenagem também a Lidell Hart e à sua teoria da incompatibilidade entre a guerra limitada e a guerra nuclear, pois envolveu um país cujo potencial nuclear foi usado apenas para propulsionar alguns de seus submarinos...

A GUERRA LIMITADA NO ENFOQUE DAS SUPERPOTÊNCIAS E NAÇÕES DO TERCEIRO MUNDO

A guerra limitada leva a marca de um particular período da política externa americana, como parte da política de *guerra fria*. Concebida logo após o final da Segunda Guerra Mundial, com a estratégia de *contenção periférica*, foi na década de 60, no Governo Kennedy, que a guerra limitada se converteu em doutrina oficial, em um cenário em que o propósito era a contenção do movimento de expansão do comunismo internacional.

Mas, apesar do inicial monopólio nuclear e da, durante muito tempo, superioridade nuclear, os Estados Unidos não lograram êxito, pois os soviéticos estenderam seu domínio aos países ocupados do Leste europeu, chegando até a ameaçar o Irã, Grécia e Turquia. E, sem nunca terem se aproveitado da sua superioridade, devido à equivocada política de limitação ao uso do poder, os americanos se condenaram a não ter mais grandes triunfos militares, acabando por colher frustrações até nos conflitos limitados, como na Coréia e no Vietnã.

Os soviéticos, por seu turno, nunca advogaram o uso aberto e

declarado do seu poder, a não ser nos países-satélites. Derrotados na crise de Cuba, têm preferido, de forma velada e sob a capa da *coexistência pacífica*, a exportação insidiosa do movimento comunista, auxiliando, com técnicos e armamentos, em todos os cantos do mundo, as insurreições e lutas de conquista de inspiração marxista-leninista. É evidente que, quanto mais limitada for a guerra, melhor será para a sua ação clandestina.

O conceito de guerra limitada é também aplicável a uma nação do terceiro mundo, momente se a guerra for travada contra país em mesmo estágio de desenvolvimento, como foi o caso da guerra entre o Irã e o Iraque.

Como um país do terceiro mundo tem poder nacional limitado, sua atuação numa guerra será sempre limitada, embora o país possa estar lutando com todas as forças vivas da nação, ou seja, de modo total, quando ameaçada a sua sobrevivência ou contagiado por uma forte ideologia. Nesses casos, o caráter extremado da causa pode gerar uma motivação irradiante e acabar conduzindo a vitórias notáveis, principalmente se o inimigo for mais forte e lutar de modo limitado, como ocorrido nas guerras da Coréia e, principalmente, do Vietnã.

É lógico que em questões menores, objetivos políticos limitados e defrontando-se com inimigos parelhos, as nações menos desenvolvidas utilizarão apenas uma parte do seu já limitado poder, situação em que ocorrerá verdadeiramente uma guerra limitada, pela própria limitação dos beligerantes.

CONCLUSÃO

Parece ser evidente que as concepções militares atuais não pretendem repetir o passado, quando prevalecia a glorificação do espírito ofensivo e a absoluta vontade de aniquilar o inimigo.

O custo de uma guerra total e o surgimento do armamento nuclear, embora sem determinarem a obsolescência do conflito armado, trouxeram uma nova postura, a da limitação da guerra.

Por isso, as guerras atuais têm sido limitadas em muitos aspectos e estudadas de forma acadêmica, numa tentativa de enquadrá-la em parâmetros teóricos. Mesmo assim, o próprio Osgood, um de seus maiores estudiosos, acabou concluindo que "as condições e modalidades dos conflitos internacionais são demasiado variadas, dinâmicas e subjetivas para que a guerra limitada possa ser submetida a regras preestabelecidas" (15:103).

Reportando-nos à clássica concepção de Clausewitz, de que "a guerra é a continuação da política por outros meios", e cientes de que aqueles que conduzem a política sabem que têm capacidade de violentar o meio ou agredir o seu semelhante, movidos por um interesse maior, podemos concluir que a guerra, limitada ou não, continuará ainda por muito tempo presente e cada vez mais deverá povoar os nossos pensamentos e ser alvo de nossas profundas reflexões.

O próprio Lidell Hart, há muitos anos, criticando aqueles que achavam estar o mundo fadado a uma escolha entre a guerra total ou a paz total, dizia que, embora fosse um pacifista de coração, não tinha, num futuro visível, esperanças na segunda opção.

Certamente que nós, do nosso presente, o futuro de Lidell Hart, não podemos pensar diferente.

A paz ainda não é para amanhã.

Si vis pacem, para bellum.

BIBLIOGRAFIA

1. ADMIRE, John H. Understanding limited war. *Marine Corps Gazette*, Quantico, 67: 50-56, jan. 1983.
2. CANCIAN, Mark F. Future conflict and the lessons of Vietnam. *Marine Corps Gazette*, Quantico, 67: 57-65, jan. 1983.
3. COSTA, Luiz Sergio Silveira, dir. et

- alli. *Trabalho sobre estratégia marítima*. Rio de Janeiro, EGN, 1987.
4. CHAVES, Omar Emir. A guerra absoluta e a guerra limitada. *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, 31: 3-14, set. 1985.
5. CORDEIRO JÚNIOR, Haroldo Bastos. Evolução do pensamento estratégico das superpotências. Rio de Janeiro, 5^a ed., 1987. Palestra na Escola de Guerra Naval, em 9 abr. 1987.
6. DEITCHMAN, Seymour, J. Guerra Limitada. *Military Review*, Fort Leavenworth, 51: B-16, jul. 1971.
7. FREITAS JÚNIOR, Arthur Oscar. *A guerra limitada e a guerra total*. Rio de Janeiro, EGN, 1985.
8. FLORES, Mario Cesar. Malvinas: uma primeira abordagem. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, 102 (4/6): 59-70, abr/jun. 1982.
9. KOBURGER JÚNIOR, Charles W. Guerras limitadas. *Military Review*, Fort Leavenworth, 48: 3-9, jul. 1968.
10. LARSON, Robert H. B. H. Lidell Hart: Apostle of limited war. *Military Affairs*, Kansas, 44: 70-74, apr. 1980.
11. LEGRO, William E. Dois conceitos de guerra limitada. *Military Review*, Fort Leavenworth, 50: 32-39, jul. 1970.
12. LIDELL HART, B.H. *As grandes guerras da história*. 2^a ed. São Paulo, IBRASA, 1967, 514 p.
13. — *Estratégia*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1966, 507 p.
14. OSGOOD, Robert E. *Limited war. The challenge to american strategy*. Chicago, The University of Chicago Press, 1957, 315 p.
15. — Nuevo examen de la guerra limitada. *Estrategia*, Buenos Aires, 2: 80-103, mai/jun. 1970.
16. SASS JR, Edward J. *Lições aprendidas com a guerra aérea na Coreia*. Rio de Janeiro. Conferência na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, s.d.
17. SHARP, Ulysses S. Grant. *Strategy for defeat. Vietnam in retrospect*. San Rafael, Presdío Press, 1978, 324 p.
18. SHERMER, David. *Wars of the 20th century*. Hong Kong, Mandarin, 1975.
19. SILVA, Antonio da. *As guerras e as escolas de pensamento*. Rio de Janeiro, EGN, 1986.
20. VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. Conflito no Atlântico Sul. *Revista Marítima Brasileira* Rio de Janeiro, 105 (4/6): 7-35, abr/jun. 1985.

"A FI Indústria e Comércio foi criada em 1980 para operar instalações industriais da Marinha, com o objetivo de tornar o Brasil auto-suficiente na

NOSSO ALVO PRINCIPAL É O PRÓXIMO DESAFIO

produção de munições navais, e de campanha. Tal meta, pelas conquistas alcançadas, já se direciona para a exportação. É o desafio como uma constante para estimular o progresso de quem acredita no que faz".

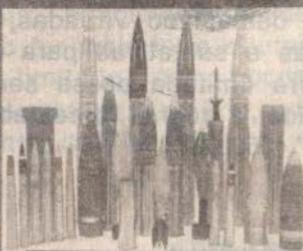


FI INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Fábrica: Avenida Brasil, km. 48

Tel. (021) 394-9797 - RJ

Escritório: Avenida Rio Branco, 26 - 8^º andar
Tel. (021) 233-1188 / Telex 21 23997
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20090



Pra que se arriscar por aí?

Caderneta
da Caixa

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



Por que se aventurar
ai fora nessa selva
de cálculos?

Dividir... Multipli-
car... OTN, IPC, BTN,
MVR, LFT...

A segurança está
na Caderneta da Caixa.

Aqui você não perde
nunca.

Essa é a palavra da
Caixa. E a Caixa é a
Caixa.

Vem pra
segurança
da Caixa você
também.
Vem.



CONSIDERAÇÕES E SUGESTÕES RELATIVAS À TELEDUCAÇÃO NO BRASIL

Taunay Drummond Coelho Reis

Neste artigo, o autor procura sensibilizar o leitor a respeito do melhor aproveitamento da teleducação no Brasil e apresenta sugestões com vistas a esse fim.

Este artigo é um ato de perseverança.

Tendo o autor completado 31 anos de serviços ininterruptos dedicados à teleducação brasileira, julga ter acumulado experiência que poderá ser útil a todos que, como ele, acreditam que ela, multiplicando a excelência e vencendo as distâncias e o tempo, poderá transformar-se no gênio da lâmpada, na bota de sete léguas, na multiplicadora dos pães e na má-

quina do tempo da educação em nosso país.

Em decorrência das razões, considerações e preocupações referidas nos trabalhos e livro por ele publicados e, particularmente, no artigo "Deveres e Direitos dos Ouvintes Telespectadores",¹ reforçadas e acrescidas por outras constantes da parte inicial deste texto, propõe-se a apresentar as sugestões que julga pertinentes.

O Brasil não pode se dar ao

1. Ver *A Defesa Nacional* nº 700, Março-82, pág. 87

luxo de subutilizar a Rede de Televisão Educativa (RTVE) pública em atendimentos distanciados de nossas carências históricas óbvias, e que toda documentação seria relacionada com a política de educação registra.

O Brasil não pode aceitar como permanentes os desfalques registrados nas reservas de canais de rádio e TV que, infelizmente, têm ocorrido, prejudicando a educação para beneficiar as emissoras comerciais.

Nem a Constituição, nem as leis, nem os regulamentos, nem os estatutos, nem os documentos oficiais, e nem nossa cultura consagram à informação ou ao entretenimento mais importância que à educação. Ostensivamente, nada, nem ninguém, relega a educação a um segundo ou terceiro plano. Sua prioridade é sistematicamente reiterada. Em consequência, torna-se indispensável que o poder público, por virtude, coerência, fielidade, lucidez, e até por conveniência, consagre, na prática, por intermédio de ações, a prioridade da educação tão propalada. O atendimento aos carentes da educação, sendo política com "P" maiúsculo, engrandece o político.

No "perseguir contínua e obcecadamente a excelência",²

é indispensável conquistar a colaboração dos melhores mestres do País, no que concerne à capacidade de transmitir conhecimentos por intermédio do rádio ou da TV.

Por uma série de razões, nossos carentes merecem ter acesso ao produto do trabalho desses mestres, particularmente quando está ao nosso alcance, por intermédio da RTVE, assegurar-lhes esse benefício. E, por excepcionais que são, esses mestres, no interesse dos alunos e por justiça, devem ser excepcionalmente remunerados.

Aos desinformados que cuñaram a expressão "programação chata com ranço pedagógico", podemos responder, baseados na própria definição de pedagógico que o que for chato ou rançoso não poderá ser pedagógico e vice-versa. A referida expressão é pois incoerente e contraditória.

Considerando a importância educativa, cultural, política e social da teleducação, os partidos políticos não podem nem ignorar, nem deixar de incluir, explicitamente, a RTVE nos programas que orientam as respectivas ações partidárias. Na medida em que um partido assumir, ou deixar de assumir, a teleducação, comprovará seu

2. Ver *A Defesa Nacional* nº 700 Março-82, pág. 90

grau de fidelidade, ou infidelidade, para com o bem comum.

Calcado nessas considerações, é lícito sugerir:

- que o Ministério da Educação, as Secretarias Estaduais de Educação, Fundação de Televisão Educativa (FUNTEVÊ) e a Associação Brasileira de Tecnologia Educacional montem estruturas permanentes e eficazes, capacitadas a vigiar e preservar a integridade das atuais reservas de canais para a educação. O objetivo é impedir os desfalques que, infelizmente, vêm ocorrendo com sérios prejuízos para o presente e o futuro da teleducação;

- que a FUNTEVÊ, onde quer que se enquadre no organograma da administração federal, trabalhe, por intermédio de todos os meios ao seu dispor, em caráter prioritário, em benefício dos carentes da educação. Para bem cumprir esse dever, ela precisa, por ocasião das decisões sobre programas de trabalho, ouvir as demandas dos responsáveis pela educação nos âmbitos federal, estadual, municipal e, inclusive, as opiniões das associações de pais. "Mutatis mutandis", o mesmo deve ocorrer com as emissoras universitárias;

- que as demais entidades de rádio e TV educativas, onde

quer que se enquadrem nos organogramas das administrações estaduais, trabalhem, em caráter prioritário, em benefício dos carentes da educação com os quais estão ética e legalmente comprometidas;

- que a FUNTEVÊ e as demais entidades de RTVE conquistem a colaboração dos melhores mestres do país, no que concerne à capacidade de transmitir conhecimentos por intermédio do rádio ou da TV. O cadastro desses especialistas merece ser criteriosamente organizado e continuamente enriquecido;

- que a FUNTEVÊ e as demais entidades de RTVE do país incluam, obrigatoriamente, em suas atividades, trabalhos de "caráter educativo marcante" conforme preconizado pelo Congresso Internacional de RTVE de Paris.³ Esses trabalhos são caracterizados pelos objetivos educacionais almejados, pela continuidade da ação, pelos meios complementares empregados e pelas condições de recepção;

- que os partidos políticos incluam, explicitamente, em seus programas, como pretendem utilizar a teleducação em benefício do povo, em geral, e dos carentes da educação, em particular, e como pretendem

3. Ver *A Defesa Nacional* nº 700 Março-82, pág. 89

restaurar e preservar as reservas de canais da RTVE.

São sugestões que, se deseja e acredita, poderão colabo-

rar para o aperfeiçoamento de nossa RTVE, desde que amplamente divulgadas, aceitas e concretizadas.



O General-de-Brigada R/1 Taunay Drummond Coelho Reis, além dos cursos militares de formação e aperfeiçoamento, possui o de Clássificação de Pessoal, e vários de especialização nas áreas da Educação e da Comunicação. Membro do Diretório Central da Liga da Defesa Nacional, Presidente do Grupo de Trabalho do Ministério das Comunicações e do Ministério da Educação e Cultura sobre Telecomunicações, membro do Conselho

Técnico da Associação Brasileira para Superdotados (ABSSD), do Conselho Nacional de Comunicação (CNC) e da Comissão Brasileira de Atividades Especiais (COBAE). Participou da elaboração de Manuais de Campanha e Técnicos publicados pelo Exército. Além de colaborar em publicações do MEC, tem publicado artigos sobre Energia Atômica, Teleducação e Psicologia.



**BLACK &
DECKER**

**Soluções com talento,
para você ganhar tempo.**



ATIRADOR DE ELITE: Seu emprego na "Guerra na Selva"

José Carlos Pereira

Neste artigo, o autor procura demonstrar a importância do atirador de elite na "Guerra na Selva" e afirma que, com ele, é possível conseguir um sistema de armas eficaz, para emprego em tempo de paz ou de guerra.

INTRODUÇÃO

Desde a Guerra de Tróia, quando o poderoso e bem protegido Aquiles foi posto fora de combate por uma simples flecha, disparada com grande precisão por um arqueiro, que lhe acertou o calcanhar, muita coisa mudou na arte da guerra.

Dos arcos e flechas, passamos para o uso da pólvora e dos fuzis automáticos. Aumentou-se

o volume de projéteis sobre o inimigo, mas, em compensação, cresceu sensivelmente o custo para pôr esse adversário fora de combate.

O acréscimo no volume de armamento e munição empregado trouxe grandes problemas ao apoio logístico de todos os exércitos. Na Amazônia Brasileira isto é um grande desafio.

O que este artigo pretende demonstrar é que um atirador de elite, sem apoio administrativo

de alta complexidade, bem instruído, de moral elevada e com seu fuzil, é ainda um dos "sistemas de armas" mais simples e econômicos, cujo emprego tem grande eficiência no combate em selva.

ÁREA OPERACIONAL

A Amazônia Brasileira, com sua densa floresta latifoliada, seus extensos rios, poucas estradas, e representando 43% do território brasileiro, por suas características fisiográficas, apresenta inúmeros óbices no emprego de grandes efetivos militares.

As características do terreno limitarão as operações a poucas vias de acesso e a um efetivo relativamente pequeno a ser empregado. Além disso, outra característica do combate será o emprego de pequenos efetivos, descentralizadamente.

Se a área dificulta o emprego de um exército no combate convencional, apresenta, em compensação, grandes facilidades para o surgimento de guerrilhas.

No Sudeste Asiático, onde ocorrem características fisiográficas semelhantes às da Amazônia, durante a Guerra da Indochina há registros de que os atiradores emboscados foram empregados em grande escala

por ambos os contendores, com excelentes resultados.

CONCEITOS OPERACIONAIS

O emprego de "atiradores de elite" apresenta duas correntes de pensamento: uma prevê o emprego de um ou dois homens, com a função básica de causar baixas ao inimigo; a outra defende a idéia de dois atiradores acompanhados por mais quatro a oito homens, que atuariam como levantadores de alvos, mantendo ligações com o comando e, mesmo, dirigindo o fogo das armas de apoio para o desengajamento dos atiradores.

Em ambos os casos, uma norma a ser seguida consiste em enviar equipes para reconhecimento das trilhas, varadouros e vias de acesso que o inimigo possa empregar. Assim fazendo, teriam completa noção do terreno, para melhor preparar as posições de emboscada.

No combate de selva, o uso mais apropriado do atirador seria:

- abater a moral da tropa inimiga, pois nada mais desmoralizante que saber que existe a possibilidade de ser atingido por um tiro de alguém que está oculto na selva e, praticamente, impossível de ser localizado;

- limitar, ou mesmo inviabilizar, o movimento de tropas inimigas em determinada área ou, mesmo, nas poucas estradas e trilhas existentes na selva, obrigando o adversário a perder tempo e tomar medidas rigorosas de segurança nos seus movimentos;
- escolher alvos de importância para o inimigo, tais como: comandantes militares, chefes políticos, observadores avançados das armas de apoio e, principalmente, guias ou mateiros;
- bater, com fogos precisos, as possíveis vias de infiltração;
- manter a segurança das instalações fixas, cobrindo suas vias de acesso com fogos ajustados e precisos;
- abater atiradores de elite inimigos, pois a melhor maneira de combater atiradores adversários é fazer uso de soldados similares e perfeitamente adaptados à selva;
- conduzir fogos das armas de apoio, assinalando alvos com munição traçante ou incendiária;
- enfrentar criminosos e terroristas que se utilizem de reféns em tempo e paz.

MATERIAL A SER EMPREGADO

Armamento

Para realizar o tiro em terreno de selva, o atirador necessita de uma arma que dispare um projétil com alcance suficiente, potência de impacto (stopping power) capaz de causar a baixa, e precisão suficiente até o alvo, que deverá estar a grande distância (segundo os padrões da guerra na selva, cerca de 500m).

Outro fato importante a levar em conta é saber se o fuzil deve ser semi-automático, ou de ação manual (ferrolho).

Pelo uso normal podemos verificar que um bom atirador leva de 10 a 15 segundos de intervalo, entre um tiro e outro, ou seja, em torno de 4 a 6 tiros por minuto, como velocidade prática de tiro.

A velocidade prática de tiro de um fuzil semi-automático está entre 30 e 40 tiros por minuto, ou seja, um tiro a cada 2 segundos. Para um fuzil manual (ferrolho), gasta-se em torno de 2 a 3 segundos para recarregar e, deve-se acrescentar, mais 12 a 15 segundos para fazer a pontaria e disparar. Temos, em consequência, um tempo entre 14 a 18 segundos, o que permite de 3,5 a 4 disparos por minuto.

Se levarmos em conta a dis-

tância entre o atirador e o alvo, notamos que não há grandes diferenças no emprego de um fuzil semi-automático e de um com ferrolho, considerando-se a velocidade prática de tiro.

Estudos realizados em vários países demonstram que o fuzil de ferrolho e ação simples é muito mais preciso que o semi-automático. A vantagem desse último é sua maior cadência de tiro, o que neste estudo não é fator preponderante.

Outra característica importante é o peso do armamento e seus acessórios, tais como: mira telescópica, dispositivos de iluminação, material de limpeza etc. Não devemos esquecer, também, a rusticidade do material, em virtude das difíceis condições de manutenção na selva. O peso da arma e seus acessórios deverá estar entre 4 e 6 kg.

As Unidades de Selva do Exército Brasileiro possuem como dotação o fuzil automático leve (FAL), arma semi-automática que atende perfeitamente aos requisitos para o tiro de precisão em terreno de selva. Além disso, ainda dispomos do excelente fuzil Mauser modelo 1908, de ferrolho, que, com algumas modificações, tornar-se-ia um perfeito fuzil de precisão.

Munição

Vejamos agora a munição a ser empregada.

Balisticamente o cartucho mais perfeito é o de 7mm, biogival, que apresentou melhores resultados no tiro até distâncias de 800 a 1.000m; entretanto, não vemos necessidade de realizar disparos a mais de 600m na selva, por problemas de vegetação, observação de alvo e obstáculos interpostos.

Normalmente, a distância do alvo deverá estar entre 200 e 400 metros do atirador, ou à distância bem menor, devido à vegetação.

O cartucho 7,62 x 51mm, empregado pelo EB, dispara um projétil troncocônico, biogival, pesando 11,2g, com velocidade aproximada de 770 metros por segundo, atingindo com precisão um alvo à distância de 600 metros.

Estudos demonstraram que o cartucho 7,62 x 51mm é menos sensível ao vento que o 5,56 x 45, mantendo sua trajetória mesmo a 4.000 metros (aprox. 16kgf). Podemos concluir que a munição 7,62 x 51mm atende perfeitamente ao fim a que se destina.

Sistema de Pontaria

Para maior precisão, faz-se necessário o uso de uma mira

telescópica que atenda a certos requisitos inerentes à luta na selva, tais como:

- rusticidade e simplicidade, para o uso e manutenção com meios deficientes ou simples de serem transportados;
- ter ótima claridade para enquadrar os alvos;
- bom campo visual;
- retículo formado por fios finos, para manter a imagem retículo x alvo em condições adversas de calor e umidade;
- estar adaptada às condições equatoriais (climatizada);
- ter pouco peso e ser constituida de forma a dar proteção às oculares contra riscos ou fungos;
- ter ajuste variável de 3 a 9 aumentos;
- permitir o uso do sistema normal de pontaria do fuzil (alça e massa de mira), sem desmontá-lo da arma.

Com o desenvolvimento tecnológico já alcançado pelo Brasil, podemos acrescentar o uso de um sistema de visão noturna de segunda geração, montado no fuzil, como mira, fator que dará uma nova concepção de emprego para o atirador, tanto na guerra convencional, como no que toca à Guerra na Selva, e que deve ser motivo de um

trabalho mais profundo, e não previsto neste artigo.

Como conclusão parcial, podemos dizer que necessitamos de um fuzil de ferrolho (ação simples), que dispara um projétil 7,62x51mm munido de uma mira telescópica de ajuste variável entre 3x a 9x (aumentos), rústico e de manutenção simplificada.

INSTRUÇÃO DO ATIRADOR

Julgamos que a instrução do atirador de "escol" deverá ter início ao final do Estágio Básico de Combatente de Selva (EBCS), selecionando-se entre os melhores atiradores de fuzil os que atendam aos requisitos psicológicos para atuar, isoladamente ou em pequenos grupos, no interior da selva.

A instrução deve ser ministrada de maneira centralizada pelo S/3 da Unidade, abrangendo, além do tiro, a manutenção do material, montagem e desmontagem do fuzil e da mira telescópica, condução de tiro das armas de apoio, observação, orientação em campanha, montagem e desmontagem de armadilhas, sobrevivência na selva e camuflagem individual.

O soldado da Amazônia, principalmente o do interior, já é um homem adaptado ao meio ambiente; normalmente, possui

ou usou uma arma de caça antes de incorporar, e possui conhecimento de vida na selva. Em consequência, após o período de instrução básica individual, já estaria em perfeitas condições de ser preparado e instruído como atirador de "escol". Tal instrução deveria ser ministrada durante o período de qualificação, após o qual seriam distribuídos pelas SU, na base de 01 (um) atirador por grupo de combate.

CONCLUSÃO

Finalmente, podemos concluir que os atuais Batalhões de Infantaria de Selva possuem todos os requisitos para a formação de atiradores, pois têm à disposição o elemento humano e o material, e a indústria na-

cional tem condições de produzir, a curto prazo, miras telescópicas ajustáveis e mesmo equipamentos de visão noturna individuais, simples e anatômicos, para uso na selva.

Observando o emprego de atiradores de elite pelos norte-americanos na Guerra do Vietnã, nota-se que uma unidade de atiradores alcançou a média de 1,9 cartuchos disparados por baixa inimiga, comparados aos 150.000 tiros desferidos pelas unidades convencionais da tropa empregada em combate, para obter o mesmo resultado.

Este estudo procura mostrar que, com poucos recursos materiais e humanos, podemos ter um sistema de armas simples e eficiente, cujo emprego pode ser previsto em caso de guerra ou de paz e que, provavelmente, nunca perderá sua utilidade.



JOSÉ CARLOS PEREIRA – Major Infante. Aspirante da AMAN, turma de 1971, promovido a major em 30 Ago 84. Possui Cursos de Formação, Aperfeiçoamento e o Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM) da ECEME, realizado em 1987.

USINA HIDRELÉTRICA DE XINGÓ

A Usina de Xingó representa o último grande aproveitamento hidrelétrico da área de concessão da Chesf no rio São Francisco. Produzirá 2.100 MW médios, ou seja, cerca de 18 bilhões de kWh por ano, valor que representa 25% do potencial hidrelétrico do Nordeste e 14,3% dos recursos hidrelétricos ainda a serem aproveitados na Região. Após sua conclusão, produzirá o equivalente a 65% da energia produzida pelo Sistema Chesf no ano de 1988.

O cronograma anterior de Xingó previa o início de operação da primeira unidade para julho de 1993. O atraso para julho de 1994, conforme previsto no cronograma atual, deverá acarretar riscos de déficit da ordem de 13% em 1993 e 28% em 1994, podendo alcançar 30%, caso ocorra uma condição hidrológica desfavorável.

Um estudo anterior, quando a previsão para início de operação da 1^a unidade era outubro de 1992, mostrava que o atraso no início de operação da 1^a unidade da Usina para julho de 1993 provocaria um déficit no atendimento da demanda de 202 MW-ano em 1995. A demanda prevista para aquele ano era de 5.357 MW-ano e a oferta estava prevista em 5.155 MW-ano. Esse estudo está sendo revisto e a expectativa é de que apresente uma estimativa de déficit ainda maior.

Estudo realizado recentemente mostrou que, embora decrescendo, a relação entre o crescimento da economia da Região Nordeste e do consumo de energia elétrica foi de 1 para 1,35 em 1986. Isso significa que para cada 1% de crescimento do PIB da Região o consumo de energia elétrica cresce 1,35%. O estudo mostra, ainda, que como consequência do atraso no cronograma da Usina o crescimento do PIB da Região poderá sofrer reduções de 1,31% em 1994 e 3,37% em 1995, representando um estrangulamento muito forte para o Nordeste.

Em 1995 está previsto um total de 1.942.000 domicílios não atendidos pelos serviços de energia elétrica do Nordeste. Esse número poderá ser ainda maior, caso a Usina de Xingó tenha seu cronograma atrasado mais uma vez.

Para que se tenha uma noção mais precisa do que Xingó representará para o Nordeste, vale lembrar que a capacidade instalada da Região hoje é de 7.117,02 MW, sendo os principais aproveitamentos o Complexo de Paulo Afonso (I, II, III e IV), com 3.984 MW; Sobradinho com 1.050 MW; e Itaparica com 1.000 MW (situação atual – 1.500 MW quando concluída a 1^a etapa).



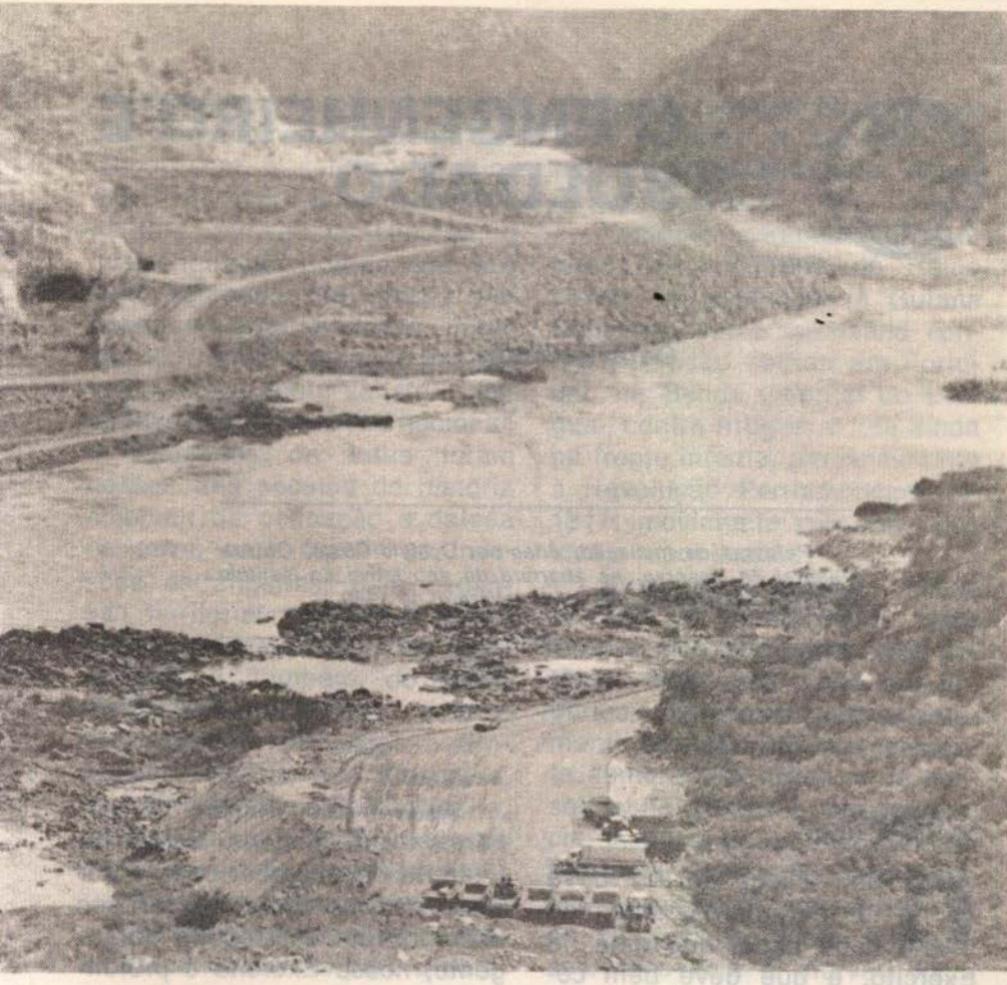
Concluída a 1^a etapa, Xingó adicionará ao Sistema Chesf 3.000 MW, o que representa 42,15% da atual capacidade instalada ou 39,4% da capacidade que ela terá após a entrada em operação das 2 últimas unidades da Usina de Itaparica.

A execução da obra dentro do novo cronograma, que já representa um atraso significativo, é fundamental para a Região e para o próprio País, na medida em que contribui para não agravar ainda mais os desfavoráveis regionais.

O marco mais importante a perseguir, no momento, é o do desvio do rio, sem o qual a operação da primeira unidade estará irremediavelmente comprometida.

A data prevista para o desvio é março de 1990, quando deverão ser fechadas as ensecadeiras de montante e jusante, passando o rio a correr pelos túneis de desvio, ora em construção. A data ideal para esse evento é março de 1990 e seu limite máximo, junho de 1990, dependendo da hidrologia que ocorrer.

Se não for cumprido o marco de junho de 1990 para desvio do rio, corre-se o risco de um adiamento por mais um ano e, consequentemente, o início de operação da 1^a unidade será retardado pelo mesmo período.



Cumprido o marco de desvio do rio, as unidades geradoras da Usina deverão entrar em operação segundo o calendário a seguir:

1^a Unidade – Julho de 1994

2^a Unidade – Novembro de 1994

3^a Unidade – Março de 1995

4^a Unidade – Julho de 1995

5^a Unidade – Novembro de 1995

6^a Unidade – Março de 1996

A restrição existente para cumprimento desse cronograma é exclusivamente financeira. Caso o Governo garanta o fluxo necessário de recursos, a geração da primeira unidade para julho de 1994 estará garantida. Para isso, será necessário um esforço do atual Governo e do que lhe suceder, no sentido de cumprir o cronograma financeiro da obra apresentado a seguir:

ANO VALORES EM MILHÕES DE US\$

| | |
|--------------|------------------|
| 1989 | 258,732 |
| 1990 | 573,239 |
| 1991 | 537,948 |
| 1992 | 467,498 |
| 1993 | 250,174 |
| 1994 | 97,502 |
| 1995 | 26,707 |
| 1996 | 6,974 |
| TOTAL | 2.218,774 |

O perfodo crítico, em termos de recursos, será o biênio 90-91, quando deverá ocorrer, também, a realização dos principais marcos físicos. É fundamental, portanto, lembra Aleluia, a ação do atual e dos próximos Governos para viabilizar a operação da 1^a unidade da Usina em julho de 1994.



O ENGENHEIRO E SOLDADO

Octávio Costa

Palavras de iniciação, ditas por Octávio Costa, Oficial-General da Reserva, na abertura do ano letivo do Instituto Militar de Engenharia, em 10 de fevereiro de 1989.

O EXÉRCITO

Quem chega ao IME deve ter em mente, antes de mais nada, que está no Exército, e que deve bem conhecê-lo, no que é e no que foi.

A nova Constituição, em seu Art. 142, define-o, ao lado das outras duas Forças Armadas, como instituição nacional permanente, organizada com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinada à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de quaisquer destes, da lei e da ordem.

Apesar da definição tão genérica, que poderia caber ao Exército de qualquer país, e por mais que se tente aplicar aos exércitos um estereótipo abrangente, nosso Exército é profundamente autêntico e representativo de "uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias".

Cumpre, pois, ainda que de forma sumária, aos que chegam, conhecer um pouco de sua evolução histórica, que é, em grande parte, a da própria nação.

Primeiro, é preciso dizer que esse comprometimento nacional com a solução pacífica das controvérsias amadureceu na luta, através da História, e que, enquanto o dinamismo e o valor combativo de nossos precursores alargaram nossa dimensão territorial, a vocação pacifista de nossa gente construiu essa invejável integração nacional.

Marcados de lutas foram nossos três séculos de história colonial: de ocupação e defesa da terra; para repelir as invasões estrangeiras; pela expansão territorial, rompendo o cordão de Tordesilhas; lutas fronteiriças; e, também, do sentimento nativista contra o próprio colonizador – Paulistas e Embaobas, Guerra dos Mascates, Vila Rica e Conjuração Mineira, de Tiradentes, o herói maior de nosso anseio de emancipação.

Como os colonizadores eram poucos para os desafios do trabalho construtivo e para a defesa armada, os portugueses não dispensaram, das fileiras combatentes, as classes menos favorecidas: os infratores da lei, os degredados, os mazombos, os indígenas e, depois, os escravos negros. Daí o Exército Brasileiro ter nascido, em suas raízes mais profundas, eminentemente popular, amálgama de diferentes estratos raciais e sociais, pois a integração racial e a motivação nacionalista dos comba-

tentes da restauração conferem a Guararapes a condição de marco fundamental de nossa Força Terrestre.

Também caracterizada por lutas foi a história do Reino Unido: na expedição à Guiana Francesa, como represália contra a invasão sofrida em Portugal; na Banda Oriental do Uruguai, contra Artigas; e luta ainda na frente interna, principalmente a Revolução Pernambucana de 1817, movimento precursor dos ideais republicanos.

Nenhuma época de nossa história foi militarmente mais viva do que a imperial. Nos períodos regenciais e nos dois impérios, estivemos permanentemente em luta. Cronologicamente, lembramos: a guerra de consolidação de nossa independência, culminando no 2 de julho da Bahia; a Guerra da Cisplatina, que resultou na independência do Uruguai; as lutas internas, coerentes com a efervescência dos começos da nação – a Cabanagem, a Guerra Farroupilha, a Sabinada, a Balaiada e a Revolução de 1842; a Guerra contra Rosas; a intervenção na República Oriental e a Guerra da Tríplice Aliança.

Nas duas últimas décadas do período imperial, o Exército, exaurido de tantas guerras externas, envolveu-se em questões mais políticas do que guerras: Questão Militar, Abolição

da Escravatura, Proclamação da República.

Também de lutas haveria de ser nosso já secular caminho republicano, em sua maioria lutas internas, de inspiração política, social, religiosa ou mesmo ideológica, lutas de consolidação da República, principalmente as Revoltas da Armada e Federalista; a Campanha de Canudos; contra o banditismo em Mato Grosso; as Revoltas dos Marinheiros e dos Jagunços; contra Lampião, terror do Nordeste; as Revoltas do Contestado e dos Tenentes dos anos vinte; a Coluna Prestes; a Revolução de 30; a Revolução Constitucionalista de 32; as Insurreições Comunistas de 35 e Integralista de 38; as deposições de Vargas; as revoluções brancas; Jacareaganga; Aragarças; a Revolta dos Sargentos em Brasília; e, mais recentemente, a luta armada que se seguiu à decretação do Ato Institucional N° 5, com seus lamentáveis episódios de guerrilha urbana e rural.

No entanto, apesar de nossa vida republicana ter sido perturbada principalmente por questões de segurança interna, ainda assim tivemos lutas com motivação externa, como a Campanha do Acre, e a nossa participação contra o nazismo na 2^a Guerra Mundial, com a presença da Força Expedicionária Brasileira na Itália; e para cumprir

compromissos assumidos no âmbito de organizações internacionais – a Força de Emergência da ONU na Faixa de Gaza, e, em São Domingos, a Força Interamericana de Paz.

Mencionando nosso passado de lutas, desejamos demonstrar que, grande nação forjada na luta, devemos compreender que a guerra ainda é uma permanente possibilidade, inerente às grandes nações. Essa compreensão, que não se situa em um proselitismo da guerra, mas no imperativo de garantia da paz, deve orientar a preparação de todos os que ingressam no Exército, porque está essencialmente ligada à atividade-fim da instituição.

Exército de um país de pequena dimensão territorial, "voz da terra ansiando pelo mar", o lusitano, do qual se originou o nosso Exército, modelou-se, até depois da fundação da nação portuguesa pelo caráter medieval da guerra, em seguida pelas ordenações afonsinas e, através dos tempos, por diversas influências estrangeiras, dos que contra ele combateram e dos mercenários que contratou: árabes e espanhóis, franceses e ingleses, italianos, suecos e alemães. Dessas influências, a mais profunda, a prussiana, resultou da contratação, na segunda metade do século XVIII, pelo Marquês de Pombal, do

famoso Conde de Lippe, para reorganizar e comandar o Exército Português. Reformador meticoloso e disciplinador implacável, esse discípulo do grande Frederico plantou, por extensão, os alicerces do próprio Exército Brasileiro, em seus valores fundamentais de disciplina, obediência, hierarquia e espírito de missão.

O Brasil independente herdou, de Portugal, o hábito de contratar conselheiros estrangeiros, de inspirar-se em idéias, organizações e doutrinas em vigor em outros países. Daí os diversos períodos da evolução do Exército Brasileiro.

Assim é que, após a Guerra da Tríplice Aliança, quando da decadência do espírito profissional militar depois daquele conflito, as idéias positivistas, inspiradas no francês Augusto Comte, dominaram nossa inteligência militar. Sob essa influência, "a Escola Militar passou a ser mais um centro de estudos de matemática, astronomia, filosofia e letras do que de disciplinas militares", onde se produziam "bacharéis fardados a competir com os bacharéis sem farda das escolas de Direito". Um deles, Benjamin Constant, veio a ser o ideólogo do advento da República.

Analizando os cem anos de República, à luz das idéias que

dominaram o Exército, poderíamos destacar cinco períodos:

- agonia do positivismo e retomada do espírito profissional;
- influência alemã;
- influência francesa;
- influência norte-americana
- e, afinal, a fase atual de afirmação nacional.

A retomada do espírito profissional ocorre no Governo Prudente de Moraes, sendo ministro o General João Nepomuceno de Medeiros Mallet, criando-se, em 1896, o Estado-Maior do Exército e, em 1905, a Escola do Estado-Maior.

O período de influência alemã vai dos primeiros anos do século até o fim da 1^a Guerra Mundial e é uma decorrência da atuação de oficiais que, voltando da Alemanha, onde estagiaram e compraram material bélico, conseguiram restabelecer o primado da formação profissional.

Com a derrota dos alemães na 1^a Guerra Mundial, a idéia de contratar uma missão alemã resultou na vinda da Missão Militar Francesa e da Missão Cartográfica Austríaca. O período de influência francesa apresenta duas décadas bastante diferenciadas: nos anos 20, com o prenúncio da falência da primeira República, voltam as questões

políticas a atrair os militares, o que resultou no ciclo revolucionário do "tenentismo"; mas já nos anos 30, impulsionados pelos franceses, predomina outra vez o espírito profissional.

Com o retorno da Missão Francesa, às vésperas da fulminante invasão nazista, inicia-se o período de influência do Exército norte-americano, para cujas escolas passamos a enviar nossos oficiais em fluxo contínuo e de quem copiamos organizações operacionais, traduzimos e adaptamos regulamentos, compramos material bélico e adotamos métodos e processos de combate e de instrução.

Essa grande mudança de direção ajustava-se aos rumos de nossa política exterior, preponderantemente pan-americanista nos anos 40 e 50. Embora nunca tivesse sido estabelecido formalmente um pacto ou um sistema militar americano, à maneira da OTAN, formamos uma comunidade continental também no plano militar, baseada juridicamente no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, e praticada na Junta Interamericana de Defesa, nas conferências militares de várias naturezas e, no plano bilateral, pela troca de missões e pelo Acordo Militar Brasil-Estados Unidos.

A Força Expedicionária Bra-

sileira, que combateu contra o nazismo na Itália, integrando o V Exército americano, divide essa fase em dois períodos, antes e depois dela, tão grande foi sua importância como fator de consolidação da consciência profissional e do primado da hierarquia e da disciplina, nem sempre prevalecente nos três quartos séculos que separam as duas últimas guerras externas de que participamos.

Na medida em que se intensificava o surto industrial brasileiro, a partir da implantação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda e da construção de grandes usinas hidrelétricas, por já sermos capazes de começar a fabricar nossos próprios equipamentos, foi amadurecendo a consciência de que deveríamos ter um Exército talhado por nós mesmos, que evitasse, no máximo possível, a cópia dos modelos estrangeiros e a sistemática importação de material. Esse propósito, que caracteriza a fase atual, de afirmação nacional, toma consistência a partir de 1970, culmina, em 1974, com a ruptura formal do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos e, presentemente, ainda mais se aprofunda no esforço de modernização em que se empenha a atual administração do Exército, e que se destingue pela ênfase nos aspectos científico-tecnológicos.

O IME

Este instituto, com a sua denominação atual, tem apenas 30 anos, pois foi criado em 1959 pela fusão da antiga Escola Técnica do Exército, fundada em 1933, ainda na fase da Missão Francesa, com o Instituto Militar de Tecnologia, criado em 1941, já sob a influência norte-americana, sendo de destacar encontrar-se nesta Praia Vermelha desde 1934.

No entanto, suas origens mais remotas são identificadas em 1699, na carta em que o rei de Portugal recomendava ao Governador Geral do Rio de Janeiro a criação de uma Aula de Fortificação, semelhante à que já existia na metrópole desde 1647. Os passos sucessivos são a criação da Aula de Artilharia em 1738, a Aula Militar em 1774 e, em 1793, a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, pioneira do ensino militar nas Américas e do ensino formal de Engenharia Civil no Brasil.

No período colonial, os engenheiros portugueses formados nessas aulas, com ou sem a ajuda de estrangeiros contratados, edificaram muitas das fortificações que, em pontos estratégicos de nosso litoral e da fronteira terrestre, ainda hoje causam admiração e constituíram, na negociação do Tratado

de Madri, argumento irretorquível da posse da terra.

A presença de D. João VI no Brasil foi marcada por grandes iniciativas ligadas à defesa, como a criação, em 1810, da Academia Real Militar, precursora da Academia Militar das Aguilhas Negras; da Fábrica de Pólvora do Jardim Botânico, mais tarde transferida para Estrela; da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, perto de Sorocaba; do Arsenal Real do Exército; da Fábrica de Pólvora sem Fumaça e do Laboratório Pirotécnico de Campinho.

A Academia Real Militar transformou-se, sucessivamente, na Imperial Academia Militar em 1822, na Academia Militar da Corte em 1832, na Escola Militar em 1840 e na Escola Central, em 1860, que, em 1874, perdeu a finalidade militar, foi para a jurisdição da Secretaria do Império, passando a ser nossa primeira Faculdade de Engenharia, a quinta superior do País, pois até então só havia duas de Direito (Rio e São Paulo), e duas de Medicina (Bahia e Rio). Ressalte-se que, não dispondo de população suficiente para a dimensão de suas conquistas, Portugal sempre cuidou de sua organização militar, de tal forma que no Brasil os assuntos militares eram prioritários, enquanto, propositadamente, se retardava, até se

proibia, o ensino superior, no temor de que o desenvolvimento cultural acelerasse a emancipação.

Enquanto da Escola Central nascia a antiga Escola Politécnica, depois Escola Nacional de Engenharia, a formação de oficiais de Engenharia, bem como a dos outros oficiais, iria ser feita na Escola Militar, primeiramente aqui na Praia Vermelha, depois no Realengo.

Na reorganização do ensino militar feita em princípios de 1919, ainda sob a influência alemã, previam-se cursos técnicos de Artilharia e Engenharia, a serem feitos, primeiro no estrangeiro, e, depois, em uma escola a ser oportunamente planejada pelos oficiais cursados no exterior. Essa escola veio a ser criada em 1928 e implantada em 1930, já sob a influência francesa, com o nome de Escola de Engenharia Militar, mudado, em 1933, para Escola Técnica do Exército, origem mais próxima do IME.

Sua vinculação administrativa começou na área do ensino, passou à órbita do antigo Departamento de Produção e Obras (DPO) em 1959, à área de ensino e pesquisa em 1970 e, depois da criação, em 1984, da Secretaria de Ciência e Tecnologia, subordinou-se a esse órgão de direção setorial do Sistema de Desenvolvimento Cien-

tífico e Tecnológico do Exército, no qual lhe cabe ser o órgão de execução destinado a capacitar Recursos Humanos, em nível superior, para suprir as necessidades do Exército no campo da Ciência e Tecnologia.

A CARREIRA

A carreira de Oficial Engenheiro Militar tem início pelo ingresso no Quadro de Engenheiros Militares, nos termos da Lei 7660, de 10 de maio de 1988. As origens desse Quadro e de uma carreira específica situam-se na criação, em 1939, do Quadro de Técnicos do Exército, que experimentou inúmeros aperfeiçoamentos e modificações até chegar à sua feição atual.

Neste meio século de existência formal de uma carreira de oficiais técnicos, foram prestados excepcionais serviços ao Exército e ao País, pelos oficiais que a integraram e órgãos a ela ligados, particularmente pelo IME.

Eis alguns marcos de iniciativas relevantes:

- em 1941, o Instituto Militar de Tecnologia;
- surgimento, na década de 40, de cursos de Engenharia Aeronáutica, Metalúrgica, de Automóvel, de Eletrônica e de Engenharia Nuclear;
- em 1946, o Serviço Tec-

nológico antecipa a futura Diretoria de Pesquisa e Ensino Técnico;

– em 1948, o Campo de Provas de Marambaia;

– em 1964, o IME começa a admitir jovens de procedência civil;

– em 1970, o IPD – Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento e os cursos de pós-graduação do IME;

– em 1975, a IMBEL;

– em 1979, o Centro Tecnológico do Exército, por transformação da Diretoria de Pesquisa e Ensino Técnico, bem como a expansão dos cursos de pós-graduação e intensificação das atividades de pesquisas, dos programas de cursos, estágios e visitas ao exterior;

– em 1981, construção de novas instalações para o CTEx e o IPD, em Guaratiba;

– em 1984, a Secretaria de Ciência e Tecnologia, o Centro de Avaliação do Exército e o Instituto de Projetos Especiais.

Ao longo desse meio século, muitas figuras excepcionais contribuíram para a evolução do setor científico-tecnológico, que podem ser sintetizadas em apenas três, que atuaram em diferentes épocas: os generais Armando Dubois Ferreira que, como Comandante e motor deste Instituto, deu-lhe prestígio nacional; Aristóbulo Codevila Rocha, grande impulsor da

pesquisa e do ensino técnico; e Argus Fagundes Ourique Moreira, que, à frente do CTEx, talhou-o na dimensão do futuro.

Cumpre assinalar que, na plenitude da existência do Quadro de Técnicos, aí pelos meados dos anos 40 aos anos 50, o fascínio que a Carreira de Engenheiro Militar exerceu sobre os oficiais dos Quadros das Armas, principalmente sobre aqueles mais voltados para as ciências exatas, chegou ao ponto de desfalcá-los acima do conveniente e a gerar um grande desequilíbrio no fluxo de promoções das Armas de Engenharia e de Artilharia. É que deles saía o maior número de candidatos à graduação como oficiais técnicos, e isso resultava em que os oficiais pertencentes a essas Armas muito se avançassesem na carreira em relação aos companheiros de Infantaria e Cavalaria.

A verdade é que, apesar do excepcional impulso dado ao ramo técnico, desviava-se um grande número de oficiais que se haviam formado para serem combatentes e graduava-se um contingente de Engenheiros Militares muito superior às necessidades específicas do Exército, até então muito restritas.

Se isso significou um desvio da atividade-fim e até mesmo um desencanto para muitos dos próprios oficiais técnicos, que,

superiormente graduados neste Instituto, não encontravam campo de aplicação adequado na estrutura militar, impõe-se reconhecer que resultou em grandes benefícios para o País como um todo, pois os que transbordaram do Exército para a vida civil foram ensinar nas Escolas de Engenharia e participar do grande surto industrial brasileiro, que veio a seguir, principalmente nos campos especializados das Engenharias de Automóvel, Metalúrgica, Mecânica, Eletrônica e Eletricidade, de Comunicações, Química e Energia Nuclear.

Na medida em que foram sendo tomadas medidas para corrigir as distorções, diminuiu a atração exercida sobre os formados pela AMAN, buscaram-se novas fórmulas e, por outro lado, em um verdadeiro efeito bumerangue, o desenvolvimento industrial brasileiro, havendo chegado até mesmo ao campo do material bélico, abriu novas perspectivas dentro da estrutura do próprio Exército, a ponto de criar demanda muito maior de Engenheiros Militares.

A consequência de tudo isso é a atual configuração do Quadro e da Carreira, que conciliando, adequadamente, as necessidades de formação de oficiais na AMAN e no IME, atende os imperativos da modernização do Exército.

Ao ingressar no Quadro de

Engenheiros Militares, o oficial tem diante de si uma carreira de amplas possibilidades de realização pessoal, podendo culminar no generalato. Destinam-se a atividades de:

- Execução técnica, em Parques, Arsenais, Divisões de Levantamento, Centros de Informática, Comissões Regionais de Obras, Grupamentos de Engenharia de Construção, no Campo de Provas da Marambaia e no Centro de Avaliação do Exército;
- Serviços Técnicos, em cargos ligados a Assistência Técnica e Normalização;
- Ensino, em escolas do Departamento de Ensino e Pesquisa e no próprio IME;
- Pesquisa e Desenvolvimento, no IPD e no Instituto de Projetos Especiais;
- Produção, no âmbito da IMBEL;
- Assessoramento de Médio Nível; no Centro Tecnológico do Exército e nas Diretorias, órgãos de apoio;
- e Assessoramento de Alto Nível, na Presidência da República, na Secretaria do Conselho de Defesa Nacional, no EMFA, no Gabinete do Ministro no Estado-Maior do Exército, órgão de direção geral e órgão central do Sistema de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Exército, na Secretaria de Ciência e Tecnologia e nos Depar-

tamentos, que, como a Secretaria, são órgãos de direção setorial.

A carreira de Engenheiro Militar é um permanente aprendizado, em funções de pesquisa, docentes e discentes, por meio de cursos, estágios e visitas, no Brasil e no exterior.

Depois de fazer o curso de Formação e/ou Graduação, que assegura o ingresso no Quadro, o oficial deve realizar, sucessivamente, cursos de Pós-graduação, que o habilita a ser Oficial-Superior, e cursos de Altos Estudos Militares e de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, que condicionam o acesso a Oficial-General do Quadro de Engenheiros Militares. Os cursos de Pós-graduação, realizados no IME ou em outras instituições de ensino, são de Aperfeiçoamento Técnico, de Mestrado e Doutorado. Dois a quatro anos após seu ingresso no QEM, o oficial pode candidatar-se a curso de Mestrado, de duração máxima de dois anos, e, decorridos outros dois anos de seu término, pode candidatar-se ao Doutorado, onde permanecerá até três anos, enquanto os dois cursos finais da carreira duram um ano cada um.

A carreira de Engenheiro Militar é, pois, um constante desafio à inteligência e à ação, to-

tal consagração ao estudo, ao trabalho e à pesquisa.

O ENGENHEIRO

O Engenheiro Militar é, a um só tempo, Engenheiro e Soldado.

Engenheiro, do latim "ingenium" é o que tem qualidades inatas, o que tem talento.

Acompanhando e dominando as sucessivas e importantes descobertas nos campos da Física, da Química, da Termodinâmica, da Eletrônica e das propriedades dos materiais, o Engenheiro sabe transferir, para o campo prático, a serviço do homem, essas importantes descobertas, nos motores a combustão, nas máquinas elétricas, na transformação dos elementos, na geração nuclear da energia, nos radares, na transmissão das imagens, na Aeronáutica e na Espaçonáutica, no cálculo numérico automatizado e no processamento da informação.

O Engenheiro está permanentemente preocupado com a busca de novos conhecimentos, com as deduções rigorosamente demonstradas, com a comprovação experimental das descobertas e com a utilização das leis e dos fenômenos em benefício do homem e de sua segurança.

O verdadeiro Engenheiro está sempre inconformado com a deficiência dos conhecimentos e

empenhado no aprimoramento dos métodos, dos processos e das ferramentas e, acima de tudo, com a busca constante e persistente do entendimento das coisas, em lugar de sua simples constatação.

Quando em atividade nos parques e arsenais, o Engenheiro Militar deve ter profundo conhecimento do instrumental e das normas e dos controles de qualidade; dominar os procedimentos industriais pertinentes, as propriedades dos materiais e os princípios que regem os fenômenos; e deve ser extremamente meticuloso e rigoroso em relação aos procedimentos e ser afeito às rotinas de trabalho sem jamais deixar-se rotinar. Nos parques e arsenais, o Engenheiro deve ter humildade para sentir-se como um eterno aprendiz, capaz de aprender com a experiência de um artífice. Deve ter aptidão para o trabalho em equipe, espírito de colaboração e sensibilidade para os fatores humanos.

Exige-se dos engenheiros em serviço nos campos de provas alto grau de engenhosidade e iniciativa, acurada prudência na realização de qualquer operação e extraordinária aptidão para diagnosticar incidentes.

Os Engenheiros Geodésicos e os dos Batalhões de Construção devem ter profundo conhecimento teórico e prático de

suas operações e de seu instrumental de trabalho, mas devem caracterizar-se pelo exemplo, pela liderança, pelo entusiasmo e pelo gosto pelo trabalho de campo.

Quando nos Serviços Técnicos Regionais, o Engenheiro Militar deve ter a exata compreensão de sua dupla subordinação, à cadeia técnica e à cadeia de comando, para ser fiel às duas. Deve ter perfeita compreensão de sua missão, capacidade de adaptação, disciplina intelectual e organização de trabalho, bem como permanente preocupação com os aspectos ligados à mobilização industrial.

Exercendo cargos de assessoramento, em alto e médio níveis, o Engenheiro deve ter cultura tecnológica profunda e diversificada, sentido de organização e sentimento do conjunto, e possuir espírito de colaboração vertical e horizontal.

O Engenheiro professor deve possuir profundo conhecimento teórico do setor de Engenharia que lhe cabe, assim como o lastro de conhecimentos práticos que lhe dá solidez. Deve ter sensibilidade para saber que toda didática é irrelevante se não for dirigida para ajudar o aluno a aprender por si próprio. O ensino deve ter em vista a objetiva utilização dos conhecimentos adquiridos e atender, integralmente, aos interesses da insti-

tuição, bem como visar ao futuro a fim de bem situar o militar na sociedade de seu tempo, de forma renovadora e realista.

O professor de Pós-graduação e o pesquisador devem ser aqueles que possuam o mais denso lastro de ciências básicas, o conhecimento especializado e aprofundado dos aspectos que ensinam e pesquisam, obsessão de aprender e descobrir, aptidão para liderar equipes, alta capacidade para diagnosticar insucessos e deles tirar ensinamentos, mas, principalmente, tenacidade para superar carências, frustrações e tropeços nas realizações experimentais. A pesquisa não deve ser dileta nem procrastinadora, mas deve ter um objetivo definido, qual seja o de colaborar para o fortalecimento do Poder Militar Terrestre e sua contínua modernização, estimulando a absorção das mais adiantadas tecnologias, a adequação da tecnologia civil a fins militares e a criatividade nacional nos campos da Ciência e Tecnologia.

E o Engenheiro aluno de cursos de Pós-graduação e de Altos Estudos Militares deve ter permanentemente em vista que, antes de ser aluno, é Engenheiro e Soldado.

O SOLDADO

Desejo agora dizer o que

julgo ser Soldado, aos jovens que ainda não o são, mas que aqui estão para sê-lo, aos que, tendo vindo para graduar-se, também se vão formar.

Índole da carreira militar

Verão, ao longo do tempo, que a carreira militar não é uma atividade inespecífica e descartável, um simples emprego, uma ocupação, mas um ofício absorvente e exclusivista, que nos condiciona e autolimita até o fim. Ela não nos exige as horas de trabalho da lei mas todas as horas da vida, nos impondo também todos os destinos.

A farda não é uma veste, que se despe com facilidade e até com indiferença — mas uma outra pele, que adere à própria alma, irreversivelmente para sempre.

E, no entanto, é preciso reconhecer que o ofício de Oficial do Exército Brasileiro, assim tão exigente e obsessivo, nos concede algumas compensações: segurança, estabilidade, direitos inalienáveis, prerrogativas, honrarias e valores imateriais que compensam a modesta paga de ordem material.

Aprenderão que o ofício de Soldado é um duro mister e um permanente desafio, mas nele encontrarão as alegrias da solidariedade e do companheirismo,

e nele se sentirão sempre uma grande família.

Ser Soldado é conviver e integrar-se nas raças, nas classes, nas idades, na nacionalidade inteira. É defender intransigentemente o interesse nacional e dedicar a vida ao bem comum.

Autoconstrução

O esforço principal da formação do Soldado é um trabalho de autoconstrução, porque se trata muito mais de interiorizar valores de que de guardar conhecimentos.

Gravem, para sempre, que, por maiores que sejam a inteligência e a cultura, o Oficial do Exército é feito, sobretudo, de caráter. E o caráter só depende de nós mesmos, fortaleza que podemos construir, silenciosamente, com a nossa vontade e nossa determinação, pedra sobre pedra.

Comecem, desde já, a construir a fortaleza moral com que haverão de resistir a todas as injustiças e incompreensões, a desânnimos e desfalecimentos, a desenganos e desesperanças, ao assédio de todas as crises e à ferrugem de eventuais frustrações.

Reflitam sobre o paradoxo de nosso ofício: nós nos preparamos, a vida toda, para a guerra e, no entanto, desejamos, de toda a alma, que ela nunca nos

aconteça. A convivência com esse paradoxo e com as frustrações que dele possam decorrer (se algum dia nos assaltar o fantasma da não realização) exige extraordinária preparação moral, amor à profissão, como ela é, e a consciência de que o Soldado é antes de tudo um educador.

Voltar-nos para nós mesmos

Nesse esforço de autoconstrução, começemos por conhecer-nos a nós mesmos, muito mais em nossos erros e carências, em nossas imperfeições, limitações e fraquezas, do que em nossos valores.

Descobrir sinais negativos de nossa personalidade, delimitá-los e dimensioná-los, com a firme vontade de mudar para melhor é fazer-nos sempre mais fortes. "O mais importante da vida é isso: que estamos sempre começando, que nunca estamos terminados", já nos ensinava Riobaldo, o personagem de Guimarães Rosa.

Ao contrário, se nós nos embevecermos com os nossos méritos (especialmente com os da mente e do corpo, que de fato não foram feitos por nós, porque nos vieram de Deus), começamos a perder substância, a dessangrar-nos, a nos tornarmos vulneráveis.

O termo justo, equilibrado e

construtivo, está no permanente esforço de ascensão em todos os planos da personalidade, ampliando possíveis virtudes e corrigindo falhas, sobretudo as de caráter, o que nos levará à serena e sóbria confiança em nós mesmos.

Voltar-nos para os outros

Nesse esforço de autoconstrução, depois de conhecer-nos a nós mesmos, devemos bem conhecer aqueles que nos cercam.

Olhemos para os nossos companheiros, para aprender com eles; aprender quando acertam, e mais aprender quando erram. O maior patrimônio da vida são as pessoas que conhecemos, e os amigos que juntamos ao longo do caminho.

Estudemos a personalidade de nossos iguais para melhorar a nossa própria personalidade, e nunca para torná-los motivo de críticas, deboches, sarcasmos, menosprezos.

Olhemos para os nossos mestres e instrutores, tomados, se assim forem, como exemplos; mas, longe de condená-los em suas humanas imperfeições, busquemos delas tirar partido, usando, se preciso for, o modelo ao contrário.

E estendamos nossas mãos a outras mãos, como pontes da compreensão e da solidarieda-

de, pois o Exército só vale pela união de todos nós e pela força da vontade coletiva.

Ao que dizer não

Nesse esforço de autoconstrução, olhando para nós mesmos e olhando para os outros, digamos não a tudo o que corrompe e corrói o caráter do Soldado.

Digamos não à crítica sistemática, à maledicência, à contestação, à intriga, à suspicácia e ao boato, esses agentes da desagregação, mas também à subserviência, à concordância contumaz, à adesão incondicional e ao carreirismo.

Digamos não à ambição como um fim em si mesma, à obsessão de nos promovermos, à ânsia de notoriedade, assim como ao oportunismo, à esperteza, ao egoísmo e à exacerbada competição. E, com mais ênfase, digamos não à deslealdade, à mentira, à pusilanimidade e à hipocrisia.

Digamos não à frivolidade, ao mundanismo, à vangloria, à ostentação, ao elitismo, assim como ao hedonismo, à "mordomia", ao luxo, à distorção, ao desperdício.

Digamos não à prepotência, ao arbítrio, à violência sem sentido, mas também à indefinição, à fraqueza, à indiferença, à he-

sitação, ao escapismo, à omisão e ao medo da responsabilidade.

Digamos não à inércia, à rotina, à preguiça, ao comodismo, à modorra, à indolência, e também ao conservantismo, à cópia e à repetição.

E digamos não ao protecionismo, ao favoritismo, à corriola e ao espírito de grei.

Ao que dizer sim

Nesse esforço de autoconstrução, digamos sim a tudo o que nos une, o que constrói, o que fortalece e enseja a coesão.

Digamos sim ao idealismo, ao desprendimento, à grandeza de intenções, à confiança, à paciência, à firmeza, à tenacidade, assim como à sinceridade, à franqueza, à lealdade, ao espírito de colaboração e de solidariedade, mas também à independência e à altivez.

Digamos sim ao realismo, à racionalidade, à objetividade, ao pioneirismo, à criatividade, ao espírito de renovação.

Digamos sim à discrição, à naturalidade, à simplicidade, à modéstia, bem como à rusticidade, à frugalidade, à austeridade.

Digamos sim a todas as formas de coragem, sobretudo à coragem moral; aos que constroem sem alarde; aos que são capazes de realizar a tarefa

mais humilde como se fosse a decisiva. Digamos sim aos que tiram as dificuldades do caminho, aos que somam, aos que confiam, aos que têm fé.

Os atributos do Soldado

Os atributos maiores do Soldado devem ser metas permanentes a perseguir, com uma profunda interiorização dentro de nós mesmos.

O sentimento do dever é o mais alto atributo do Soldado, e posto que esse sentimento é uma emoção não primária, adquirida pela vontade, ao longo do tempo, como consequência natural da boa formação militar, devemos praticá-lo dia a dia. E, facetas destacadas do cumprimento do dever, são as virtudes da disciplina e da obediência, esses cimentos que nos ligam a todos nós, nas estruturas da hierarquia, e asseguram a solidade do conjunto.

Do verdadeiro Soldado se exige que seja veraz, íntegro e leal. O amor à verdade é a porta de todas as virtudes, dentre as quais prepondera a integridade. E devemos ter bem presente que a lealdade — essa virtude fundamental — não é só devida ao chefe, mas também devida aos que estão abaixo de nós.

A dedicação é a capacidade de consagração à missão e à

organização que integramos para cumpri-la.

Todo Soldado deve saber que a ação sem objetivo é agitação. É mister perseguir a objetividade, realizando coisas práticas, sensatas, tangíveis e prioritárias. Como soldados, como em tudo na vida, devemos sempre ter um objetivo definido e claro à nossa frente. Marcar objetivos e encontrar caminhos para buscá-los, esta poderia ser a síntese de tudo o que fazemos na vida militar.

E fechando essa reflexão sobre os atributos genéricos do Soldado, exaltemos o espírito de colaboração, a solidariedade, o "espírito de corpo" e, por extensão, o de Quadro e da Instituição.

Os atributos do Chefe

Como os que se formam se preparam para ser chefes, refletamos sobre os seus atributos peculiares, além dos genéricos.

Aprendam a plantar em seus corações, desde o primeiro dia, o primado da profissão. Ao longo de minha vivência, sempre constatei que aqueles que não chegaram a amá-la, por se sentirem desajustados dentro dela, carregaram pela vida afora um pesado fardo e se tornaram infelizes.

Pertencendo a uma instituição cujo plasma vem do povo e

a ele serve, a vocação democrática é indispensável ao Oficial do Exército.

Afirma-se o chefe pelo exemplo, no pensamento e na ação. O pensamento pede competência; a ação, dinamismo, energia, coragem e entusiasmo, que é o fermento da vontade. E não há chefe competente desprovido da capacidade de planejar, de organizar, dirigir, coordenar e controlar.

Outra virtude intrínseca ao chefe é o autocontrole, que nos permite dominar e controlar os nervos e os impulsos, as inquietações, os excessos e os transbordamentos de energia. Quando o chefe perde a serenidade e não se contém, pode desencadear a insegurança e o pânico, e gerar covardes, pusilânimis ou tiranetes.

Lembremos que o senso de justiça bem desenvolvido chega quase a ser uma arte: a de alcançar a participação de todos, a adesão espontânea, a cooperação, a abnegação, prevenindo ou desfazendo ressentimentos e frustrações.

Há dois instrumentos, intimamente associados, que distinguem o chefe: a capacidade de liderança e a palavra.

Embora possam ser considerados basicamente como dons inatos, devem ser exercitados e praticados. Ao longo de toda a nossa vida, escrevemos e fala-

mos. O conhecimento só tem valia se transmitido pela palavra, a palavra direta, clara, correta e concisa. A palavra é, assim, instrumento de comunicação inerente ao chefe.

Excessos e distorções a evitar

Com a experiência de uma longa vida militar e de uma vivência já expressiva convivendo só com civis, atrevo-me a fazer reflexões sobre algumas exacerbações das virtudes da maioria ou de defeitos de uns poucos que podem se transformar em injustos mas compreensíveis estereótipos com que se critica o Soldado.

É nosso dever zelar para que o espírito de missão não se transforme em messianismo; a firmeza de convicções, em dogmatismo; o trato genérico das questões, na onisciência de donos da verdade; a moralidade, em hipocrisia; o nacionalismo, em jacobismo; o espírito militar, em rejeição aos civis; o espírito de corpo, em espírito de casta; a dedicação à profissão, em isolacionismo e segregação; o espírito coletivo, em negação da individualidade; a disciplina e obediência, na lisonja, na massificação, na mediocridade; o culto da tradição e do passado, em horror à renovação e à mudança; a liturgia militar e a prá-

tica dos esportes, na razão de ser da vida dos quartéis; a jovialidade, em imaturidade; a energia, a agressividade e a impulsividade sem controle, em autoritarismo e prepotência.

E em reflexões que não têm quaisquer pretensões de natureza sociológica, confesso que sempre vi nos militares generalizado preconceito contra o lucro e clara tendência para a estatização, que poderão ser considerados um bem ou um mal, segundo a ótica e as concepções de cada um.

Outra terrível distorção, que está a exigir uma profunda auto-reflexão da administração militar, é a psicose dos graus escolares. Como as filas hierárquicas se formam, basicamente, sobre os resultados escolares, principalmente os das escolas de formação; para o militar, grau é sangue, grau é vida. Resulta na escolha dos melhores lugares onde servir e na recomendação para futuras promoções e designações para comissões no exterior. Não se pergunta ao bacharel em Direito, ao engenheiro, ao arquiteto, ao economista, ao médico, ao psicólogo, ao astrônomo, ao geólogo, ao músico, ao comunicador, qual foi o seu desempenho na Faculdade, porque o que queremos saber é a sua competência profissional; mas, nós, os militares, passamos a vida toda comparando

nossos graus, nossas classificações e as coroas de nossas medalhas de aplicação e estudo.

De todas as degenerescências das virtudes militares, a mais grave e mais maléfica é, porém, a vaidade, que muitos sociólogos julgam ser uma característica marcante da personalidade militar.

Na verdade, os graus escolares; a hierarquia e a precedência; os uniformes e as condecorações; o ceremonial e a liturgia; a continência, os sinais de respeito, os toques de corneta; o tratamento de Senhor e de Vossa Excelência; o hábito do mando e a resposta da obediência; a ascensão, o sucesso e o cerco da lisonja; tudo isso vai depositando, ao longo do tempo, em nossa personalidade, partículas do fermento da vaidade. Se não nos apercebemos, a tempo, nossa mente estará dominada pelo mais maléfico de todos os vírus, com consequências para o indivíduo, para a harmonia do conjunto e, como nos mostram os exemplos do passado, no Brasil e até mesmo nos outros exércitos, para a Instituição, para a causa e a própria nação.

Os valores eternos

Deixo aqui uma reflexão final para a formação dos futuros oficiais. Aprendam, desde cedo,

a discernir os valores eternos dos mutáveis. Mudam métodos e processos; mudam os caminhos para chegar aos objetivos; mudam as estruturas, as concepções e as tecnologias; mas permanentes são os princípios morais, imutáveis são a disciplina, a obediência, a ordem, a hierarquia, o pundonor e a ética militares.

A REPÚBLICA

Sob a direção setorial da Secretaria de Ciência e Tecnologia, o IME abre hoje o ano letivo de 1989, em que se comemora o centenário da Proclamação da República e em que começa um novo tempo, com o ordenamento jurídico de uma nova Constituição.

Cem anos de República são passados, que pode ser examinada em dois segmentos separados pelo marco da Revolução de 30. Nos primeiros 41 anos, a Velha República, do Brasil rural, agrário e monocultor, dos currais eleitorais, dos raros direitos trabalhistas, dos vários brasis, desconectados pela falta de vias de transportes e de telecomunicações.

Nos outros 59 anos, o Brasil em plena transformação, mas em crises sucessivas – políticas, econômicas, militares e principalmente sociais.

Em um esforço de esquematização, podemos dividir esses 59 anos em quatro partes: os 15 anos de Vargas, os 21 de governantes militares, e dois períodos intermediários; o de 1946 a 1964 (18 anos) e o atual período de transição. Em 59 anos, 36 de governos fortes, para alguns, autoritários, e apenas 23 de vivência democrática mais aberta.

Através de sucessivas crises, que sempre pareceram ser a véspera do abismo, o Brasil cresceu e modernizou-se.

Ao longo dos 100 anos, o Exército participou intensamen-

te da vida nacional. Ao longo dos 100 anos, uma constante: a extraordinária sensibilidade do povo brasileiro para a liberdade e a democracia.

Convencido de que a nação superará a crise atual e de que o país é absolutamente viável, faço votos por um ano letivo muito fecundo para o IME, no contexto de um Exército profissional e moderno, e manifesto minha confiança em que haveremos, os brasileiros, todos juntos, de construir a "sociedade livre, justa e solidária", primeiro dos objetivos fundamentais expressos na nova Constituição.



literários.

O General-de-Divisão R/1 Octávio Pereira da Costa, ex-integrante da Força Expedicionária Brasileira, é possuidor de vasta e bem alicerçada cultura profissional e humanística. Dentre suas mais recentes comissões na Ativa destacam-se as de Comandante da 6ª Região Militar e Secretário-Geral do Exército. Escritor, jornalista e conferencista, tem trabalhos publicados sobre assuntos militares, educacionais, de comunicação social e literários.



“SALA GEN AYROSA” — Projeto MEMOFEB

Carlos de Souza Scheliga

Palavras proferidas durante a cerimônia de inauguração da “Sala General Ayrosa”, no Palácio Duque de Caxias (Rio de Janeiro, RJ), em 9 de dezembro de 1988.

Ao identificar o significado do evento, Carlos de Souza Scheliga ressalta a crise de valores em nossa sociedade, numa apreciação lúcida que merece a atenção do leitor.

O Projeto MEMOFEB teve seu início há cerca de 5 anos atrás.

Seu idealizador e grande impulsionador foi nosso querido e sempre lembrado Coronel Aldílio Sarmento Xavier, precoemente chamado por Deus, em Jul 85.

Grande admirador da FEB, o Coronel Xavier, antes de assumir a direção da Biblioteca do Exército, teve a honra e a ventura de comandar o 11º Regimento de Infantaria, em São João Del Rei — uma das glórias de nossa Campanha na Itália.

Este fato fez crescer seu en-

tusiasmo por todos quantos participaram daquela epopéia do nosso Exército, na medida em que pôde penetrar, mais profundamente, no conhecimento dos fatos, das pessoas e de seus feitos.

A partir de então, uma idéia passou a perseguí-lo: reunir, em um só local, todo o acervo bibliográfico, fotográfico e iconográfico disponível sobre a FEB, de modo a facilitar seu conhecimento, seu estudo e preservar sua memória.

Quis o destino que, durante sua gestão, dois fatos de grande significação, ligados à Força

Expedicionária, viessem a dar força à sua pretensão: a comemoração, em 1983, do centenário de nascimento de seu inesquecível comandante, o Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes e a passagem do 40º aniversário de sua Organização Militar em 1984.

Tais coincidências ensejaram uma feliz conjugação de esforços, que redundou em duas vertentes férteis e produtivas. Uma delas, na publicação dos muitos apreciados, e já clássicos, números especiais da *Revista do Exército Brasileiro*, com depoimentos importantes sobre aqueles eventos – e que teve no também saudoso General Celso de Azevedo Daltro Santos seu grande coordenador; a outra vertente resultou na deflagração da idéia criativa e inspirada do Projeto MEMOFEB que hoje alcança seu clímax.

Coube ao Professor Octávio Sérgio Pereira Coelho e ao fotógrafo Alberto Fadul a grande tarefa de dar início à identificação, levantamento, catalogação e registro de tudo aquilo que dissesse respeito à nossa FEB.

Infelizmente, o Coronel Xavier não teria o privilégio de ver terminado esse trabalho.

Sua morte prematura provocaria um hiato no processo que estava em andamento, o qual somente voltaria a ser retomado,

no ritmo que permitiria sua conclusão, na gestão do atual diretor – o Coronel Sady Nunes que, por acaso, fora seu subdiretor no início do projeto, e conhecera, em detalhes, todas as etapas que haviam sido estabelecidas para sua consecução.

Como se vê, o Projeto MEMOFEB é uma iniciativa marcada por várias coincidências, fenômeno que, no dizer do poeta inglês Samuel Coleridge, significa que Deus esteve presente em seu curso, mas não quis deixar sua assinatura.

Esta é a gênese da "Sala General Ayrosa", nome honrado e respeitado no nosso Exército, e que foi escolhido para identificá-la por sintetizar as qualidades mais marcantes do expedicionário brasileiro: coragem, dignidade, dedicação, disciplina e competência.

Singela na aparência, discreta na localização, esta sala terá como objetivo maior reforçar os traços da memória nacional que já começam a perder nitidez, não só em virtude da ação do tempo, mas, e principalmente, pelo esquecimento intencional a que são submetidos pela miopia dos responsáveis pelos destinos da nossa cultura, coadjuvados perto pela falta de visão e de civismo dos detentores dos principais meios de comunicação em nossa sociedade que, inebriados pela mediocridade

dos índices de preferência, vêm abdicando, dócil e debilmente, de seu poder e de seu dever histórico de manter viva a chama do que temos de mais nobre.

A memória nacional, assim como a individual, é uma função que necessita ser exercitada continuamente para se manter ativa e produtiva.

"Uma cabeça sem memória é como uma praça d'armas sem guarnição" – nos lembra Napoleão.

Evocar o passado é uma necessidade intrínseca ao ser humano. Na verdade, é um procedimento vital para a sobrevivência do indivíduo e da nação.

Ele é uma fonte permanente de ensinamentos, um guia seguro para a conduta dos homens em todos os campos de atividade.

Os povos têm necessidade de heróis representativos, de personalidades ilustres para que sintam sua pátria e dela se orgulhem.

Nós, mercê de Deus, temos em abundância em todas as áreas, notadamente na área militar.

O que nos falta é um maior e melhor conhecimento desses vultos, cujas vidas são mananciais inexplorados de exemplos construtivos.

Há uma crise de valores em nossa sociedade.

A ousadia do homem horizontalizando-os, ou seja, retirando-lhes a hierarquia natural, vem provocando confusão e desesperança em nossa gente.

Ao abalo a que já vem sendo submetida a fé religiosa está se seguindo a tentativa de demolição do civismo.

O aceno sedutor e acintoso ao culto do prazer, o delírio com o momentâneo e fugaz estão desfibrando o que a nação tem de mais promissor: sua juventude.

A pretexto da liberdade de informação, de criação e de adaptação, intoxica-se a sociedade com produções que alteram a História, solapam os valores ético-morais, desestruturam a família, entorpecem o caráter nacional.

É constrangedor verificar-se que há até homens públicos que, para se fazerem entender, apelam para personagens fictícios de novelas para exprimir seus pensamentos, ao invés de recorrerem a exemplos concretos e edificantes de nossa História, numa prova incontestável de que se amplia, perigosamente, entre nós o espaço da pobreza cultural e da carência de consciência cívica.

Até o Hino Nacional, um dos símbolos da pátria, solene e marcial em sua essência, vem sendo instrumentalizado pela "aristocracia sindical", na medi-

da em que é utilizado como escudo protetor, em meio a reivindicações exacerbadas, agressivas e insaciáveis.

Não faço alusão a essa realidade que nos circunda, com o amargor rancoroso dos desiludidos. Não! Apenas retrato-a para realçar o quanto há que ser forte em meio a essa tormenta que nos atinge e castiga.

É por isso que é reconfortante saber-se que, a partir de agora, contaremos com este oásis de civismo à nossa disposição, legado por bravos companheiros que pertenceram à FEB e que, contagiados pelo que viram e viveram, propuseram-se a deixar consignado para as futuras gerações belas páginas, concretas e reais, dos exemplos de doação, de abnegação, de compromisso, de grandeza de caráter, de bravura e de um patriotismo leal e desinteressado, escritos por nossa gente nos campos de batalha da Itália.

São depoimentos e passagens de homens verdadeiros, com suas grandezas e fraquezas, sucessos e fracassos e não de personagens de novelas, figuras fictícias, caricatas, criadas para satisfazer a egos frágeis e carentes e a interesses exógenos.

É uma alegria saber-se que o que estava disperso, agora está reunido.

Que o que estava nas som-

bras, agora ganha a claridade.

Que o que estava calado, agora ganha voz. Enfim, que o que era um arquipélago, agora passa a ser um continente, continente generoso, pleno de lições que esperamos venham servir de estímulo ao grande público, aos pesquisadores e, particularmente, à nossa juventude, hoje vítima indefesa de um patrulhamento ideológico seletivo e pertinaz, que os tem impedido de tomar contato com o passado glorioso dos homens de bem do seu país.

Nossos jovens estão órfãos de civismo!

Há homens que, quando morrem, vão por inteiro para a sepultura.

Outros, os maiores, os que souberam viver com grandeza, felizmente não. Deles muita coisa fica a nos servir como pontos de referência.

Dos iluminados não se apaga nunca a luz do espírito que os animou, e seus atos, qual sementeira, vicejam e florescem nos momentos difíceis da nacionalidade. Há apenas que mostrá-los, expô-los à nação, pois sem conhecê-los não é possível admirá-los e tomá-los como exemplos.

O material aqui reunido, escrito pelos bravos da FEB, enquadra-se nesta categoria e soma-se ao do nosso passado mais longínquo.

No seu todo, esse acervo constitui-se em remédio vigoroso e eficaz para os males gerados pela descrença e pela desesperança. É preciso apenas lembrar que existe e que está disponível.

Ainda há tempo para testar essa terapia.

Não é por acaso que nosso Exército tem se mantido imune ao passageiro e à pressa, tem permanecido fiel e persistente no cumprimento do compromisso assumido para com a pátria.

Seu caminhar continua sereno e seguro através do tempo, porque apoiado em um corpo de princípios e de valores consistentes, que balizam a formação e a conduta de seus membros, e em uma missão nobre e permanente, que orienta seu destino.

E, basicamente, em um passado com origens bem definidas e tradições honrosas, sempre lembradas e reverenciadas para que não seja perdida a visão do continuum histórico, que o caracteriza como instituição.

É com justificada satisfação

que proclamamos que, entre essas tradições, há 44 anos já se encontram incorporadas as lições da FEB, anualmente comemoradas no âmbito de nossos quartéis.

Esse procedimento sábio e consciente do nosso Exército, e das Forças Armadas no seu todo, é que, no fundo, lhes confere identidade, identidade que gera confiança, confiança que inspira respeito e credibilidade perante a nação.

É um testemunho eloquente de que o esforço e o sacrifício que a pátria exige de seus filhos, nos momentos de extrema gravidade, nunca são esquecidos.

Nossa eterna gratidão aos companheiros da FEB pelo muito que nos legaram.

Vida longa e profícua à "Sala General Ayrosa".

Que Deus a preserve e a transforme em fonte permanente de sabedoria, de inspiração e de concórdia para os homens do nosso país.



CARLOS DE SOUZA SCHELIGA - Ten Cel R/1. Asp Of da turma de 8 de maio de 1954, da Arma de Infantaria. Possui os Cursos da AMAN (54), CCP (63), EsAO (64) e ECEME (69). Foi instrutor nas três principais escolas de formação e aperfeiçoamento: AMAN (57/58), EsAO (65/66) e ECEME (74/77). É membro do Conselho Editorial da Bibliex desde abril de 1975.



O COLÉGIO MILITAR EM SUA FUNDAÇÃO

Cláudio Moreira Bento

Neste artigo, o autor focaliza dados biográficos do fundador, do primeiro comandante e do primeiro professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro, caracterizando sua fundação, ocorrida cem anos atrás.

Com ele A Defesa Nacional associa-se às homenagens que estão sendo prestadas à "Casa de Thomaz Coelho", no ano do seu centenário.

O espaço que lhe tem dedicado a imprensa e a unanimidade de suas apreciações, ressaltando o alto padrão do seu ensino, suas tradições de eficiência e probidade, a contribuição que, durante um século, ele vem emprestando à formação do caráter de gerações, revelam uma constatação muito feliz. Eis que os valores cultivados no Imperial Colégio Militar não são aqueles que se tenta hoje impingir à sociedade brasileira.

O Colégio Militar está comemorando, no dia 6 de maio, seu centenário de fundação e de relevantes serviços prestados à educação brasileira.

Ele foi criado em 9 de março de 1889 pelo decreto imperial nº 10.202.

Segundo seu criador, conselheiro Thomaz Coelho, em seu relatório de 1889, como ministro da Guerra, o Colégio Militar foi criado "no intuito de proporcionar, aos filhos dos militares ou àqueles que desejam seguir a carreira das armas, os meios de receberem instruções

que, em poucos anos, lhes abram as portas das Escolas Militares do Império.¹ Nesse intuito foi estabelecido em prédio apropriado, situado, em uma das mais salubres localidades desta capital.² Serão admitidos gratuitamente os filhos dos oficiais efetivos, reformados e honorários do Exército e da Armada e, mediante contribuição pecuniária, menores procedentes de outras classes sociais. O Imperial Colégio Militar é um internato, admitindo também alunos externos, sujeitos aos preceitos regulamentares. Os alunos constituirão um corpo,³ ao qual será aplicado o regime disciplinar, econômico e administrativo dos corpos do Exército, salvo o que não for praticável, em razão da idade dos mesmos alunos. O curso do Colégio é dividido em 5 anos. Os alunos que concluverem o curso terão preferência sobre quaisquer outros candidatos à matrícula no curso de Infantaria e Cavalaria das Escolas Militares, sem necessidade de novos exames. Os recursos para aquisição do majestoso edifício inicial do Colégio Militar foram fornecidos pelo Conselho do Patrimônio do Asilo dos Inválidos da Pátria, que continuou a concorrer para a manutenção do Colégio, com as obras do ren-

dimento do patrimônio do citado Asilo".

Mais antigo oito meses e seis dias do que a centenária República Brasileira, o centenário do Colégio Militar, a Casa de Thomaz Coelho, prestou assinalados serviços à educação da juventude militar do Exército e da Marinha. Constatá-lo é obra de simples raciocínio e verificação.

Hoje, quando completa um século, passou a admitir meninas como alunas, por certo um ponto de inflexão em sua brilhante e benemérita trajetória e, talvez, uma abertura para que, no futuro, de igual modo que em West Point, brasileiras venham a freqüentar a Academia Militar de Agulhas Negras.

O fundador do Colégio Militar foi o ministro da Guerra, Senador Thomaz José Coelho de Almeida. Natural de Campos (RJ), nasceu em 28 de novembro de 1839, quando ia acesa e forte, no Rio Grande do Sul, a Revolução Farroupilha.

Filho de Custódio José Coelho de Almeida e de D. Maria T. do R. Almeida, formou-se advogado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Após advogar, por certo período, em Campos, iniciou-se na política e

1. Da corte, do Rio Grande do Sul e do Ceará.

2. Então, bairro do Andaraí.

3. Unidade.

exerceu cargos eletivos. Militou no Partido Conservador. Reveiou-se grande administrador. Galgou posição de relevo no Império. Foi deputado provincial e geral em duas legislaturas (1872-78 e 1885-87) e senador em 1887, pelo Rio de Janeiro. Foi ministro da Agricultura (1875-78) do último gabinete do Duque de Caxias, ministro da Guerra (março de 1888 – junho de 1889) do gabinete João Alfredo e diretor do Banco do Brasil, quando faleceu, em 20 de setembro de 1895, com 57 anos na cidade do Rio de Janeiro.

Thomaz Coelho era muito gordo, a ponto de o seu carro ter de usar molas reforçadas. Foi o criador da Escola Superior de Guerra e da Escola Militar do Ceará, em 1889.

Seu relatório, como ministro do Exército, em 1889, dá a exata medida do estágio atingido pelo Exército na Proclamação da República.

Foi durante sua gestão no Ministério da Guerra que se deu o célebre incidente na Escola Militar da Praia Vermelha, dentro do contexto da Questão Militar, quando o aluno Euclides da Cunha, mais tarde consagrado autor de "Os Sertões"⁴, quebrou seu espadim e atirou-o aos pés de Thomaz Coelho, quando este passava à sua frente.

Thomaz Coelho, como ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do gabinete de Caxias, reorganizou o Museu Nacional e o Corpo de Bombeiros, criou a Inspetoria de Imigração e Colonização, contratou o serviço de abastecimento d'água do Rio de Janeiro e dinamizou o setor ferroviário no Brasil, entre outras obras.

Segundo o professor Daltro Santos, Thomaz Coelho era um "espírito indefeso e voltado sempre aos interesses máximos do país, que mesclava a vivacidade de sua ação construtiva às características de uma alma sensível e bondosa, inclinada sempre à benignidade e à Justiça".⁴ Era hábil político.

O primeiro comandante do Colégio Militar do Rio de Janeiro foi o Major de Engenheiros Antonio Vicente Guimarães, nascido no Maranhão, em 5 de abril de 1849, filho de Manuel Ribeiro Martins. Praça de 1868, engenheiro militar e bacharel em matemática, ministrou a cadeira de desenho da Escola Militar da Corte, de que foi sub-comandante. Participou, em 1889, da Comissão de Reorganização do Exército, sob a presidência do ministro da Guerra, Benjamin Constant, da qual resultou o Regulamento de Ensino, de 1890. Atingiu o posto de

4 "Diário de Notícias" de 5 de maio de 1939.

general-de-divisão. Faleceu em 20 de abril de 1920, aos 71 anos de idade.⁵

O primeiro professor, e orador oficial da inauguração do Colégio Militar, foi o Barão Homem de Mello. Foi ele o consagrado político, administrador e historiador que, como Presidente do Rio Grande do Sul, ajudara o Marechal Osório a mobilizar um Corpo-de-Exército para a Guerra do Paraguai e que viria a ser o primeiro biógrafo do General Andrade Neves. Foi ministro da Guerra interino em 1881 e veio a falecer 30 anos mais tarde em Resende, na sede do atual município de Itatiaia, depois de haver presidido as comemorações do 80º aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Acreditamos que todos os milhares de ex-alunos do Colé-

gio Militar sentem por ele o que expressou o General Jonas Correia, há meio século, na edição do *Diário de Notícias* do dia 5 de maio de 1939, alusivo ao seu 50º aniversário:

“O Colégio... Dá-me a impressão de uma casa paterna, amada e sempre nossa, conservada por gerações sucessivas, com o mesmo espírito, a mesma dignidade, o mesmo préstimo, nem passa nem envelhece, antes se transfigura em prestígio e se remoça nos que vêm depois, para o banho lustral da educação.

“Ó Colégio querido, que me revives neste instante a quadra mais feliz da minha existência. Eu que era ninguém e me tornei um homem pela tua proteção. Honra te seja feita, meu Colégio!”

5. O Coronel Vicente foi, mais tarde, comandante da Escola Militar do Ceará (1894) e da Escola Preparatória e Tática do Realengo (1898). Era enérgico e disciplinador. Criou uma “5ª Companhia”, constituída por alunos presos das demais companhias efetivas. Essa companhia era, em realidade, a prisão da Escola, segundo o Tenente-Coronel Antonio Gonçalves Meira, em “O Centenário da Escola Militar do Ceará”, conferência no acervo bibliográfico do Arquivo Histórico do Exército. Em 1902, como Intendente Geral do Exército, o General Vicente assistiu à inauguração do Hospital Central do Exército (HCE).

O EXÉRCITO E A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA



1889

*Cem anos
de
República*

1989

Como parte das comemorações do Centenário da Proclamação da República, BIBLIEC promoverá os cursos literários **PAN CALÓGERAS**, para oficiais das Forças Armadas e **FRANKLIN DÓRIA**, Suboficiais, Subtenentes, Sargentos das Forças Armadas, cujo tema será **EXÉRCITO E A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA**.

Os originais deverão ser apresentados datilografados, em espaço com 50 a 75 laudas (formato A4), sem assinaturas, sem indicação do autor e remetidos em envelopes lacrados, contendo, também, um rascunho 3x4, dados biográficos e o completo.

Os trabalhos não serão devolvidos sob qualquer hipótese.

A entrega deverá ser efetuada de Agosto de 1989 na Biblioteca do Exército.

O julgamento será efetuado em 8 Out e a divulgação dos resultados na 1ª quinzena de Novembro.

Premiação:

- 1º lugar: NCz\$ 500,00
- 2º lugar: NCz\$ 300,00
- 3º lugar: NCz\$ 200,00

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
PALÁCIO DUQUE DE CAXIAS, 25
— ALA MARCÍLIO DIAS — 3º ANDAR — CENTRO — RJ
CEP 20455



O EXÉRCITO E A ABOLIÇÃO — Concurso Literário Tasso Fragoso

Cláudio Moreira Bento

Como parte das comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura, a Biblioteca do Exército promoveu, em 1988, um concurso literário sobre o tema "O Exército e a Abolição", em duas categorias: Concurso Literário Tasso Fragoso, para oficiais das Forças Armadas e civis, e Concurso Literário Franklin Dória, para suboficiais, subtenentes e sargentos das Forças Armadas.

Na presente edição, A Defesa Nacional publica o trabalho vencedor do Concurso Tasso Fragoso, da autoria do Coronel R/1 Cláudio Moreira Bento.

INTRODUÇÃO

Dentro do conjunto de reflexões acerca do negro e descendentes no Brasil, não poderia faltar um ensaio reflexivo sobre o Exército Brasileiro e a Abolição.

Para tal, impõe-se uma apreciação retrospectiva da evolução histórica do relacionamento do negro e descendente com o Exército — este entendido como as Forças Terrestres que no Brasil antecederam a Independência e o Exército Brasi-

EXÉRCITO

leiro propriamente dito, desde a Independência, quando foi criado, até a Abolição, e mais além, até os dias atuais.

Veremos que a contribuição do negro e seus descendentes foi marcante e efetiva no campo militar, para ajudar a legar aos brasileiros de hoje um país de dimensões continentais, cristão e, talvez, a maior democracia racial, em que pese detectar-se, vez por outra, sem justificação científica, pequenas manchas de preconceitos e de discriminação racial, e mesmo de racismo.

Apesar dessas manchas, a situação do Brasil é invejável, segundo se conclui de Arnaldo Toynbee, em *A Sociedade do Futuro*:¹

"A meu ver, o sentimento racial é uma ameaça à paz mundial e um obstáculo à unidade da humanidade. No entanto, espero que o resto do mundo siga o exemplo do Brasil, México, Paquistão e Havaí, e venha abandonar esse preconceito em relação às diferenças físicas raciais. Já se referiu ao fato de as diferenças culturais terem um papel mais importante no sentimento racial que as diferenças de cor de pele ou outras variedades do aspecto físico". Em torno do mesmo assunto, ressal-

ta o mesmo historiador: "Os antropólogos afirmam não existir nenhuma raça pura. Mesmo nas regiões mais segregadas há mistura de raças. No entanto, o sentimento racial existe e nos toca a todos. É um perigo para o mundo, e a maioria dos homens envergonha-se desse sentimento. Os cães não têm nenhum preconceito racial em relação aos outros. Um cão branco confraterniza normalmente com um cão preto".

Se Toynbee aponta uma situação privilegiada para o Brasil no tocante a integração racial, o Exército tem historicamente desfrutado uma situação, acreditamos, ainda mais privilegiada de solidariedade e convivência harmônica entre homens de diversas raças, e do branco e do negro e descendentes em especial. Constatar essa singularidade é obra do simples raciocínio e verificação, e o presente estudo se propõe a apresentar uma amostragem dessa verdade.

Ao longo deste trabalho, veremos que a redenção social gradual do negro dos grilhões da escravidão para a liberdade no Brasil foi sendo conquistada por ele mesmo, como combatente nos campos de batalha do

1. Rio, Zahar Editores, 1974, pp. 158-161.

Brasil, de 1500 a 1888, em lutas internas e externas, mormente como excelente e valoroso soldado de Infantaria.

Diz J. B. Magalhães, em *A Evolução Militar do Brasil*:² "As Forças Terrestres Brasileiras engajavam no Serviço Militar, através do recrutamento forçado, grande contingente de negros e índios e seus descendentes, por constituírem a massa da população. Os brancos fugiam com mais facilidade do Serviço Militar, pois aqui vinham em busca de riquezas e aventuras, e a Colônia oferecia melhores oportunidades do que o Serviço Militar aos mais habilitados socialmente. Assim, escapavam do Serviço Militar de 10 anos, sujeitos a castigos corporais e a crônicos atrasos de vencimentos. Na Colônia eram impraticáveis as leis de Portugal e era fácil fugir-se à justiça real.

"A própria deserção era estimulada pela impunidade.

"Desse modo, o Serviço Militar atingia os mais humildes e deserdados da sorte, os negros e índios, que no Império vão compor a grande massa de soldados, como se verá, recrutados nas camadas mais humildes da

população brasileira."

Assim, o Exército contou com maciços contingentes de negros e descendentes, até particularmente 16 de outubro de 1910, data do 1º Sorteio Militar, realizado sob a inspiração e determinação do Presidente Wenceslau Braz, emprestando ao Exército um caráter de fato nacional.³

Em que pese essa grande e maciça presença do negro e descendentes no Exército, como aconteceu e ainda acontece nos mais variados setores de atividade no Brasil, o acesso aos altos postos de direção tem sido exceção.

Na República, conta-se o Marechal João Batista de Mattos, já falecido, e seu genro, General-de-Brigada Job Lorena de Santana, ora na Reserva. No Império, o Brigadeiro José Mariano de Mattos, mulato, que foi Ministro da Guerra da República Rio Grandense (1836-44) e Ministro da Guerra do Império, em 1864, e que referenciaremos, em local próprio, como pioneiro abolicionista, cuja cor da pele é revelada por escritos irônicos de seus opositores.

2. Rio, Bibliex, 1958, p. 223.

3. BENTO, Cláudio Moreira, *Cel Serviço Militar Obrigatório – 1º Sorteio Militar. A Defesa Nacional*, nº 729.

As fontes que serviram de base para o presente estudo não distinguem, porém, a cor dos militares do Exército. Por exemplo, ao estudar os assentamentos, no Exército, do grande abolicionista, 1º tenente de Engenheiros André Pinto Rebouças, o pesquisador só conhece ter sido ele um negro, por sua foto ou pela lenda criada em torno de seu nome. Por documentos oficiais é difícil distinguir-se a cor da pele do soldado brasileiro.

A participação do negro e dos descendentes em nossas lutas do Sul (1680-1870) foi tão marcante e efetiva, a ponto de serem eles cognominados suíços da América.⁴

Ao estudar-se a Abolição e a República percebe-se estreita vinculação entre ambas e, mais que isso, a participação fundamental do Exército para torná-las gradualmente realidade, a partir do término da Guerra do Paraguai, quando ele foi colocado em posição secundária e, muitas vezes, amesquinhado ou oprimido pelo Governo.

Isto é de fácil constatação na rica bibliografia histórica da época.

O NEGRO E DESCENDENTES NAS FORÇAS TERRESTRES DO BRASIL (1500-1822)

O Negro nas Guerras Holandesas (1624-54)

Embora a presença do negro se tenha feito sentir nas invasões dos franceses (no Rio de Janeiro – França Antártica, e no Maranhão – França Equinocial), e no Ciclo das Bandeiras,⁵ ela se tornou marcante e distinta nas guerras holandesas (1624-54).

É consenso, entre a maioria dos historiadores e intérpretes do processo histórico brasileiro, que a vitoriosa 1ª Batalha dos Montes Guararapes despertou o espírito de Exército e de Nação no Brasil.

Para esse momento basilar concorreram – com sacrifício, sangue, vidas e heroísmo – brancos, negros, índios e demais brasileiros resultantes da fusão de representantes dessas três raças, após um caldeamento intenso no Brasil de quase 150 anos.

Assim se destacaram e se imortalizaram, na memória nacional, o índio (ou pardo) Felipe Camarão, o mulato Vidal de Negreiros, os brancos João Fernandes Vieira e Antônio Dias Cardoso e o preto, mais tarde

4. IDEM. *O Negro e Descendentes na Sociedade do RGS*. Porto Alegre, IEL, 1975 (Apresentação).

5. MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte das Bandeiras*, pp. 250-264 e RAMOS, Arthur. *O Negro como Soldado*, pp. 173-174, citados na obra 4.

Mestre de Campo (Ad Honorem), Henrique Dias.

Antes das batalhas dos Guararapes (19 de abril de 1648 e 19 de fevereiro de 1649), nas quais os negros e descendentes tiveram papel de relevo para a vitória dos luso-brasileiros,⁶ ocorreram as importantes batalhas de Monte das Tabocas (3 de agosto de 1645), em Vitória de Santo Antão (atual), e a de Casa Forte (10 de agosto de 1645), no atual bairro de Casa Forte no Recife. Elas puseram fim ao Exército de Campanha Holandês, sediado no Recife.

Na primeira,⁷ em momento crítico, a grande maioria de negros escravos que constituía a Reserva foi lançada sobre os holandeses, mediante ordem de João Fernandes Vieira, líder político e econômico do movimento. Eles decidiram a batalha que abriu a campanha vitoriosa da Insurreição Pernambucana.⁸

Na segunda, de Casa Forte, quando Henrique Dias foi ferido gravemente, seus negros prestaram então valioso concurso.

Em 1647, antes da 2^a Batalha de Guararapes, os holandeses tentaram induzir Henrique

Dias a cooperar com eles. Ele assim lhes respondeu, em carta:

"De quatro nações se compõe o meu terço: Minas, Ardas, Angolas e Criolos. Os Criolos são tão malévolos que não temem e nem devem. Os Minas são tão bravos que aonde não podem chegar com o braço chegam com o nome. Os Ardas são tão fogosos que tudo querem cortar de um golpe e os Angolas são tão fortes que nenhum trabalho os cansa".⁹

Ao final das guerras holandesas, Henrique Dias conseguiu que a Rainha de Portugal, em 17 de outubro de 1657, ou cerca de dois séculos e meio antes da Lei Áurea, libertasse muitos de seus soldados ameaçados de reescravização por seus antigos senhores.

Em reconhecimento ao importante papel desempenhado por ele e seus bravos, para o despertar dos espíritos de Exército e de Nacionalidade do Brasil nas guerras holandesas, foram organizadas unidades com o nome de *Henriques*, integradas por negros que prestavam serviços não remunerados em

6. BENTO, Cláudio Moreira, Cel. As Batalhas dos Guararapes – Análise e Descrição Militar. Recife, UFPE, 1871, 2v.

7. IDEM. A Batalha do Monte das Tabocas. Jornal do Comércio. Recife 14.11.71.

8. João Fernandes Vieira concedeu, então, liberdade a 50 escravos de sua guarda pessoal, pelo valor que revelaram na definição do destino brasileiro.

9. Segundo Gilberto Freyre, "os Ardas eram geges ou daomeanos, os Minas, nagôs, e os Angolas apenas bantos".

Pernambuco, Bahia, Minas e Rio de Janeiro até a Independência.

O Marquês de Pombal enviou ao Marquês do Lavradio, Vice-rei do Brasil, sediado no Rio de Janeiro, em ofício de 9 de março de 1755, instruções a respeito, as quais referem, a certa altura:

"Sua Majestade manda transportar de Pernambuco um batalhão de 600 homens dos pretos chamados *Henriques*.....para servirem, ou na dita ilha de Santa Catarina ou no Rio Grande de São Pedro....manda Sua Majestade prevenir a V.Excelência que os referidos pretos,... são descendentes do grande Henrique Dias o qual, à testa de gente de sua cor, que uniu em corpo, ajudaram a lançar os holandeses, quando estes foram mais belicosos, fora de Pernambuco..... Sua Majestade manda tratar os oficiais do corpo do Henrique como os das outras tropas, sem diferença alguma, manda-o V. Excelência aí tratá-los da mesma sorte, não permitindo que os desprezem, obrarão maravilhas contra os castelhanos".¹⁰

Os *Henriques* passaram a fazer parte da força que defendeu a ilha de Santa Catarina,

então importante base militar para apoiar o Exército do Sul, ao comando do Tenente-General Henrique Böhn, em São José do Norte (atual), com o objetivo de expulsar os espanhóis da Vila do Rio Grande, que dominavam desde 1763.¹¹

Um grupo de *Henriques* foi enviado, da ilha de Santa Catarina a São José do Norte, para construir 13 jangadas, com madeiras enviadas desde Pernambuco.¹² Elas tiveram papel relevante no transporte das tropas que, partindo de São José do Norte (atual), atravessaram o canal da Lagoa dos Patos e assaltaram a Vila do Rio Grande, na madrugada de 1º de abril de 1776, dia de São Francisco de Paula.

Quando Santa Catarina foi invadida, em 1777, pelo Vice-rei do Prata, D. Pedro Ceballos, muitos soldados *Henriques*, recusando-se à rendição, foram ter ao Rio Grande. Foi um alferes dos *Henriques* que deu um toque de heroísmo que comoveu a todos que dele tiveram notícia, e mais uma vez comprovou o valor dos *Henriques*. Para não render-se aos espanhóis de D. Pedro Ceballos, enrolou as bandeiras do seu Regimento no

10. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. V. 31, 1ª parte.

11. BENTO, Cláudio Moreira, Cel. Em torno da Fortaleza S. José da Ponta Grossa. Revista Militar Brasileira nº 1011, 1977.

12. IDEM. Travessia de Brechas e Cursos d'Água no Brasil. A Defesa Nacional, nº 722, 1985, pp. 80-106.

corpo e, com elas protegidas do invasor, após longa e penosa jornada, entregou-as em Pernambuco. Deus sabe o nome desse bravo? Grande parte do seu regimento retraiu para o Rio Grande do Sul para lá reorganizar-se para resistência, então liderada pelo Ten Gen Henrique Böhn.¹³

Em homenagem a todos os Henriques que auxiliaram na defesa do Brasil de 1641-1822, redistribram-se a seguir traços da vida e da obra do que emprestou seu nome a tão valorosa tropa de homens negros.

O Mestre-de-Campo (Ad Honorem) Henrique Dias¹⁴

Henrique Dias, cuja memória é hoje cultuada como um dos arquitetos da unidade e integridade da Pátria, pelos valorosos e relevantes serviços militares prestados ao Brasil no período dos holandeses em Pernambuco (1630-1654), inicialmente como Capitão e, a partir de 1639, "como Cabo e Governador de todos os pretos e mulatos do Brasil", nasceu em Pernambuco, filho de pernambucanos e neto de escravos angolanos.

Não existe referência histórica sobre sua vida anterior a 1638, início de sua atuação mili-

tar, bem como se havia sido escravo ou não, sendo de presumir-se tenha nascido no início do século XVII.

Em período crítico para as armas pernambucanas (1633), em razão de os holandeses terem recebido reforços e sido guiados pelo traidor Calabar, Henrique Dias apresentou-se ao Governador de Pernambuco, Matias de Albuquerque, para combater a seu lado "em tudo que lhe fosse determinado".

Esse comovente gesto, apresentando-se num momento crítico e indefinido para as armas pernambucanas, vem demonstrar o grande amor que votava a Pernambuco, aos portugueses e à Igreja Católica, e que ditou, à sua consciência, o caminho do dever.

Ao apresentar-se a Matias de Albuquerque, por sua liderança sobre seus companheiros, foi feito capitão.

No período que culminou com a queda do Arraial do Bom Jesus (Sítio da Trindade - 1635), participou de combates no Currado, Igarassu, Apicacos, e da defesa dos fortões de Nazaré e Arraial do Bom Jesus.

Rendido o Arraial, obteve permissão dos holandeses para permanecer em Pernambuco.

Em 1636, não suportando

13. BENTO, Cláudio Moreira, Cel. idem nota (II).

14. IDEM. Mestre de Campo (Ad Honorem) Henrique Dias. A Defesa Nacional, nov/dez 1971, nº 640.

o invasor, saiu à campanha e juntou-se aos bravos companheiros Vidal de Negreiros, Francisco Rebelo, Sebastião Souto e Antônio Dias Cardoso, os quais, desesperadamente, travavam luta contra o invasor, impedindo, de todas as formas, que ele deitasse raízes em solo brasileiro. Nessa ocasião, participou de diversas ações, destacando-se a queima de canaviais da várzea do Capibaribe, da derrota, em Porto Calvo, comandada por Nassau, e da expulsão dos remanescentes do bravo exército de Pernambuco, do Sergipe para a Bahia, em novembro de 1637, por Von Sckoppe. Em 1638, participou da defesa de Salvador.

Em 1639, embarcou na esquadra do Conde da Torre, com o fim de auxiliar na restauração de Pernambuco. Derrotada a esquadra, desembarcou no Rio Grande do Norte e empreendeu enorme retirada por terra, desde a Ponta dos Touros até a Bahia, inicialmente separado e posteriormente em companhia de Luiz Barbalho.

Nesse épico feito militar, relatado em duas cartas de seu próprio punho e reveladas pelo historiador J. Antônio Gonçalves de Mello Neto, Henrique Dias participou com destaque em di-

versos combates, em especial no de Goiana-PE, onde, em ataque de surpresa, foram mortos 500 dos 1300 homens que compunham o efetivo holandês, muitos dos quais integrantes da guarda de Maurício de Nassau.¹⁵

Com a restauração de Portugal e a consequente paz com a Holanda, Henrique Dias permaneceu na Bahia.

Na Insurreição de Pernambuco, cujo plano esteve a cargo do Governador-Geral da Bahia, Antônio Teles, foi o primeiro a deixar a província rumo a Pernambuco, simulando, como parte do plano, ter fugido e ter em seu encalço, para puni-lo, Filipe Camarão.

Não chegou a tempo para participar do combate do Monte das Tabocas, mas foi reforçado por 50 negros, aos quais Fernandes Vieira havia concedido a liberdade, após o combate.

Participou, com bravura, do combate de Casa Forte (1645) e estabeleceu sua estância em local no Recife que ainda conserva esse nome – o mais próximo do inimigo, “tendo no meio o Capibaribe e a distância do desaforo gritado”.

Nesse local, de seu quartel, que possuía uma torre, ele ob-

15. O massacre holandês de Goiana-PE, um episódio até então obscuro, foi revelado pelo historiador J.A.G. Mello, com base em relatório inédito da retirada, elaborado por Luiz Barbalho.

servava os movimentos dos holandeses.

Em 1647, expedicionou ao Rio Grande do Norte e, após seu retorno, participou da 1ª Batalha dos Guararapes, como comandante da Ala Direita.

Nessa ocasião, suportou estoicamente e sem reforços, o violento e avassalador ataque da reserva holandesa – 1500 homens ao comando do Cel Von der Branden.

No dia seguinte à batalha, foi encarregado de conquistar Olinda, o que realizou com brilho.

Participou também, com bravura, da 2ª Batalha dos Guararapes.

Pelo seu destemor e intrepidez em combate, Henrique Dias foi o restaurador de Pernambuco mais vezes ferido, e até com gravidade.

O Barão do Rio Branco alinhou 8 ferimentos, e J.A.G.M. Neto afirma ter sido ferido em 8 ocasiões com um total de 9 ferimentos, assim registrados:

- Em 15/Jul/1633, no Curaum ferimento a bala;
- Em 08/Set/1633, em Igarassu, dois ferimentos a bala;
- Em 30/Mar/1634, no Arraial, um ferimento;
- Em 26/Dez/1635, na Várzea, um ferimento;
- Em 18/Fev/1637, em Por-

to Calvo, um ferimento a bala;

- Em 17/Ago/1645, em Casa Forte, um ferimento;
- Em 19/Fev/1649, em Guararapes, um ferimento a bala;
- Em 1648 em alto-mar, um ferimento.

Em Porto Calvo, recebeu um ferimento na mão esquerda, após o que teve de amputá-la, participando do resto da guerra com uma só mão. Em Casa Forte, ferido numa das pernas, somente abandonou o combate após o seu término, quando ele próprio se medicou, recuperando-se com o uso de lã de carneiro frita em óleo de peixe. Na 2ª Batalha dos Guararapes, recebeu um ferimento a bala no baixo ventre, com sério risco para sua vida.

Depois da guerra, quando retornava de Portugal, onde fora pleitear justa recompensa pelos serviços prestados, o navio em que viajava foi assaltado por piratas e ele foi atingido, também, por uma bala.

Essa série de ferimentos e mais o fato de haver, num combate em Apicucos, à frente de seus bravos e temíveis soldados, morto com suas próprias mãos 5 inimigos, dizem bem do valor de Henrique Dias, conhecido pela alcunha de "Boca Negra".

Portugal e Espanha, que mantinham o ânimo de seus vassalos na luta através de recompensas várias, denominadas "mercês", conferiram a Henrique Dias, e por sua solicitação, diversas delas, muitas das quais não chegaram a concretizar-se.

Na partilha das mercês não foi feita justiça a este bravo à altura da sua comovente, corajosa, constante e decisiva participação na Restauração de Pernambuco, motivando sua ida a Portugal, em 1656, para pleiteá-las pessoalmente.

Eis as mercês que lhe foram concedidas:

- Em 1633, foi nomeado Capitão dos homens de cor e, em 1639, "Cabo e Governador dos pretos e mulatos que serviam ou que viessem a servir sob suas ordens em todo o Brasil";
- Em 1644, foi nomeado Capitão-mor dos pretos de guerra de Angola, cargo que não assumiu, por ser sua presença essencial à Insurreição Pernambucana em marcha;
- Em 1658, após 25 anos de serviços, foi-lhe conferida a patente de Mestre-de-Campo "ad honorem" de seu terço, de tão gloriosas tradições na preservação da integridade e unidade da Pátria Brasileira e um dos alicerces da grande demo-

cracia étnica que é o Brasil.

Uma grande e muito merecida honraria foi a que recebeu da rainha de Portugal, ao decidir, quando lhe propuseram a extinção do terço de Henrique Dias, que enquanto este vivesse não seria sua unidade extinta e, a partir de então, de direito, considerada Terço.

Como bens materiais, recebeu as terras compreendidas entre o rio Capibaribe e a atual avenida Conde de Boa Vista, abrangendo o atual bairro Boa Vista e parte do bairro de Graças (Dérbi e Capunga), nelas compreendidas, então, casas que pertenceram ao holandês Vanufel e à olaria de Gaspar Coque.

Nas casas de Vanufel, que ficavam numa ilha da curva do Capibaribe, Henrique Dias instalou seu QG quando do cerco do Recife, depois de fracassado o plano de conquista rápida dessa cidade delineado por Antônio Teles, Governador-Geral da Bahia, e acalentado por D. João IV.¹⁶

Sua estância, no atual bairro de Boa Vista, era o "front" de então, e Henrique Dias controlava os movimentos dos holandeses de uma torre que existia na casa de Vanufel, como já mencionado.

16. Fracasso decorrente de a Insurreição ter sido descoberta antes do dia marcado para sua eclosão e da falta de apoio de Salvador Correia de Sá e Benevides.

Henrique Dias teve promessa do hábito da Ordem de Cristo, a mais alta comenda de Portugal, mas, como não possuía filhos varões, requereu esta e dois hábitos de Santiago ou Aviz para os que viessem casar com suas três filhas e uma renda para seu sustento.¹⁷

Quando eclodiu a Insurreição Pernambucana, como parte da mobilização, correram editais em nome do Rei, prometendo liberdade aos negros que combatessem pela causa.

Após a vitória do Monte das Tabocas, João Fernandes Vieira deu o exemplo, ao libertar 50 escravos que conquistaram a liberdade por bravura em combate.

Henrique Dias pleiteou à Rainha a liberdade de alguns de seus homens ameaçada por alguns senhores, após haverem lutado 13 anos. A Rainha, num gesto reeditado em maiores proporções, anos depois, despachou favoravelmente, em 17 de outubro de 1657, dois séculos e meio antes da Lei Áurea.

Henrique Dias passou o restante de sua vida ocupado como Mestre-de-Campo de seu Terço

e com os religiosos da igreja de sua estância, que mandaram construir em 1646, de taipa e coberta de telhas, e que, em 1708, achava-se em ruínas, obrigando a que fosse construída outra próxima. Faleceu em 7 ou 8 de junho de 1662, no Recife. Foi sepultado, às expensas da Fazenda Real, no Convento de Santo Antônio, em local desconhecido.¹⁸

O Negro nas Guerras do Sul de 1680 a 1777

De 1680, ano da fundação portuguesa da Colônia do Santíssimo Sacramento (no atual Uruguai) defronte a Buenos Aires, por uma expedição organizada no Rio de Janeiro, ao comando de D. Manuel Lobo, até a restituição desta aos espanhóis, por força do Tratado de Santo Ildefonso (1777), a contribuição militar do negro e seus descendentes, seja como homens livres, seja como escravos, foi relevante para dilatar o território do Brasil, desde Laguna (atual), em Santa Catarina, limite Sul do Tratado das Tordesilhas de

17. Era normal, àquela época, requerer-se o que se pensava merecer e obter-se sempre menos, principalmente no tocante a dinheiro, em razão das dificuldades financeiras de Portugal.

18. Pesquisa arqueológica teria facilitado a identificação de seus restos mortais, por uma das mãos amputadas, em consequência do ferimento que recebeu em Porto Calvo. Seus retratos expostos em diversos locais, lamentavelmente, não retratam a realidade e resultaram de imaginação fantasiosa, conforme menciona o historiador José Antônio Gonçalves de Mello Neto, autor de pesquisa documental sobre Henrique Dias.

1494, até o rio da Prata, temporariamente, e até os rios Jaguá-rão, Quaraí e Uruguai no Rio Grande do Sul, definitivamente.

A fundação de Colônia do Sacramento contou com o concurso de 60 escravos, dos quais 41 de D. Manuel Lobo. Isso representou cerca de 30% do efetivo da expedição, afora os livres não discriminados.

Para aproximar, desde o Rio de Janeiro, o apoio militar da Colônia do Sacramento, foi fundada, em 1684, Laguna-SC, limite meridional do Tratado das Tordesilhas. A expedição segundo Alcântara Machado, em *Vida e Morte das Bandeiras*,¹⁹ era integrada por dez brancos e cinqüenta negros e mulatos (cerca de 80% da expedição).

Decorridos 41 anos, alguns desses negros e mulatos de Laguna, partindo dessa localidade, integraram a frota de João Magalhães, composta, em sua maioria, por pretos e mestiços dessa raça. Eles foram postos em São José do Norte (atual), no Rio Grande do Sul, com as seguintes finalidades:²⁰

- proteger o Sangradouro da Lagoa dos Patos para o oceano da interferência de espanhóis e dos Tapes;

- melhorar as condições de travessia do Sangradouro, construindo e explorando jangadas e canoas;
- estabelecer aliança com os Minuanos que habitavam o litoral;
- transferir o gado chimarrão (selvagem) do Sul para o Norte do Sangradouro da Lagoa dos Patos;
- estabelecer ligação terrestre com a Colônia do Sacramento;
- operar registro de cobrança de taxas sobre o gado destinado a Laguna;
- impedir a fuga de escravos negros, de Laguna para os domínios de Espanha, ou para junto dos índios do rio da Prata.

A Frota de João Magalhães exerceu essas missões por cerca de 2 anos e meio. Segundo Arthur Ramos, em *O Negro como Soldado*,²¹ "em fim do século 18 e começo do 19, o negro foi um dos arquitetos da sociedade rural e militar criada no Rio Grande do Sul através de prolongadas lutas.... Toda esta expansão foi acompanhada por constantes combates, refregas, escaramuças e entreveros, nos quais o

19. IDEM Nota 5., *Vida e Morte das Bandeiras*, pp 250-264.

20. BENTO, Cláudio Moreira, Cel. Síntese das Forças Terrestres na 3^a RM. *Revista Militar Brasileira*. V. 103, 1973, jul/dez, pp. 48-80.

21. RAMOS, Arthur. *O Negro como Soldado*. p. 179.

negro deu mais que sua simples participação".

Em 19 de Fev 1737, o Brigadeiro José da Silva Paes desembarcou, à tardinha, na atual cidade do Rio Grande-RS e fundou o primeiro estabelecimento oficial português com o nome de Presídio Jesus-Maria-José.

Segundo Guilhermino Cézar, em *História do Rio Grande do Sul*,²² o negro e descendentes, provenientes principalmente das estâncias de Viamão, "participaram, conforme prova documental", entre os 160 homens do grande sertanista e tropeiro, Coronel-de-Ordenanças Cristóvão Pereira de Abreu, que aguardavam em terra o desembarque de Silva País, e entre os 260 homens trazidos por Silva País, na qualidade de negros e mulatos libertos (integrantes de frações de tropas-de-linha do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia) ou como escravos dos oficiais de maiores posses da expedição, coisa comum na época.

O Negro na Guerra Guaranítica (1754-56)

Para compreender-se melhor a posição do negro e descendentes face ao Serviço Militar no Brasil Colônia, é mister entender-se as circunstâncias exis-

tentes à época.

O Marquês de Pombal, no início do século XVIII, baixou lei considerando livres todos os negros desembarcados em Portugal. Isso equivaleu à abolição da escravatura em Portugal, cerca de século e meio antes do Brasil.

Era vedado, nesta época, o Serviço Militar direto aos negros e descendentes escravos no Brasil, tanto nas tropas-de-linha, como nas milícias e ordenanças. Essa restrição não atingia os negros e descendentes livres.

No entanto, foi prática comum as tropas levarem grandes levas de escravos e utilizá-los indiretamente no Serviço Militar, em trabalhos de abastecimento e transporte, na qualidade de escravos à disposição das unidades, como escravos estatais.

É o caso, por exemplo, do Exército Demarcador que, ao comando do General Gomes Freire de Andrade, atuou no Rio Grande do Sul (1751-55), com a finalidade de demarcar o Tratado de Madrid de 1750, e que teve, junto com o Exército de Espanha, de enfrentar a Guerra Guaranítica (1754-56), decorrente da reação dos índios dos Sete Povos das Missões, sob orientação dos jesuítas, em abandonar a região a ser entregue aos portugueses, em troca

22. CÉZAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1956, p. 24.

das Colônias do Santíssimo Sacramento.

O Exército Demarcador de Gomes Freire era composto de 1633 homens, dos quais 190 eram escravos de suas unidades e de particulares, e assim distribuídos:²³

- “Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro – 22 escravos;
- Regimento de Infantaria Velho do Rio de Janeiro (atual Regimento Sampaio) – 25 escravos;
- Regimento de Infantaria Novo do Rio de Janeiro (atual Regimento Avaí) – 13 escravos;
- Infantaria de Santos (Cia.) – 7 escravos;
- Regimento de Dragões do Rio Grande – 70 escravos;
- Escravos do General Gomes Freire e de particulares – 32 escravos;
- Companhia de Aventureiros Paulistas – 3 escravos;
- Outros escravos com distribuição não declarada – 6 escravos.”

Assim, o Exército Demarcador possuía cerca de 0,9% de seu efetivo de escravos do seu

serviço, afora os particulares, cerca de 0,2%.

Testemunho iconográfico da presença do negro no Exército Demarcador são as cartas panorâmicas, em número de quatro, pintadas pelo Quartel Mestre General do Exército Demarcador, Coronel Miguel Angelo Blasco (italiano). Essas cartas registram uma enchente no rio Jacuí, em 1754, focalizando o Passo São Lourenço, em Cachoeira do Sul (atual) e que colheu o Exército de surpresa.

Nelas aparecem escravos operando canoas ou cozinhando.²⁴

Foi nessa ocasião, em Rio Pardo, prestes a marchar para o Passo São Lourenço, que, em 28 de agosto de 1754, o General Gomes Freire de Andrade baixou um ato discriminatório contra as mulheres negras livres e escravas, ao proibir que elas acompanhassem a marcha do Exército.²⁵

As penas para as mulheres que desobedecessem seriam: “Se for mulher casada, condenação a um ano de prisão. Se for mulher nobre, pagará multa de 400 réis. Se for mulata ou negra livre (forra), será marcada no rosto. Se for mulher escrava,

23. CUNHA, Diário da Expedição. De Gomes Freire às Missões. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo XVI, pp 175-182.

24. Três das quatro cartas panorâmicas encontram-se na mapoteca do Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro.

25. IDEM, Nota 23.

será submetida a leilão em praça pública".

Isso prova também a presença da mulher acompanhando o Exército Demarcador, uma tradição em nossas lutas do Sul, internas e externas, silenciada em relatórios e pelo historiador.

Em 1864, quando o Exército Brasileiro internou-se no Uruguai, na Guerra contra Aguirre, as mulheres foram proibidas de acompanhar o Exército. O General Osório, rendido à tradição e aos costumes locais, permitiu que elas o fizessem, logo após assumir o comando.

Na última campanha do Exército Demarcador, que culminou com sua entrada em São Miguel, registram-se diversos incidentes envolvendo escravos. Em 6 de setembro de 1754, Gomes Freire de Andrade executou um negro como ladrão, por enforcamento. Em 22 de março de 1754, próximo a Santa Maria, foi encontrado, trucidado por índios, após severamente torturado e seviciado, um escravo que fora 4 dias antes açoitado por seu dono, um oficial da Expedição. Em 18 de maio de 1756, após os Exércitos de Portugal e Espanha penetrarem em São Miguel, um escravo de um soldado foi morto com sete lançados, numa emboscada dos índios missionários.

No dia 26 de maio de 1756, os índios chacinaram um escravo que colhia alimentos em suas roças. Seu corpo foi deixado rodeado pelas batatas e aipim que colhia. Em 10 de junho de 1756, morreu afogado um escravo, ao virar sua canoa, quando atravessava o rio São Miguel. Em 14 de junho, quatro dias depois, faleceu um escravo cozinheiro do General Gomes Freire de Andrade. Foi sepultado no interior de uma capela, junto ao rio Uruguai.

Esses são traços da memória da participação sofrida do negro no Exército Demarcador.²⁶

O enorme contingente negro (cerca de 150), afora os soldados livres, encontraram, nas Missões, Índias sem maridos, dentre os quais, cerca de 1400 mortos na hecatombe de Cai-boaté, em 10 de fevereiro de 1756. Presume-se que, no espaço de 6 meses, os negros da expedição tenham entrado em contato sexual com elas e daí tenham resultado filhos miscigenados.

Para apoiar a marcha do Exército Demarcador, de Porto Alegre a Rio Pardo, foram recrutados, em São Paulo, 200 aventureiros paulistas descendentes de bandeirantes. Eles foram pa-

26. IDEM, Nota 23 pp. 69-71.

ra Porto Alegre, em 1751, com a missão de construir canoas para o transporte de cargas do Exército Demarcador, rio Jacuí acima.

Esse contingente possuía cerca de 14% de negros e descendentes: "Antônio, negro livre, seis escravos do Capitão Mateus Camargo (Clemente, Manoel e Félix, criolos; Damião nascido em Angola, Francisco e Inácio) e dois escravos de Francisco Camargo,²⁷ que integraram a primeira guarnição-militar de Porto Alegre."

Esse contingente, formando duas Companhias de Aventureiros, apoiou depois toda a campanha do Exército Demarcador.

Em Rio Pardo, quando o Capitão Mateus Camargo construía uma ponte flutuante sobre o rio Pardo, para apoiar a marcha do Exército Demarcador para o Passo do São Lourenço, no rio Jacuí, foi atacado, em julho de 1754, por tropas missionárias ao comando do índio Sepé Tiara-ju.²⁸ Nesse combate, foram mortos três dos seis escravos do Capitão Mateus, seguramente mais um sangrento sacrifício do negro.

27. Spalding, Walter. Pequena História de Porto Alegre. Porto Alegre, Sulina, 1967, p. 39.

28. IDEM. Notas 12 e 21 referem ao assunto.

29. CÉZAR, Guilhermino. Os soldados Negros de Pinto Bandeira. Correio do Povo. Porto Alegre, 23 Mar 1971.

O Negro na Guerra de Restauração do Rio Grande (1763-74)

Em apoio ao Exército do Sul que, ao comando do Tenente General Henrique Bönh, se destinava a expulsar os espanhóis do atual Rio Grande do Sul, existiu um corpo de guerrilhas ao comando do Major Rafael Pinto Bandeira, "a primeira espada continental".

Suas tropas possuíam bases de guerrilhas em Canguçu e Encruzilhada do Sul (atuais). Nelas encontrava-se um contingente expressivo "de negros valentes que el temor non conociam", segundo Guilhermino Cézar²⁹ na expressão de um sargento espanhol que escreveu um poema, ao chegar em Colônia do Sacramento, após ouvir relatos da ação do intrépido Pinto Bandeira e que, abaixo, se transcreve:

"Allí nos desembarcamos
Com sumo gusto y placer
Como se dexa entender
Segun los sustos que pasamos
Mas apenas acampamos
Quando ya mi compañía
Com otras cuatro tenía

Ordem de salir corriendo
 Contra um fidalgo tremendo
 Que hurtar cavallos venia
 Pinto Bandeyras llamado
 Era em efecto este tal
 Fidalgo de Portugal
 Yera coronel graduado
 Lleva siempre a su lado
 Segun voces diferentes
**HORROR DE NEGROS VA-
 LIENTES**
**QUE EL TEMOR NO CO-
 NOCIAM**
 Mas por Dios que no que-
 riam
 Hacer-se nunca presentes".

O sentido da poesia é o seguinte:

"Desembarcamos em Colônia do Sacramento com grande gosto e prazer, como não poderia ser de outra forma, após os grandes sustos pelos quais passamos. Apenas acampamos, a minha e mais 4 companhias receberam ordens de marchar ao encontro de um fidalgo que vinha arrear cavalos. Esse fidalgo de Portugal era o coronel graduado Rafael Pinto Bandeira. Ele trazia sempre ao seu lado, segundo testemunhos diferentes, uma grande quantidade de negros valentes que desconheciam o medo, mas, por Deus, não queriam nunca o combate convencional".

O fato de não oferecerem combate convencional era natu-

ral. Como guerrilheiros travavam uma guerra de desgaste contra o inimigo, através principalmente das *arreadas*. Estas consistiam em operações militares de retirada dos possíveis caminhos da invasão espanhola ao Rio Grande do Sul, do gado cavalar e vacum manso ou *chimarrão*. O primeiro usado como meio de transporte dos exércitos adversários; o segundo, como alimentação autotransportável — ambos essenciais ao êxito do deslocamento de uma tropa militar apreciável nas campanhas do Sul.

A socióloga norte-americana Madalena Wallis Nichols, em *O Gaúcho*, refere a existência, de 1773 a 1774 nas companhias uruguaias, de negros e mulatos gaudérios (gaúchos).

Assinale-se que só o Regimento de Dragões possuía, em 1756, 70 escravos.

Estudos que temos procedido nos levaram a concluir que negros e descendentes estiveram presentes com Rafael Pinto Bandeira nos combates de Santa Bárbara, Tabatingaí e Santa Tecla — no último em número de 80.

Estatística confiável dava, para o atual Rio Grande do Sul, em 1780, três anos do término da guerra, cerca de 5.102 escravos, ou 29% da população, não computados os negros e descendentes livres.

O Negro nas Guerras do Sul de 1801-1822

Em 1801, a Espanha invadiu a cidade de Olivença. No Brasil, foi a oportunidade de os portugueses, em troco, dilatarem as fronteiras no Sul até os rios Jaguão e Santa Maria e, no Mato Grosso, até o rio Apa. Como a Espanha não devolveu Olivença na Europa, Portugal não devolveu o que conquistara no Brasil.³⁰

Os negros livres ou escravos tomaram parte nessa conquista, como escravos, acompanhando as estâncias que foram mobilizadas por seus donos para o esforço de guerra então realizado.

Do furriel dos Dragões, Gabriel Ribeiro de Almeida, que participou da conquista das Missões, tem-se a seguinte informação:

“O mesmo espírito de patriotismo que havia feito com que os povos preferissem entrar voluntariamente em guerra, fez com que, em poucos dias, se vestisse a tropa. Pois, os que não podiam dar dinheiro, davam panos, bois, cavalos, carros, escravos, oferecendo tudo em benefício da tropa e do Estado. E isto se continuou a praticar em toda a guerra.”³¹

Temos convicção de que a participação do negro foi efetiva também na Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental (1812) e nas Guerras contra Artigas (1816 e 1820) que culminaram com a incorporação do atual Uruguai ao Brasil (1821-28) com o nome de Província Cisplatina.

De Saint Hilaire em sua *Viagem ao Rio Grande do Sul*, retiramos as valiosas informações contidas no tópico seguinte.³²

Um Mulato no Comando do Forte de São Miguel

Saint Hilaire, ao passar por Chuí, encontrou comandando a fronteira o Capitão Manoel de Joaquim de Carvalho, também comandante do Forte de São Miguel. Sobre ele escreveu:

“O Capitão das guerrilhas comandante do Forte São Miguel é um grande mulato de cabelos brancos, de figura muito curiosa. Cumulou-me de gentilezas...

“... O Capitão serviu-me mate e, em seguida, levou-me ao fortim, situado a alguns passos de sua casa...

“Os soldados acantonados

30. BENTO, Cláudio Moreira, Cel. Guerra de 1801 – Síntese in: Canguçu Reencontro com a História. Porto Alegre, IEL, 1985.

31. CÉZAR, Guilhermino. Primeiro Cronistas do RGS. Porto Alegre,

32. SAINT HILAIRE, Augusto. Viagem do Rio Grande do Sul 1820-21. Rio de Janeiro, Ariel, 1935.

em São Miguel são guerrilheiros, corpos de voluntários, formados no correr da guerra atual (guerra contra Artigas-1820-21), pelo estancieiro Bento Gonçalves da Silva.³³

"O capitão Manoel Joaquim de Carvalho era um simples soldado, mas fez tais prodígios de valor que, numa região onde predominam os brancos, guindaram-no, apesar de sua cor, ao posto de capitão".

Foi por certo pensando também em homens como o Capitão Manoel Joaquim, que Saint Hilaire observou, sobre os riograndenses:

"Em geral os homens desta Capitania (atual Rio Grande) são extremamente corajosos.

"Contam-se deles milhares de feitos que demonstram sua intrepidez. Estão sempre dispostos às mais árduas lutas... Para guerrear deixam, sem pesar algum, suas famílias, mas após a vitória procuram voltar para suas casas.

"Nunca desertam por covardia, fazendo-o com freqüência quando os deixam inativos."

Bento Gonçalves, aqui citado, libertou negros em Guaíba, para formar parte da tropa com que atacou Porto Alegre, em 20

de setembro de 1835, e deu início à Revolução Farroupilha.

Segundo Alcides Maya, com apoio no que lhe contou Apolinário Porto Alegre, ambos citados por Osório Santana Figueiredo,³⁴ "Bento Gonçalves costumava mandar queimar incenso nas antigas senzalas transformadas em alojamentos de guerreiros negros, na intenção de despertar a consciência cívica dos soldados de cor preta".

O NEGRO DO EXÉRCITO DA INDEPENDÊNCIA À ATUALIDADE

O Negro no Dia do Fico

Como já foi dito, é consenso, entre expressiva parcela de nossos historiadores, que o espírito de Nação Brasileira e o de suas Forças Armadas foram despertados na vitoriosa 1^a Batalha dos Montes Guararapes, com o concurso de grande quantidade de negros e descendentes e, em especial, dos negros do terço de Henrique Dias.

Da mesma forma, pode-se dizer que em 9 de janeiro de 1822, tendo por palco o Campo de Santana, atual Praça da República e, como catalisador, o Quartel do Campo de Santana,

33. Mais tarde será ele o líder da Revolução Farroupilha (1835-45), cujo sesquicentenário está ocorrendo (1985-95).

34. FIGUEIREDO, Osório Santana. Alcides Maya. O Clássico dos Pampas. Santa Maria. Ed. Pallotti, 1987. p. 101.

atual Palácio Duque de Caxias, sede do Comando Militar do Leste, ocorreu o nascimento de fato do Exército Brasileiro e do Brasil Independente.

Nesse dia, enorme massa popular, tropas milicianas e de ordenanças aglutinaram-se em torno das tropas de linha no Rio de Janeiro,³⁵ fiéis ao Príncipe D. Pedro, ao comando do General Francisco Xavier Curado, comandante-das-armas da corte, sediado no quartel do Campo.

O motivo dessa histórica concentração de povo e tropa foi garantir militarmente a permanência do Príncipe Regente D. Pedro no Brasil e obrigar as tropas portuguesas da Divisão de Portugal, ao comando do General Avilez, a embarcarem para Portugal.

Foi o dia decisivo para a Independência do Brasil, conseguido sob pressão militar, e que passou à história como o *Dia do Fico*.

O fato histórico foi possível como resultado da vontade política de representantes das três raças e suas combinações, por miscigenação, em patriótica e harmônica combinação.

Ilustra a participação do ne-

gro nos pródromos de nossa independência, nela própria e na sua consolidação pela força das Armas, uma pintura de João Baptista Debret, no pano de boca do Teatro da Corte, apresentado publicamente nas festas de coroação de D. Pedro I.³⁶

O quadro focaliza em primeiro plano, à esquerda, um soldado negro do Império, oferecendo seu filho ao Imperador e, ao lado do soldado, sua companheira tomando conta do seu fuzil.

Essa gravura foi escolhida para ilustrar a segunda e a terceira capas da coleção *História do Exército Brasileiro – Perfil Militar de um Povo*, editado pelo Estado-Maior do Exército, no Sesquicentenário da Independência, em 1972.³⁶

Pinturas de Rugendas e Debret, dessa época, focalizam diversos militares do Exército, negros.

O Negro na Independência

Com a Independência e a organização do Exército Brasileiro, os negros passaram a ganhar liberdade ao ingressarem na Força, que não mais permitia o uso de escravos em suas ativi-

35. Tropas de Linha hoje projetadas nas seguintes unidades históricas que ali estiveram presentes: batalhões de Infantaria Sampaio e Avaí (então os 1º e 2º Regimentos de Infantaria do Rio de Janeiro e mais os batalhões de Infantaria atuais de Joinville e Florianópolis em SC), Dragões da Independência, de Brasília, e Regimento Mallet, de Santa Maria-RS.

36. BENTO, Cláudio Moreira, Cel. Debret na História Militar do Brasil, Correio Brasiliense. Brasília, 7 de março 1972.

dades, tendo sido abolidas as designações de tropas pela cor de seus integrantes (Pardos e Henriques).

Portarias de 25 e 30 de março de 1824 estabeleceram que "escravos que assentarem praça, em lugar de pessoas livres, não devem ser de menores qualidades físicas e morais". Portaria de 26 de março de 1824 determinou que "os negros que ofereceram para assentarem praça no Exército haviam de mostrar que são homens livres."

Com esses atrativos muitos escravos apresentaram-se ao Exército como livres. Muitos deles foram, no entanto, reclamados por seus donos.

Nesses casos, o Exército os conservava em segurança no quartel, até a legalização, contra eles, dos direitos de seus senhores (Portaria de 20 de fevereiro de 1823).

O general Aurélio de Lyra Tavares, destacado escritor e historiador militar, ex-Ministro do Exército e membro da Academia Brasileira de Letras, assim se referiu às servidões impostas à organização do Exército Brasileiro, após a Independência, em *O Exército e Nação*.³⁷

"Recorreu-se ao voluntariado, ao recrutamento forçado, ao aproveitamento de escravos alforriados e aos sentenciados,

mediante concessão de liberdade condicional, além da contratação de tropas mercenárias..."

"... Foi assim que as fileiras do Exército Brasileiro se abriram a toda a sorte de elementos, fundamentalmente heterogêneos.

"O Exército Brasileiro devia, antes de tudo, recuperá-los, educá-los e integrá-los, dando a todos a condição de soldados do Brasil.

"Através desse novo Exército Brasileiro que então surgia, grande número de escravos passou a adquirir direitos que somente às vésperas da República seriam conferidos por lei... a grande maioria de negros do Brasil".

E prossegue:

"Foi assim o Exército Brasileiro, desde o início, uma grande e insubstituível escola de educação e de valorização do homem brasileiro, no quadro da nacionalidade brasileira em formação.

"E foi por obra deste Exército, constituído de grande número de negros e mulatos livres improvisado para a missão de defender e preservar a Integridade Nacional e a ordem interna em todo o vasto território do novo Império, que pôde o Brasil enfrentar e vencer as vicissitudes que puseram em perigo a

37. TAVARES, Aurélio Lyra. *O Exército e Nação*. Recife, UFPE, 1965, p. 42.

sua Integridade no século da Independência".

Gilberto Freire, talvez o primeiro entre nós a estudar, em *Casa Grande e Senzala*, a magnífica contribuição cultural do negro brasileiro, assim sintetizou o papel do Exército e das Forças Armadas do Brasil, na valorização do homem brasileiro, nele incluído o negro:

"A melhor lição das Forças Armadas do Brasil às demais é esta: a da valorização do homem e não apenas do equipamento, e a da valorização do todo e não apenas parte de seu elemento humano; do soldado e não apenas do oficial".³⁸

Caxias Liberta Lanceiros Negros Farrapos

Em 1º de março de 1842, em Ponche Verde, o Barão de Caxias recebeu 120 ex-escravos que lutaram, particularmente como lanceiros, pela causa da República Rio Grandense (1826-45) e ao preço da conquista da liberdade.

Caxias deu cumprimento à cláusula IV do convênio que ele fez e manteve com os republicanos farrapilhas: "São livres e como tais reconhecidos todos os

cativos que serviram à Revolução".

Ele os recebeu e, para melhor protegê-los, os incorporou aos três regimentos de Cavalaria Ligeira do Exército, estacionados na Província do Rio Grande do Sul.

Assim procedendo, contrariou os escravocratas que queriam que ele cumprisse as Instruções Reservadas (art. 5º) recebidas do Ministro da Guerra, Cel Jerônimo Coelho (Partido Liberal), de 18 de dezembro de 1844, que estabeleciam: "Os escravos que fizeram parte das forças rebeldes, apresentados, serão remetidos para esta corte, à disposição do Governo Imperial que lhes dará o conveniente destino".

O conveniente destino seria a Imperial Fazenda de Santa Cruz, como escravos estatizados, o que seria uma traição inominável aos republicanos não farrapilhas.

Caxias recorreu ao seguinte artifício, segundo se conclui de Henrique Oscar Wiedersphran:³⁹ aplicou, no caso, um aviso do Ministério da Guerra, de 19 de novembro de 1838, "que assegurava liberdade, com a retirada da Província do Rio Grande, a todos os soldados republicanos

38. TAVARES, Aurélio Lyra. Exército e Nação. Recife, UFPE, 1965, p. 42.

39. WIEDERSPAHN, A. Ação Pessoal de D. Pedro II na Pacificação do RGS. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Anais Congresso II Reinado), v.2, 1984, pp. 185-244.

ex-escravos que desertassem de suas fileiras e se apresentassem às fileiras imperiais".

Considerou que o aviso se aplicava aos lanceiros farrapos e infantes negros que lhe foram apresentados em Ponche Verde. Em consequência, os libertou. E, ao invés de enviá-los ao Rio ou para fora do Rio Grande, os aproveitou como excelentes lanceiros, nos três regimentos de Cavalaria Ligeira do Exército Imperial.

Assim Caxias, sob a inspiração de sentimentos cristãos de justiça e humanidade, e mais os de autêntica brasiliade, sustentou o cumprimento da cláusula IV do Convênio de Ponche Verde que pôs fim à Revolução Farroupilha. Entre cumprir o artigo 5 das Instruções Reservadas que implicava em manter lanceiros negros farrapos escravos (além de enviá-los para Santa Cruz); e libertá-los totalmente, conforme a cláusula IV do Convênio de Ponche Verde, resolveu libertá-los e incorporá-los aos regimentos de Cavalaria Ligeira da Província.

Acreditamos que tenha sido uma solução sábia, e que os lanceiros negros apreciaram conservar suas liberdades no status de excelentes e respeitados soldados da Cavalaria do Exército Imperial do Brasil. Pois soldados excelentes era o que

haviam demonstrado ser em quase 10 anos de lutas.

Este é um aspecto oportuno de evidenciar-se na vida e na obra do Duque de Caxias, Patrono do Exército Brasileiro, na oportunidade do Centenário da Abolição. É fato pioneiro, sem dúvida, no ciclo abolicionista antes da Lei Áurea.

Os lanceiros negros, organizados como tropa de 1^a Linha da Revolução Farroupilha, e depois República Rio-Grandense, eram integrados por negros libertados pela Revolução, com a condição de lutarem como soldados pela causa. Eram ex-escravos de republicanos e de imperiais.

O General Gervásio Artigas, do Uruguai, já havia usado esse expediente e a Argentina contou com negros nas suas guerras da Independência.

Os lanceiros negros foram recrutados na atual Zona Sul do Rio Grande do Sul, entre escravos campeiros e domadores, homens que amavam a liberdade, acostumados que estavam a movimentarem-se dentro dos horizontes das cochilhas gaúchas, nas lides da pecuária.

Tornaram-se excelentes combatentes de Cavalaria. Entregavam-se ao combate com grande denodo, por saberem, como verdadeiros filhos de liberdade, que esta, para si e seus irmãos de cor, ex-escravos,

e seus libertadores, estaria em jogo em cada combate.

Manejavam com grande mestria sua arma predileta, a lança, que usavam mais longas que o comum.

Com essas características e instrução adequada para o combate, foram usados como tropa de choque, uso hoje reservado aos blindados.

Eram, além de rústicos, disciplinados. Faziam a guerra à base de recursos locais. Comiam se houvesse alimento disponível e dormiam em qualquer lugar. Grande número deles montava a cavalo, sem arreios ou em pélo, na expressão consagrada no Rio Grande do Sul.

Eram hábeis no uso de baleadeiras como arma de guerra, principalmente para abater um inimigo fora do alcance de sua lança, quer em fuga, quer manobrando para colocar-se em melhor posição tática.

Eles foram formados em um Corpo de Lanceiros, em 5 de agosto de 1936, em Pelotas, por inspiração do tio de Caxias, Major João Manoel de Lima e Silva, então Comandante-das-Armas da Revolução Farroupilha e, pouco mais tarde, primeiro general da República Rio-Grandense.

Essa tropa, que foi batizada

1º Corpo de Lanceiros da República Rio-Grandense, prestou a esta assinalados serviços.

Lanceiros negros participaram como principal força à disposição de Davi Canabarro, na expedição a Laguna, em julho de 1839, da qual resultou a proclamação da efêmera República Juliana.

Antes, em 30 de abril de 1838, no combate do Rio Pardo, a maior vitória farrapa, eles cumpriram decisivo papel.

Aliás, nesse dia, a República Rio-Grandense fez prisioneiro o maestro da banda do 1º Batalhão de Caçadores, o mais tarde famoso em Porto Alegre, Joaquim Mendenha, por sua distinção e pela consideração que lhe era tributada, inclusive, por seu amigo, Barão de Caxias.

O maestro, e, mais tarde, comendador Mendenha, preso pela República, compôs, a pedido de autoridades, o Hino da República Rio-Grandense que, desde a Proclamação da República, foi transformado em hino do Estado do Rio Grande do Sul.⁴⁰

Na surpresa imperial de Pernambucanos, quase ao final da Revolução Farroupilha, muitos lanceiros negros juncaram o campo de batalha com seus corpos, em resistência titânica. Assim, as-

40. BENTO, Cláudio Moreira, Cel. Comendador José Joaquim Mendenha m: Estrangeiros e Descendentes na História Militar do RGS. Porto Alegre, IEL, 1975. pp. 287-290.

seguraram condições para que a revolução não terminasse ali, subjugada pela força das armas, e tivesse fôlego para resistir até a Paz de Ponche Verde, em 1º de março de 1845, e negociar uma paz honrosa que, inclusive, graças a Caxias, lhes assegurou a liberdade.

Um lanceiro negro farroupilha foi imortalizado no Museu de Bolonha na Itália, em pintura que é reproduzida no *Atlas Histórico e Geográfico* do Ministério de Educação e Cultura, edição de 1966.

Foi por certo lembrando, inclusive, os lanceiros negros farroupilhas que Caxias incorporou ao Exército Imperial, em 1845, e que lutaram com Giuseppe Garibaldi na expedição a Laguna, que este escreveu mais tarde em suas *Memórias*:

“Eu vi batalhas mais disputadas, mas nunca em nenhuma parte homens mais valentes, nem lanceiros mais brilhantes do que os da Cavalaria Rio-Grandense, em cujas fileiras comecei a desprezar o perigo e a combater pela causa sagrada dos povos”.

Foi de inspiração do Coronel José Mariano de Mattos, mulato Ministro da Guerra da República

Rio-Grandense e mais tarde Ministro do Império do Brasil, a bandeira da República Rio-Grandense (1836-45).⁴¹

O Negro nas Guerras Cisplatinas (1825-28)

Em 1825, quando mal se re fazia do esforço de guerra da Independência no Pará, Maranhão, Bahia e Cisplatina, o Brasil teve de voltar-se para fazer frente a uma invasão do atual Rio Grande do Sul, por tropas argentinas e orientais ao comando do General Carlos Alvear. Dessa guerra surgiu a independência do Uruguai.⁴²

Foi necessário alforriar-se muitos negros e descendentes, para ingresso não só na 1ª linha do Exército, como nas Milícias.

O General Francisco de Paula Cidade, em *O Soldado de 1827*,⁴³ referiu a certa altura:

“... que testemunhas oculares da guerra Cisplatina e vários escritores platinos afirmam que argentinos e uruguaios na batalha de Passo do Rosário enfrentaram principalmente batalhões de alemães e negros”.

Os alemães integravam o 27º Batalhão de Alemães e os

41. BENTO, Cláudio Moreira, Cel. Autoria dos Símbolos do RGS. Recife UFR, 1971.

42. IDEM. Estudo Militar dos Feitores da Decisão em Passo do Rosário. A Defesa Nacional nº 672, 1977.

43. CIDADE, Francisco de Paula. Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira, Rio, Bibliex, 1989 e o soldado de 1827, p. 15.

negros, basicamente, a Infantaria do Exército Imperial do Brasil.

Nessa indecisa batalha, toda a Infantaria argentina era composta de negros veteranos das guerras da Independência da Argentina. Nela, literalmente predominaram, na Infantaria, tropas de 1^a linha do Rio de Janeiro.

Paula Cidade, depois de admitir em seu estudo a presença expressiva do negro e descendentes na Guerra Cisplatina, assinalou na obra citada:

"E foi essa massa aparente informe, de um povo em formação, composta de negros, mulatos, mulatos claros, quase brancos e brancos que, nos campos do Passo do Rosário, atendendo à voz firme de seus chefes, salvou a honra de nossas armas e a integridade do Império do Brasil".

O Negro na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-52)

Em 1851, o Império do Brasil entrou em guerra contra os ditadores Oribe, do Uruguai, e Rosas, da Argentina, tendo como aliado o caudilho argentino Urquiza, comandando forças das províncias argentinas de Corrientes e Entre Ríos.

O epílogo da guerra foi a derrota das forças do ditador Rosas, em Monte Caseros, próximo a Buenos Aires, por forças argentinas e orientais comandadas por Urquiza, com apoio de uma Divisão Brasileira, ao comando do General Manoel Marquês de Souza (III) e Conde de Porto Alegre. Dessa divisão fazia parte do 2º Regimento de Cavalaria Ligeira, ao comando do Tenente-coronel Manoel Luiz Osório e integrado por um pugilista de ex-lanceiros negros farrapos a ele incorporados, em 1º de março de 1845, em Ponche Verde.

O Brasil contratou então, na Prússia, uma Legião Prussiana composta de pessoal e material de um batalhão de Infantaria, um batalhão de Artilharia e duas companhias de Pontoneiros numerando cerca de 2.000 homens.⁴⁴

Da Unidade de Infantaria fazia parte o Capitão Eduardo Síber, que mais tarde escreveu, na Alemanha, um livro que foi traduzido por Alfredo de Carvalho, com o nome de *Retrospecto da Guerra contra Rosas* e publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. (Tomo 78, parte 1^a; 1915, pp. 377-529).

44. BENTO, Cláudio Moreira. Cel. Estrangeiros e Descendentes na História Militar do RGS. Porto Alegre, IEL 1975.

Sobre o negro e descendentes, Síber fez as seguintes observações:

"A escravidão foi extinta no Uruguai com a Independência.

"A totalidade de sua população negra, que na verdade nunca foi tão numerosa como na Província do Rio Grande de São Pedro (atual RS), foi quase inteiramente aniquilada.

"Os pretos livres tomaram parte, como soldados, nas prolongadas guerras civis e nelas sucumbiram na maioria".

Sobre a constituição do Exército Imperial do Brasil, temos importante depoimento de Eduardo Síber, que corrobora o que temos afirmado. Escreveu ele, a certa altura:

"A Infantaria é negra. A Artilharia é branca e negra e a Cavalaria predominantemente branca."

E prossegue, definindo o Exército Imperial:

"... O Brasil mantém um Exército permanente, relativamente considerável, no qual se notam, principalmente, homens negros livres e mulatos e índios alistados, ou antes, recrutados...

"Aqui se perfila um negro, com sua chata e inexpressiva fisionomia africana, entre um feio mulato amarelo e um índio acobreado..."

Para Síber, europeu e seguramente preconceituoso, aquilo era "uma repugnante mistura de

raças". Mais adiante não nega, e pelo contrário, ressalta o valor do soldado brasileiro, ao escrever:

"... Homens altos e baixos, velhos e moços, indivíduos esbeltos e outros curvados pelo antigo labor de escravo, formam ali, um ao lado dos outros, na mesma fila.

"E, no entanto, estes pseudo-soldados são admiráveis em suportar privações, quer em marcha quer acampados.

"Possuem uma rijeza de corpo, uma tasciturna e indolente docilidade e uma sobriedade para comer e beber que os credenciam a transpor as vastas paragens desertas da América Meridional, sem que jamais lhes ocorra indagar para onde são conduzidos ou o motivo real que se lhes obriga marchar."

Síber julgava o soldado do Exército Imperial do Brasil dentro dos padrões europeus, fora da realidade sul-americana a que ele não conseguiu adaptar-se nem os seus companheiros prussianos, conforme demonstram estudos específicos.

Continuando suas considerações sobre a presença de negro no Exército Imperial, ele diz:

"Considerando-se que as populações negra e mulata preponderam nas províncias brasileiras do Norte, não se surpreende que toda a Infantaria seja recrutada nessas paragens,

ao passo que a Cavalaria é principalmente recompletada no Sul, onde também se encontram suficientes reservas de homens brancos, para poder prescindir mais ou menos de homens negros".

É Síber que nos fornece a pista sobre a consideração que Caxias dispensava aos seus soldados.

Ao término da Guerra, Caxias, em Jaguarão, despediu-se do Exército para seguir, por sinal muito doente, para a Corte. Sobre isto escreveu Síber:

"Depois que o Conde de Caxias se despediu de seus companheiros e amigos negros, mulatos e amarelos, seguiu viagem para Pelotas".

Caxias sempre teve consideração por seus soldados independente de cor, e a recíproca também era verdadeira.

Um Precursor Abolicionista do Exército

Foi Ajudante-General do Exército ao comando de Caxias nessa guerra o Coronel José Mariano de Mattos, um mulato.

Ele era comandante efetivo do Exército, pois Caxias possuía outras funções como Comandante-em-Chefe, relacionada com o governo brasileiro, governos e exércitos aliados.

José Mariano fora o oficial mais preparado da Revolução

Farroupilha. Cursara sete anos da Escola Militar do Largo do São Francisco.

Foi a segunda pessoa do governo da República Rio-Grandense (1836-44). Depois foi Vice-Presidente, presidente interino e Ministro da Guerra da referida República e um dos seus maiores cérebros. Ascendeu à condição de Ministro da Guerra do Império em 1864.

Nós o estudamos no *Diário Popular* de Pelotas, de 20 de setembro de 1985, comemorativo do sesquicentenário do início da Revolução Farroupilha. Oficial do Exército Imperial, ele se insere como pioneiro abolicionista no Brasil, mesmo antes da libertação, em Ponche Verde, pelo então Conde de Caxias, dos 120 soldados negros farroupilhas atrás mencionados.

O gesto precursor abolicionista do então Coronel farrapo José Mariano de Mattos teve lugar em Alegrete-Rio Grande do Sul, por ocasião da reunião da Assembléia Constituinte da República Rio-Grandense, ali realizada em 1842. José Mariano, como líder da maioria, apresentou projeto de abolição da escravatura na República Rio-Grandense, que deveria seguir os exemplos das repúblicas vizinhas do Uruguai e da Argentina, onde havia muito a escravidão fora abolida. José Mariano teve seu projeto rejeitado, por

eficaz ação da minoria liderada por Vicente da Fontoura, a cujos escritos se deve o conhecimento da condição de descendente de negros do carioca José Mariano.

O álbum *Uniforme do Exército Brasileiro* retrata muitos soldados negros e mulatos em reconhecimento a essa realidade do Exército.⁴⁵

Um Historiador Negro da Guerra Contra Oribe e Rosas

A guerra de 1851-52 encontrou seu historiador no negro Major Ladislau dos Santos Titara, segundo o General Francisco de Paula Cidade "um homem de cor, provavelmente mestiço, ...que foi para sua época, inegavelmente, um soldado culto, cheio de serviços ao país."

Sua obra intitula-se: *Memória do Grande Exército Aliado, Libertador do Sul da América na Guerra de 1851 a 1852 e dos Acontecimentos mais Notáveis que a Precederam*. Este trabalho foi editado em Porto Alegre, em 1852, pela Tipografia B. Berlink.

Titara era natural da Bahia. Tornou-se incomparável preservador de fontes da História, ao publicar as da guerra contra Oribe e Rosas, em 1852, tão logo ela terminou.

Titara é o patrono da cadeira nº 40 do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e sua obra é estudada por Paula Cidade em *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira* (Rio, Bibliex, 1959).

É possível que Titara, através do Ajudante-General do Exército José Mariano de Matos, tenha tido acesso às fontes que preservou.

O Negro na Guerra do Paraguai (1865-70)

De 1865 a 1870, o Império do Brasil e as repúblicas do Uruguai e da Argentina formaram a Tríplice Aliança que moveu guerra ao ditador Solano Lopes.

Nela, a presença do negro e descendentes brasileiros foi expressiva, conforme testemunhos insuspeitos dos aliados e dos paraguaios. Os últimos chegam a exagerar, por generalização, em obras ultra-pragmáticas como *Rugidos de Leões*, editada no Paraguai, onde todos os soldados brasileiros são apresentados como negros, inclusive o cabo Chico Diabo, sabidamente branco, ao passo que os soldados paraguaios o são como tipos europeus.

Fotos da Guerra do Paraguai,

45. BARROSO e RODRIGUES. *Uniformes do Exército*, Paris, Ministério do Exército, 1922, p. 62.

existentes na Biblioteca Nacional, e 46 gravuras do pintor argentino Cândido Lopes documentam a presença expressiva do negro e descendentes brasileiros no esforço da guerra.

A obra *O Negro e Descendentes na Sociedade do Rio Grande do Sul* (P. Alegre, IEL, 1975) publica, na página 204, uma foto de três peças da Artilharia Brasileira, no ataque a Humaitá, de 16 de julho de 1868, guarnecidadas por soldados negros.

A presença do negro foi de tal monta nessa guerra que, na Bahia, eles organizaram uma unidade de Voluntários da Pátria denominada Zuavos da Bahia.

Os Voluntários da Pátria – Zuavos da Bahia

Era unidade composta só de homens negros. Seus vistosos uniformes, segundo Gustavo Barroso, lembravam os dos zuavos franceses da Argélia.

Eles vieram para o teatro-de-guerra em maio de 1865, no navio "São Francisco" (antigo "Cotopaxi", americano), em número de duas companhias. Com eles, o ilustre 1º Ten de Enge-

nheiros André Pinto Rebouças, da Comissão de Engenheiros do 2º Corpo de Exército ao comando de Osório.⁴⁶

André Rebouças, após sair do Exército depois de um ano na Campanha do Paraguai, aliou-se, em 1880, a Joaquim Nabuco e veio a tornar-se um dos maiores abolicionistas, com participação relevante na causa de libertação dos negros no Brasil. O fato de haver seguido para a guerra em companhia de seus irmãos de cor e co-provincianos baianos é muito significativo.

A despedida dos zuavos no Rio de Janeiro contou com o prestígio das presenças de D. Pedro II e do Ministro da Guerra Angelo Ferraz, mais tarde Barão de Uruguaiana.⁴⁷

Eles se encontrariam com o Imperador cerca de 4 meses mais tarde, por ocasião do sítio e rendição dos paraguaios, em Uruguaiana, de cujo dispositivo fizeram parte.⁴⁸

Cândido Lopes, ao focalizar o acampamento de Curuzu, após conquistado pelos paraguaios, focalizou alguns grupos de zuavos da Bahia entre as tropas. Eles tiveram papel destacado na conquista das trincheiras.

46. SANTOS, Sidney, M.G. de André Rebouças e seu tempo, p. 54.

47. IDEM.

48. FRAGOSO, Augusto Tasso, Gen. História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai. Rio, Bibliex, 1957, v. 2, p. 232.

ras de Curuzu, segundo Arthur Ramos, em *O Negro como Soldado*.

Os zuavos integraram, no início da guerra, cerca dos 57 Batalhões de Voluntários da Pátria, os quais, com as baixas ocorridas durante a guerra foram se fundindo e se reduziram a 19. Assim, logo após os primeiros embates, a tropa de zuavos foi sendo incorporada às outras, depois de dissolvidas por Osório.

O Conde D'Eu em seu livro *Viagem Militar do Rio Grande do Sul em 1865*, escreveu sobre os zuavos da Bahia:⁴⁹

“É a mais linda tropa do Exército Brasileiro. Compõe-se unicamente de negros. Os oficiais também são negros; e nem por isso piores oficiais, pelo contrário. Conversei propósitamente muito tempo com eles. Estavam a par de todos os por-menos do serviço e orgulhosos do seu batalhão.”

Recrutamento de Escravos

Libertos para a Guerra

Com o decorrer do conflito, dizimadas ou neutralizadas em ações de combate, ou em função da cólera-morbo e do tifo, as fileiras do Exército e dos Voluntários foram se reduzindo

a níveis críticos, particularmente ao final da guerra, na Campanha da Cordilheira.

Foi usado então o seguinte artifício: Os ricos senhores de escravos, em troca de títulos imperiais, forneciam escravos seus para ingressarem como homens livres no Exército Imperial em Operações contra o Paraguai.

A respeito, a *Semana Ilustrada* do Rio de Janeiro publicou, na época, várias gravuras estimulando esse tipo de recrutamento.

Numa delas, apresenta o comendador Mathias Roxo e seus filhos Augusto e Frederico frente ao Imperador D. Pedro II, oferecendo, já fardados, um grupo de soldados ex-escravos com a legenda “Eles fazem de seus escravos cidadãos e dos cidadãos soldados”.

O Império Brasileiro, com esse tipo de recrutamento, libertou 4.749 escravos para ingressarem no Exército Imperial.

O General Augusto Tasso Fragoso, autor da mais completa história dessa guerra, sob o título: *A História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai* (Bibliex, 1956-60, 5v), comenta, a certa altura de sua monumental obra, indexada

49. Recentemente reeditada pela USP, em São Paulo, segundo informação do Príncipe D. Pedro Orleans e Bragança.

pelo Major Francisco Ruas Santos:

"O Brasil foi acusado por libertar grande número dos seus escravos e levá-los para a guerra.

"O fato é real. Devemos envergonhar-nos menos disso, do que ainda conservarmos nesta época inúmeros de nossos compatriotas sujeitos ao cativeiro.

"O Império libertou 4.745 para ingressarem no Exército" (ver quadro específico aqui publicado).

Isto, muito antes de ser uma humilhação ao Exército Brasileiro, resultou em esta instituição tornar-se, segundo o autor citado, "no maior aliado da população negra e mulata escrava, com vistas a sua emancipação total".

Outra forma aceita era a de enviarem-se escravos libertados para combaterem no local de outrem, como substitutos. Esses casos foram em número de 1.667, sobre os 4.745 acima citados.

São Paulo enviou 504 substitutos; o Rio de Janeiro 345; o Rio Grande do Sul 305 e a Corte 238. A Corte, atual cidade do Rio de Janeiro, mais a então Província do Rio de Janeiro, enviaram, juntas, 583 substitutos. As Províncias do Norte e Nordeste enviaram poucos substitutos. A recordista foi Pernambuco com 55. A Bahia só enviou 18.

A substituição era da competência do Governo Imperial. Assim sendo, Caxias devolveu ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul dez libertos que ele enviara em substituição a praças de diversos corpos. Caxias é louvado por seu gesto. Mais adiante, o próprio Presidente da Província reconheceu que os pretendos substitutos não possuíam as qualidades precisas para combatentes em tempo de guerra e, assim, substituir soldados do Exército.

Isto é o que se infere da Ordem do Dia nº 263 do Comandante-em-Chefe, Marquês de Caxias, de todas as Forças Brasileiras em Operações contra o Paraguai, com o seu Quartel-General em Surubi-hi, em 16 de novembro de 1868.

A propósito da participação dos negros nos Batalhões de Voluntários da Pátria e depois como alforriados destinados ao Exército, assim escreveu o grande abolicionista Joaquim Nabuco que encontrou, em André Rebouças, um grande soldado desta causa:

"A Guerra do Paraguai é a melhor prova do que a escravidão fez do patriotismo das classes que a praticavam e do patriotismo dos senhores.

"Muito poucos desses deixaram os seus escravos, para atenderem aos interesses do país.

NEGROS QUE CONQUISTARAM SUA LIBERDADE COM A CONDIÇÃO DE LUTAR PELO
BRASIL NA GUERRA DO PARAGUAI (1865/70)

| CATEGORIA DA ALFORRIA PARA INGRESSO NO EXÉRCITO | ESCRAVOS LIBERTOS, POR PROVÍNCIA, PARA IREM PARA A GUERRA | | | | | | | | | | | | | | | | | TOTAL POR CATE- GORIA | | | | |
|---|---|----------|------------|------------|-------------|---------------------|----------|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|------------|------------|----------|------------|--------------------------------|------------|------------|-----------|-------------|
| | ALAGOAS | AMAZONAS | BAHIA | CEARÁ | CORTE (GB) | ESP. SANTO GOIÁS | MARANHÃO | M. GROSSO | M. GERAIS | PARÁ | PARAÍBA | PARANÁ | PERNAMBUCO | PIAUI | R.G. NORTE | R.G. SUL | R. JANEIRO | S. CATARINA | S. PAULO | SERGIPE | | |
| LIBERTOS PELA NAÇÃO | - | - | - | - | 274 | - | - | - | - | 13 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 287 | | |
| LIBERTOS PELA CASA IMPERIAL | - | - | - | - | 67 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 67 | | |
| LIBERTOS POR CONVENTOS | - | - | 12 | 27 | 27 | - | - | 16 | - | - | 17 | 8 | - | 9 | - | - | - | - | 6 | 122 | | |
| LIBERTOS PELO GOVERNO | 1 | 1 | 248 | 118 | 960 | 11 | - | 113 | - | 3 | 1 | 42 | - | 66 | 164 | - | 15 | - | - | 1773 | | |
| LIBERTOS POR PARTICULARES | 35 | - | 12 | 1 | 630 | - | - | 27 | - | 15 | 2 | - | 4 | 10 | 1 | 2 | 37 | 1 | 1 | 45 | 10 | 833 |
| LIBERTOS PARA SUBSTITUI- R I OUTREM NA GUERRA | 1 | - | 18 | 2 | 238 | 5 | - | 1 | - | 25 | 32 | 1 | 12 | 55 | - | - | 305 | 345 | 123 | 504 | - | 1667 |
| TOTAL | 37 | 1 | 290 | 148 | 2196 | 16 | - | 157 | - | 43 | 65 | 51 | 16 | 140 | 165 | 2 | 357 | 346 | 124 | 555 | 40 | 4749 |

FRAGOSO. História da Guerra entre a Tríplice...

Rio, Bibliex, 1960, v 5 pg. 260 - 5.

"Muitos alforriaram alguns negros para serem, eles, titulares do Império.

"Foi nas camadas mais necessitadas da população, descendentes de escravos na maior parte, nestas mesmas que a escravidão condena à dependência e à miséria, entre trabalhadores analfabetos cuja emancipação ela adiou indefinidamente, é que se sentiu bater o coração de uma nova pátria.

"Foram elas que produziram os soldados dos Voluntários da Pátria".⁵⁰

Heroísmo e dedicação do soldado negro

Dos 111.655 brasileiros que participaram da Guerra do Paraguai, segundo Tasso Fragoso, expressiva percentagem era de negros e seus descendentes.

Essa participação deu-se inclusive na Cavalaria da Guarda Nacional das Missões, a concluir-se de Dionízio Cerqueira, em trecho de suas *Reminiscências da Guerra do Paraguai*:

"Alguns soldados de lábios grossos, dentes alvos, maçãs do rosto salientes, nariz achatado e cabelos cacheados, caindo sobre os ombros, e um e outro ne-

gro. Parecia uma cabila de guerreiros da Mauritânia".⁵¹

Arthur Ramos, que melhor estudou a contribuição do negro nessa guerra, afirmou:

"O negro teve brilhante atuação. Os batalhões negros distinguiram-se pelos seus atos de bravura, principalmente nos assaltos de Infantaria à baioneta..." E cita:

"Comovente foi o gesto do corneteiro negro Jesus, a quem foi mandado dar o toque de avançar. Antes que começasse a executá-lo, foi atingido por uma granada que lhe inutilizou os braços. Mesmo assim, caído no chão e sustentando a corneta com os lábios e pressionada sob um ponto firme do chão, executou em tempo hábil o toque de avançar até desfalecer para morrer pouco após".⁵²

Dionízio Cerqueira testemunhou a valentia de um descendente de negro, o Capitão Folião, ou Capitão Manoel Rodrigues Macedo. Ele jurara laçar um trem paraguaio pela chaminé, quando ele aparecesse próximo de Luque para disparar seus canhões sobre os brasileiros.

"Quando o trem voltou ele saiu em disparada em seu cavalo tordilho, mas ficou decep-

50. NABUCO, Joaquim, Abolicionismo, pp. 218-219.

51. CERQUEIRA, Dionísio, Reminiscências, pp 402-403, 1956

52. Citado na fonte 4.

cionado de não tê-lo conseguido. Ele era um dos ajudantes-de-ordens do Brigadeiro Andrade Neves. Costumava laçar adversários e arrastá-los ao galope".

Era comum a presença da mulher e, principalmente, da mulher negra lutando com seus maridos. A mulher cuidando da atividade-meio e o homem encarregado da atividade-fim.

Assim o citado Dionízio Cerqueira contou o caso do soldado negro Anselmo Pureza, que costumava cantar, quando trabalhava:

"Arrengue da vida solteira
Sempre deve casar o soldado
Deixar de fazê-lo é ser tolo
E por gosto perder bom bocado
Deve sempre o soldado cuidar
Em o cano da arma limpar
Para não se enferrujar
A mulher trata tudo com mimo
Traz a chapa limpa com ouro
E a boneca de cera trabalha
Pra pulir esta coisa de oiro".

Negros amigos de Taunay e Dionízio Cerqueira

A concluir-se dos brilhantes escritores militares Visconde de

Taunay e Dionízio Cerqueira, testemunhas cronistas e atores dessa guerra, grande parte dos oficiais possuíam bagageiros e ordenanças negros.

Taunay escreveu, ao referir-se à dedicação do soldado negro Manoel Faria, camarada do seu companheiro Chichorro da Gama e colega, na Comissão de Engenheiros, de André Rebouças:

"Era incansável, sempre ao lado e à cabeceira do seu desventurado oficial. Entretanto, oh raça negra capaz de tantos sacrifícios! Esse homem tanto tivera que sofrer por causa do próprio Chichorro".⁵³

Alfredo de Taunay refere-se ao seu excelente camarada, o negro Floriano Alves dos Santos, que o "servia com extrema dedicação e de quem jamais teve o menor motivo de queixa ou desgosto".⁵⁴

Tendo o camarada Floriano adoecido, "apresentou-se em seu lugar, nas funções de camarada, Jatobá, negro possante, caminhador incansável e soldado do 21º Batalhão de Infantaria.

"Com efeito não deu má cópia de si, mas certamente não tinha os desvelos, a presteza e as habilidades do meu Floriano".⁵⁵

53. TAUNAY. *Memórias*. São Paulo. Edições Melhoramentos, 1946, pp. 214.

54. IDEM, pp. 238.

55. IDEM, pp. 232.

Dionízio Cerqueira refere-se, em suas citadas *Reminiscências da Guerra do Paraguai*, a seus dois amigos fiéis, Antônio Faustino, bagageiro, e Francisco Antônio, seu camarada, no batalhão ao comando do mais famoso e intrépido comandante de unidade nessa guerra, o Coronel Antônio Tibúrcio de Souza, que mais tarde terá lugar de destaque no abolicionismo no Ceará, a primeira província a libertar seus escravos.

Antônio Faustino fora ferido gravemente, em Estabelecimento, e Francisco Antonio, em Lomas Valentinas. Deles disse o baiano Dionízio, mais tarde Ministro da Guerra, na República:

"Antônio Faustino e Francisco Antônio eram valentes crioulos e meus amigos dedicados".

Ao seu grande amigo e camarada, soldado Antônio Faustino, o mais tarde General Dionízio Cerqueira dedicou, em suas célebres e bastante citadas *Reminiscências*, as últimas palavras das mesmas e a sua maior homenagem:

"Quando entrei em sua sapearia, achei-o pondo tombas (remendos) num sapato e assobiando em surdina o Hino Nacional. Morreu pouco após.

"Minha mãe mandou deposi-

tar em seu caixão uma coroa de sempre-vivas, com a legenda: Saudades do seu amigo, e, na outra ponta da fita lia-se meu nome Dionízio Cerqueira".⁵⁶

É de se deduzir que amizades como essas entre negros e brancos, como as personalizadas pelos dois maiores memorialistas da guerra, tenham se repetido milhares de vezes. Eram amizades de molde a ferir a sensibilidade dos brancos e convencê-los da necessidade de abolir a escravidão no Brasil.

Segundo o ilustre historiador do Rio Grande do Sul, Arthur Ferreira Filho, durante o prolongado conflito do Paraguai, negros e descendentes haviam lutado ombro a ombro com os brancos e revelado ótimas qualidades militares, espírito de sacrifício, bravura e alto sentimento de compreensão na defesa da Pátria Comum.⁵⁷ E isso, por certo, não passou desapercebido na memória pós-guerra dos combatentes brancos e, principalmente, chefes militares.

Como se verá, foi dos campos do Paraguai que sopraram definitivamente os ventos da liberdade para os escravos do Brasil. Ventos soprados pela bravura, pelo heroísmo, pelo patriotismo, pela dedicação, pelo sangue vertido e pelas vidas

56. IDEM Nota (52), p. 345.

57. História do RGS. Porto Alegre, Globo, 1956, p. 112.

imoladas de negros e descendentes livres, muitos ex-escravos que lutaram lado a lado, ombro a ombro, com os brancos e pardos numa longa, penosa e sofrida guerra, em defesa da Soberania e integridade da Pátria Comum, o Brasil.

Foi a partir da Guerra do Paraguai que o abolicionismo começou a ganhar força. Ele intensificou-se a partir de 1879, com a atuação parlamentar de Jerônimo Sodré, logo secundada por Joaquim Nabuco e outros próceres, como André Rebouças, veterano dessa guerra.

Foi no ano em que falecia o Marechal - de - Exército Manoel Luiz Osório, grande herói da Guerra do Paraguai. Ano também em que Caxias, muito doente, estava recolhido à Fazenda Santa Mônica, em Valença, onde veio a falecer em 7 de maio de 1880.

Outros líderes do Exército que sucederam a Osório e a Caxias - o Marechal-de-Exército José Antônio Correia da Câmara e o Marechal-de-Campo Manoel Deodoro da Fonseca, participaram de campanha abolicionista. O primeiro da tribuna do Senado e, o segundo, como Presidente do Clube Militar, que assinou petição à Princesa Izabel, decisiva para tornar irreversível a promulgação da Lei Auréa, em 13 de maio de 1888.

O EXÉRCITO E A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

Vimos, nas partes precedentes, que uma maneira de o negro escravo conquistar a liberdade era através do ingresso no Exército, como soldado.

Os próprios 120 lanceiros negros a que o então Barão de Caxias assegurou pessoalmente a liberdade, em Ponche Verde, Província do Rio Grande do Sul, em função de cláusula que convencionou com os revolucionários farroupilhas, mantiveram esta liberdade intocada com o *status* de soldados do Exército Imperial.

Vimos contingentes enormes de negros, numerando mais de quatro milhares, conquistarem a liberdade para ingressarem como livres no Exército, na Guerra do Paraguai.

Veremos agora alguns fatos marcantes da adesão do Exército à causa abolicionista.

A Sociedade Libertadora de Escravos de Porto Alegre

Um fato marcante e pioneiro dentro da campanha abolicionista ocorreu em Porto Alegre, quando o General Manoel Marquês de Souza e Conde de Porto Alegre, sugeriu, em 25 de agosto de 1865, quase ao final da Guerra do Paraguai, a criação da Sociedade Libertadora

de Escravos, cuja presidência lhe coube, no âmbito do Parthenon Literário, entidade cultural pioneira da Província do Rio Grande do Sul, fundada por 70 intelectuais gaúchos.⁵⁸

O Parthenon foi fundado pelo General Marquês de Souza, que havia assistido, em Ponche Verde, a entrega dos 120 lanceiros negros, dos quais incorporou alguns no Regimento de Cavalaria Ligeira subordinado ao seu comando. Ele também comandara a Divisão Brasileira que lutou em Monte Caseros, em 2 de fevereiro de 1852, contra Rosas e o 2º Corpo do Exército, em Curuzu e Curupaiti. Em Curuzu se destacaram os zuavos da Bahia e, em Curupaiti, entre as cerca de mais de 4 milhares de baixas, expressiva parte foi de heróicos brasileiros negros e descendentes, que ali ajudaram a alicerçar, com suas vidas, o futuro do Brasil.

A sociedade presidida pelo Conde de Porto Alegre destinava-se a libertar crianças escravas. Ela foi a primeira sociedade no gênero, acreditamos, na fase do abolicionismo brasileiro.

Em 20 de março de 1870, decorridos vinte dias do término da Guerra do Paraguai, foi instalada a Sociedade Emancipadora de Escravos da Capital do

Império, cerca de sete meses após a de Porto Alegre, sugerida e presidida pelo heróico General Manoel Marques e Conde de Porto Alegre.

Sua atitude deve ter provocado reações como a seguinte, ocorrida em Canguçu-RS: Quando do retorno das tropas dessa cidade, ao comando do Tenente-Coronel Theophilo de Souza Mattos, que fora comandado do Conde de Porto Alegre, no 2º Corpo do Exército, um grupo abolicionista local promoveu cerimônia pública ocorrida no, desde então, cerro da Liberdade, onde deram liberdade a duas escravas menores. O orador da cerimônia foi Antônio Joaquim Bento, orador da Maçonaria local e professor régio,⁵⁹ que assinalou que "as tropas locais vindas da longa guerra não poderiam receber melhor acolhida do que com aquele gesto libertário de duas escravas menores."

A Reunião da Loja Maçônica Fé

Não se pode precisar quando oficiais do Exército fundaram durante a Guerra do Paraguai a Loja Maçônica Fé, em Assunção.

58. Transcrito na fonte citada na Nota (4), p. 240.

59. Transcrita na fonte citada na Nota (4), p. 245.

Sabe-se, no entanto, que em 1870, por ocasião da visita a Assunção, do Visconde do Rio Branco, na qualidade de representante do Governo do Brasil, junto a suas forças em operações no Paraguai, a Loja Maçônica Fé Ioca, integrada por Oficiais do Exército e da Marinha, se reuniu em sessão magna em honra ao Visconde do Rio Branco, que havia sido eleito Grão-Mestre da Maçonaria no Brasil.

Nessa sessão, falou o orador da loja, o Major de Infantaria do Exército Felipe Neri Monteiro que, então, apelou ao Visconde do Rio Branco, detentor de altíssimas funções no Governo do Brasil e na Maçonaria Brasileira:

"Libertamos um povo, mas em nossa pátria gêmea ainda, na escravidão, um sem número de homens que nasceram no mesmo solo abençoados em que nós nascemos e que são tão brasileiros como qualquer de nós é brasileiro.

"Vossa posição social, preclaríssimo Grão-Mestre, vossas luzes e vosso extremado patriotismo podem fazer com que, para esses infelizes, raiem também o sol da liberdade.

"É uma empresa digna de vossas virtudes patrióticas, de vossos sentimentos generosos."

Respondendo ao apelo do Major Felipe Neri, orador da

Loja, o Visconde do Rio Branco prometeu:

"Asseguro solenemente que empenharei todas as minhas forças para que triunfe quanto antes esta causa, que é da Humanidade e também a causa do verdadeiro interesse e futuro engrandecimento de minha Pátria."

O apelo da Loja Maçônica Fé ao Visconde do Rio Branco frutificou em 28 de setembro de 1871, quando foi sancionada a Lei do Vento Livre, por ele apresentada e defendida com veemência em cumprimento à promessa feita a oficiais do Exército em Assunção, o que mencionou de sua tribuna.

Abolição – Conseqüência da Guerra do Paraguai

"Pode-se alinhar, entre as conseqüências da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (ou Guerra do Paraguai) a decisiva contribuição para a emancipação dos escravos do Brasil. Além da motivação apontada havia, na tropa brasileira em campanha, a presença de inúmeros negros alforriados, combatendo ombro a ombro com a elite do Exército. Isso proporcionou a seus oficiais inúmeros ensinamentos. Deu-lhes oportunidade de se inteirar e melhor conhecer os problemas, as dificuldades e as injustiças contra

os negros. Estes homens lutavam tão bravamente quanto os soldados recrutados, os guardas-nacionais e os Voluntários da Pátria que correram pressurosos a se alistarem nos quartéis, às primeiras notícias dos ataques das forças de Lopes", segundo a *História do Exército Brasileiro*.⁶⁰

Segundo Oliveira Lima, "nas fileiras do Exército, como nas tripulações da Esquadra, era comum ver-se a predominância de negros e mestiços de vários tons, além de brancos dos sertões".

A partir da Lei do Vento Livre, segundo ainda a fonte citada, "a participação do Exército Brasileiro foi constante e firme, transformando-se em fator decisivo para o término da escravidão em nosso país".⁶¹

O sentimento abolicionista que soprou dos campos de batalha do Paraguai foi ganhando corpo. Em Fortaleza, o heróico General Tibúrcio Ferreira de Souza se engajou no processo. O Tenente-Coronel Antônio Sena Madureira recebeu, na Escola de Tiro de Campo Grande, jangadeiros que tiveram ação destacada no Ceará, na libertação antecipada dos escravos. Benjamin Constant foi o maior adversário do tra-

lho servil. Posições semelhantes se observaram em outros membros da 1ª Diretoria e do Corpo Social do Clube Militar, em 1887 e 1888.

Pode-se dizer que a escravidão feria o corpo discente e docente da Escola Militar da Praia Vermelha e, profundamente, o Exército Imperial.

Tornou-se um dos maiores abolicionistas o ex-1º Tenente de Engenheiros do Exército, André Pinto Rebouças, cuja vida e obra no Exército apreciaremos em anexo ao presente trabalho.

Antecedentes imediatos à Petição do Clube Militar à Princesa Izabel

Segundo se conclui de R. Magalhães Júnior, em *Deodoro a Espada contra o Império* (S. Paulo, 1957), o abolicionismo penetrou nos quartéis e lá fez morada. O próprio Marechal Deodoro da Fonseca, já Presidente do Clube Militar, foi candidato a cargo eletivo com apoio, inclusive, da Confederação Abolicionista. Não sendo eleito, ele declarou em manifestação popular que recebeu: "Estou profundamente convencido que a Pátria não poderá atingir os gloriosos destinos a que está

60. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO *História do Exército Brasileiro*, Rio, IBGE/Sergraf, 1972, v.2, p. 669.

61. IDEM p. 670.

fadada, enquanto tiver em seu seio a escravidão".

Em setembro de 1887, alunos da Escola Naval e da Escola Militar se solidarizaram ao tribuno da Abolição, Joaquim Nabuco, por sua eleição a deputado em Pernambuco. Os alunos da Escola Militar foram punidos por ordem do Ministro da Guerra, Conselheiro Delfino Ribeiro da Luz. Deodoro saiu em sua defesa, tendo declarado na ocasião: "Somente espírito partidário muito feroz ou, o que é mais triste, o baixo desejo de agradar e chamar a atenção, podiam enxergar crime nesse ato que é permitido a todo o cidadão e não foi ainda proibido ao soldado".

Joaquim Nabuco, em defesa do Exército contra sua utilização pelo governo na captura de escravos, proclamou: "A escravidão ainda se reflete sobre o modo pelo qual o governo trata o Exército Brasileiro. O governo está empregando o nosso Exército em um fim completamente estranho a tudo o que há de mais nobre para o soldado. O Governo está empregando soldados brasileiros como capitães-do-mato na pega de negros fugidos! Existe profissão mais honrosa do que a do soldado? Existe profissão mais degradante do que a de capitão-do-mato?"

O Clube Militar e a Abolição

Todos os antecedentes apresentados, como amostragem, criaram o clima e o momento ideais para que o Clube Militar, em 26 de outubro de 1887, quando completava quatro meses de existência, enviasse a seguinte petição à Princesa Isabel — petição eloquente por si só e que dispensa comentários. Dela transcrevemos, com grafia atualizada, os seguintes trechos:

"Senhora!

"Os oficiais, membros do Clube Militar, pedem, a Vossa Alteza Imperial, vénia para dirigir ao Governo Imperial um pedido, que é antes uma súplica...

"... Esperam que o Governo Imperial não consinta que, nos destacamentos do Exército que seguem para o interior, com o fim, sem dúvida, de manter a ordem, tranquilizar a população e garantir a inviolabilidade nas famílias, os soldados sejam encarregados da captura de pobres negros que fogem à escravidão, ou porque viviam já cansados de sofrer os horrores, ou porque um raio de luz da liberdade lhes tenha aquecido o coração e iluminado a alma.

"Senhora! A liberdade é o maior bem que possuímos sobre a terra. Uma vez violado o direito que tem a personalidade de

agir, o homem, para reconquistá-lo, é capaz de tudo: de um momento covarde, torna-se um herói; ele, que antes era a inércia, se multiplica e se subdivide, e, ainda mesmo esmagado pelo peso da dor e das perseguições, ainda mesmo reduzido a morrer, de suas cinzas renasce sempre mais bela e mais pura a liberdade...

“... Impossível, pois, Senhora, esmagar a alma humana que quer ser livre.

“Por isso, os membros do Clube Militar, em nome dos mais santos princípios da humanidade, em nome da solidariedade humana, em nome da civilização, em nome da caridade cristã, em nome das dores de Sua Majestade, o Imperador, vosso augusto Pai, cujos sentimentos julgam interpretar e sobre cuja ausência choram lágrimas de saudades, em nome do vosso futuro e do futuro de vosso filho, esperam que o Governo Imperial não consinta que os oficiais e as praças do Exército sejam desviados da sua nobre missão. Eles não desejam o esmagamento do preto pelo branco e não consentiriam também que o preto, embrutecido pelos horrores da escravidão, conseguisse garantir a sua liberdade esmagando o branco.

“O Exército havia de manter a ordem. Mas, diante de homens que fogem calmos, sem ruído, mas tranquilamente, evitando, tanto a escravidão como a luta, e dando, ao atravessar cidades, enormes exemplos de moralidade, cujo esquecimento tem feito muitas vezes a desonra do Exército mais civilizado, o Exército Brasileiro espera que o Governo Imperial conceder-lhe-á o que respeitosamente pede em nome da humanidade e da honra da própria bandeira que defende.”⁶²

Vejamos, em rápidos traços, os antecedentes abolicionistas de três ilustres militares, Deodoro, Benjamin Constant e Sena Madureira, responsáveis, em grande parte, pela idealização, redação e assinatura dessa célebre petição transcrita que o Clube Militar enviou à Princesa Izabel.

O Marechal Deodoro, signatário da petição, desde 1873, junto com seus irmãos, filhos da espartana brasileira Rosa da Fonseca, haviam em conjunto dado liberdade a todos os escravos da família. Mais tarde repudiou a Abolição como obstáculo do progresso nacional, conforme mencionado. A única medalha que levou ao tú-

62. BENTO, Cláudio Moreira. Cel. O Clube Militar e a Abolição. Revista do Clube Militar. N° 280, 1988, pp. 45-46.

mulo foi a da Confederação Abolicionista.

Benjamin Constant fora salvo de afogamento no Rio Paraíba, em 1849, por uma bondosa preta escrava. Seu sentimento antiescravagista chegava ao ponto de não aceitar que um escravo lhe entregasse um copo d'água. Ele foi o ideólogo abolicionista no Exército e no Clube Militar.

Em novembro de 1886, por ocasião da morte do grande abolicionista, o Conselheiro José Bonifácio, o Moço, Benjamin Constant suspendeu sua aula de Astronomia, na Escola Normal. Então proferiu palavras de elogio ao Senador, um dos campeões abolicionistas no Parlamento.

Notícia desse fato foi publicada truncada em uma edição da *Gazeta da Tarde*. Esse jornal, em 5 de novembro de 1886, publicou carta de Benjamin Constant esclarecedora, na qual, a certa altura, ele fez a sua profissão de fé abolicionista:

“Não há, a meu ver, cruzada mais nobre, que mais desperte interesse à causa da Humanidade e, portanto, a todos os de espírito e de coração, que esta, de se procurar arrancar ao cativéiro arbitrário e degradante, mais de um milhão de infelizes sem lar, sem Pátria e sem família, em um século em que o

movimento geral humano se traduz, felizmente, de modo cada vez mais enérgico e acentuado, no sentido da progressiva elevação moral da nossa espécie”.

Nessa mesma ocasião, o Tenente-Coronel Antônio Sena Madureira, em função militar em Rio Pardo-RS, ligada à estruturação da futura Escola de Preparação e Tática do Rio Pardo, escreveu um artigo abolicionista em *A Federação*, que veio a tornar-se a principal vertente da chamada Questão Militar, que, no fundo, era de motivação abolicionista.

Em consequência, foi atacado pessoalmente pelo deputado escravocrata Franco de Sá, da tribuna da Câmara. Sena Madureira, usando o direito de resposta, revidou ao ataque pela imprensa, em face do que foi punido.

Em sua defesa, saiu a guarda do Rio Grande do Sul, chefiada pelo Marechal Deodoro da Fonseca, e mais o Senador Marechal-de-Exército Correia de Câmara, e o jornal *A Federação*.

Esse incidente de fundo abolicionista foi a principal vertente da chamada Questão Militar. Ela evoluiu para a permissão aos militares, cidadãos com plenos direitos dos demais, recorrerem à imprensa para expressarem seus pensamentos,

independente da Censura, menos em se tratando de debates entre militares sobre questões de serviço; para o cancelamento das punições impostas a Sena Madureira e Cunha Matos, por haverem se defendido pela imprensa de ataques recebidos dos parlamentares Francisco de Sá e Simplício de Resende; para a criação do Clube Militar, em 26 de junho de 1887; para a Petição à Princesa Izabel, em 26 de outubro de 1887, pela libertação do Exército dos encargos de cooperar na prisão de escravos fugidos; para a Lei Áurea de 13 de maio de 1888 e, finalmente, para a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, fato importante que Sena Madureira não viveu para ver, por haver morrido um pouco antes.

Sena Madureira anteriormente, conforme mencionado, como comandante da Escola de Tiro de Rio Pardo (1880-84) nela recepcionou, o líder jangadeiro negro Francisco do Nascimento, o Francisco do Nascimento, o Dragão do Mar, aprovando o gesto dos jangadeiros cearenses que recusavam transportar escravos em suas jangadas, como boicote à escravidão, atitude que, no dizer de Joaquim Nabuco, transformou a jangada "em símbolo abolicionista".

Por isso, Sena Madureira foi destituído do comando e enviado para o Rio Grande.

Um Testemunho do Marechal Rondon

O Marechal Cândido Mariano Rondon, testemunha desses acontecimentos como aluno da Escola Militar da Praia Vermelha (1884-90), também empenhado profundamente na abolição da escravatura, assim viu as consequências da petição firmada pelo líder da classe militar de terra ou do Exército, Marechal-de-Campo Manoel Deodoro da Fonseca, ao depor para a escritora Esther Viveiros, na obra *Rondon Conta a sua Vida*:⁶³

"Tive a honra de participar de dois movimentos cívicos que, logicamente se encadeiam: a *Lei Áurea* (libertação dos escravos) e a *Proclamação da República*....

"Já era antigo o anseio de libertar os escravos....

"... A Questão Militar viria agravar a efervescência política, questão esta, em parte, consequência do erro político da monarquia de manter a escravidão, deixando que o movimento abolicionista se fizesse à revelia do governo...

"... O dissídio se alargava. "Em 188 (sic), o General

63. Rio de Janeiro. Cooperativa Cultura dos Esperantistas, 1969, pp. 45-46.

Manoel Deodoro da Fonseca enviou uma representação à Princesa para que não obrigasse o Exército a colaborar na captura de escravos. Estava assim feita de fato a Abolição, certos os fugitivos de que ficariam impunes, uma vez que o Exército não mais colaboraria nas batidas para os capturar".

Assim Rondon viu, na petição dirigida pelo Clube Militar à Princesa Izabel, datada de 27 de outubro de 1887, com o fim de dispensar o Exército de encargos de captura de escravos, como a Lei Áurea de fato.

Um Caso de Omissão do Exército na Captura de Escravos

Ilustra, entre outros, a omissão do Exército na captura de escravos o seguinte incidente registrado pela *História do Exército Brasileiro*:⁶⁴

"O alferes Gasparino Carneiro Leão foi mandado à frente de um contingente, para interceptar a coluna de escravos fugitivos que passava pelo desfiladeiro de Santo Amaro, com destino a Santos, local de refúgio seguro. Chegando ao alto da ladeira, avistou a turba descendo para o fundo do vale. Destacando um anspeçada (antiga graduação

entre o soldado e o cabo) conhecido pelos seus sentimentos abolicionistas, a fim de aconselhar os extenuados perseguidos a debandarem para a mata adjacente, foi recebido com desconfiança, pelo chefe do grupo de escravos, o preto Pio. Este, ignorando os generosos intuitos do alferes Gasparino, foi ao encontro do anspeçada mensageiro e matou-o com uma foice. De imediato os soldados atiraram sobre o preto Pio, que caiu morto.

"O alferes Gasparino não consentiu na chacina dos demais escravos que se dispersaram apavorados. Voltou com seu contingente para São Paulo. Submetido a Conselho de Guerra, foi absolvido."

Desta forma, agiu ao modo que agiria mais tarde o citado Marechal Rondon em relação aos índios: "Morrer se preciso! Matar, nunca!"

Ruy Barbosa reconhece contribuição do Exército à Abolição

Ruy Barbosa, em artigo insuspeito, sob o título "O Dia Máximo", alusivo ao Dia da Abolição e publicado, no dia 14 de maio de 1888, em *O País*, assim viu a petição do Clube Militar à Princesa Izabel, de 26

64. Idem Nota 60, v. 2, p. 671.

de outubro de 1887, acompanhada da recusa do Exército de participar da caçada de escravos foragidos.

"Foi o trono, que convocou a postos o Exército, para abrir, nas serranias de São Paulo, a caçada aos cativos foragidos, no seio protetor das matas, restituindo-os à opressão das senzalas.

"Mas os soldados brasileiros não se prestaram a descer abaixo de escravos, resignando-se a instrumento do cativeiro sacudido por eles; e, com a firmeza dos heroísmos tranqüilos da consciência, interpuseram gloriosamente, na mais peremptória recusa, uma barreira insuperável entre a coroa e a liberdade proclamada naquela insurreição incruenta.

"Essa desobediência bendita, essa indisciplina salvadora, selou a emancipação do povo negro, firmada no granito das montanhas do Sul, pela ponta, indócil a vilanias, da espada do nosso Exército.

"Espada redentora, tu cresceste no horizonte da pátria, grande, luminosa, serenadora entre as ameaças de tempestade, como a curva do arco-íris, o sinal de aliança entre a nação, o escravo e o soldado. Desde então, incorreste na desconfiança e nas perseguições; mas nos co-

rações das classes populares, que te viram cintilar ao lado do direito, teceste laços de fraternidade, que te hão de associar para sempre às conquistas civis do nosso progresso, à transformação liberal das nossas instituições".⁶⁵

Em razão da contribuição do Exército à Abolição foi-lhe, à época, atribuído o epíteto; "Libertador".

As Lideranças Militares e a Abolição, segundo Joaquim Nabuco e Tasso Fragoso

Joaquim Nabuco referiu, certa feita, com muita agudeza de espírito: "Os oficiais brasileiros são antes de tudo solidários com os seus soldados. Pois sabem a triste afinidade entre eles e a escravidão". Com isso queria dizer que muitos soldados do Exército egressos da escravidão possuíam entes queridos escravos e que, para libertá-los, contavam com a solidariedade de seus oficiais.

Na Bahia, por exemplo, entre tantos outros, o General Hermes Ernesto da Fonseca, irmão do Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Presidente do Clube Militar, que assinara Petição do Clube Militar de 26 de Out 1887 à Princesa Izabel, recebeu com grande alegria, como pre-

65. Obras Completas de Ruy Barbosa – Queda do Império, p. 340.

sente de aniversário, a carta de alforria do pai de dois de seus soldados.

Atitudes como essas foram comuns entre as lideranças do Exército depois do término da Guerra do Paraguai.

A esse respeito também escreveu o General Augusto Tasso Fragoso, autor da *Guerra Tríplice Aliança contra o Paraguai*, ao comentar que 4.749 escravos, para um efetivo por volta de 100.000 do Exército Imperial, foram libertados para nele ingressarem e lutarem na guerra. "Is-

to, antes de ser uma humilhação para o Exército resultou em a instituição tornar-se a maior aliada da população mulata e escrava, com vistas a sua emancipação".

NOTA:

Data das Guerras de Portugal com a Espanha, a construção, por volta de 1768, no estuário do Amazonas, com braço de negros escravos a atual Fortaleza Santo Antônio de Macapá. Ela é a silhueta que figura na Medalha de Serviços Amazônicos, instituída pelo Ministro do Exército, General-de-Exército Leônidas Pires Gonçalves, para premiar militares do Exército que lá serviram.

ANEXO

O Abolicionista André Pinto Rebouças e o Exército

Pertenceu ao Exército, por 11 anos, o grande abolicionista e engenheiro civil André Pinto Rebouças.

André Rebouças integrou o Exército de 1855 a outubro de 1866, de praça a 1º tenente do Corpo de Engenheiros.

Era natural de Cachoeira – Bahia, nascido em 13 de janeiro de 1838, filho do advogado negro Antônio Pereira Rebouças. Ingressou no Exército Imperial aos 17 anos, como praça voluntária, no 1º Batalhão de Artilharia a Pé, que havia sido atingido por uma epidemia de cólera morbus. Foi aí que conheceu,

como sargento enfermeiro, o mais tarde intrépido e legendário no Paraguai, Coronel Tibúrcio Ferreira de Souza – depois general – que tomou parte ativa e jogou todo o seu prestígio de herói guerreiro na campanha abolicionista do Ceará. Em 8 de fevereiro de 1855, André Rebouças foi reconhecido cadete de 2ª Classe do Exército e, a 15 de março, foi matriculado no 2º ano da Escola Militar do Largo de São Francisco, no Curso de Engenharia Civil, onde ingressara como civil, no 1º ano, em 15 de março de 1854, junto com o seu irmão Antônio.

Foi promovido a alferes aluno em 29 de março de 1857, sendo então desligado do 1º Ba-

talhão de Artilharia a Pé. Foi promovido a 2º tenente para o Corpo de Engenheiros, em 10 de abril de 1857.

Em 10 de fevereiro, após freqüentar 5 anos a Escola Militar do Largo do São Francisco, matriculou-se, em 4 de fevereiro de 1859, na Escola de Aplicação do Exército, na Praia Vermelha, ficando adido ao Batalhão de Engenheiros, no térreo da referida escola.

Em 4 de janeiro de 1861, concluiu o curso da Arma de Engenheiros. Foi desligado do Batalhão de Engenheiros e apresentado ao Corpo de Engenheiros, em 5 de janeiro.

Em 31 de janeiro de 1861, foi-lhe concedido licença para estudar Engenharia Civil na Europa, pelo espaço de 2 anos, com os vencimentos que perceberia se estudasse no Brasil, na Escola Central.

Em 24 de janeiro de 1863, foi colocado à disposição do Presidente do Estado de Santa Catarina, no contexto da Questão Christie entre o Brasil e a Inglaterra, devendo, no caminho, verificar as fortalezas de Santos e executar trabalhos na Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, em Santa Catarina, seu local de trabalho e moradia naquela província, onde permaneceu cerca de 1 ano, até retornar, em licença, para apresentar, ao Ministro da Marinha,

um aparelho que projetou para uso no dique Imperial da Ilha das Cobras.

Em 5 de julho de 1864, foi nomeado Cavalheiro da Ordem de Cristo.

Em 16 de maio de 1865, foi nomeado membro da Comissão de Engenheiros junto ao Exército Brasileiro no Rio da Prata, em operações contra o Paraguai.

Ele atuou na Comissão de Engenheiros até depois da Batalha de Tuiuti, de 24 de maio de 1866.

Em 23 de julho de 1866, depois de cerca de 13 meses de campanha, apresentou-se no Rio ao Corpo de Engenheiros, tendo, em 27 de julho, sido elevado a Cavalheiro da Ordem de Cristo.

Decorridos cerca de dois meses, pediu demissão do Exército Imperial, em 15 de outubro, "visto ter-se aplicado à profissão de Engenheiro Civil".

André Rebouças prestou ao Brasil os seguintes serviços quando no Exército, de 1854 a 1866, segundo se conclui do exame de seu dossiê no Arquivo Histórico do Exército Brasileiro – Seção de História do Exército.

Serviços ao Exército na paz

Depois de haver estudado na Escola de Guerra, André Re-

bouças estudou na França e na Inglaterra, por quase dois anos, os seguintes assuntos: fundação de ar comprimido; estradas de ferro (técnica e administração) portos de mar.

Sobre esses assuntos, fez relatórios à Congregação da Escola Central do Exército. Na Europa, em 1862, durante seu curso, foi encarregado de Hidráulica, na Comissão de Exposição Internacional de Londres, sobre o que produziu dois relatórios.

De retorno ao Brasil, foi mandado a Santa Catarina para executar trabalhos na Fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim, dentro do contexto da Questão Christie.

Ali dirigiu a construção de um paiol. Projetou, ainda, uma ponte sobre o Biguassu e emitiu parecer sobre a projetada ferrovia Santa Catarina-Rio Grande do Sul. Depois, no Maranhão, estudou um dique e o porto.

Na Paraíba examinou a ponte de Sanhavá e trabalhou no projeto do Porto de Cabedelo.

Serviços de Guerra

André Rebouças integrou a Comissão de Engenheiros do 1º Corpo de Exército, ao comando do General Osório, de 16 de março de 1865 a 1º de julho de 1866, quando foi licenciado para voltar ao Rio, por motivos de

sáude. Nessa guerra, tomou parte na expedição fluvial Uruguaiana-Itaqui-São Borja; opinou contra o bombardeio da vila de Uruguaiana, ocupada pelos paraguaios; participou da conquista da ilha da Redenção, em 10 de abril de 1866, quando morreu o Tenente-Coronel João Carlos Vilagran Cabrita. Foi então encarregado das fortificações e do diário de bombardeamento do forte de Itapiru. Trabalhou no serviço de pontes para a passagem do Exército, em Passo da Pátria, quando da invasão aliada do Paraguai e procedeu o levantamento do campo de batalha de Tuiuti de 24 de maio de 1866, que foi mandado litografar em Buenos Aires.

Apresentou, como tenente, um Plano de Guerra.

André Rebouças firmou o seguinte requerimento de demissão do Exército Imperial, dirigido a D. Pedro II:

“Senhor

Diz André Pinto Rebouças, 1º tenente do Corpo de Engenheiros, que tendo os Engenheiros Militares, em virtudes das últimas disposições do Governo Imperial, perdido as principais vantagens da carreira militar, quando empregados em trabalhos civis, e desejando o suplicante dedicar-se inteiramente a esta especialidade, mui submissamente requer e

"Pede a Vossa Majestade Imperial seja servido concerder-lhes sua demissão do serviço do Exército.

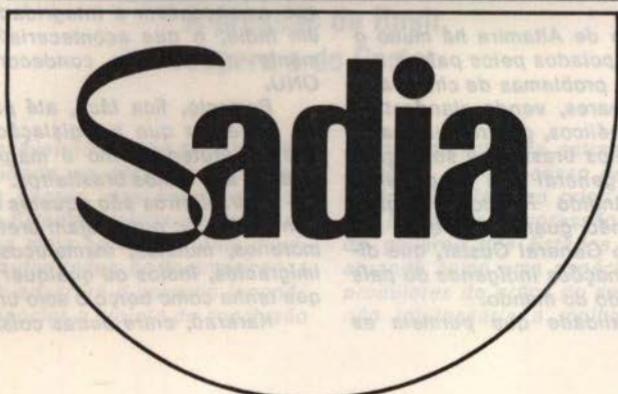
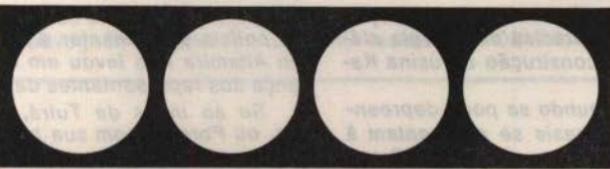
"Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1866.

"Ass.: André Pinto Rebouças".



CLÁUDIO MOREIRA BENTO, Coronel de Engenharia QEMA, designado para o Serviço Ativo do Exército, como Diretor do Arquivo Histórico do Exército, cuja Comissão de História integra. Possui todos os cursos militares regulares e mais o de Pesquisador de História das Forças Terrestres Brasileiras e de Analista de Alto Nível EsNI. Comandou o 4º BECmb em Itajubá-MG, 1981-82, da qual é cidadão honorário, por unanimidade. É sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e congêneres do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso e das cidades de Pelotas e São Leopoldo. É membro das Academias Brasileiras de História, Rio Grandense de Letras, Canguçuense e Itajubense de História, da Sociedade Brasileira de Geografia, da Ordem dos Velhos Jornalistas, Irmão de Santa Casa (RJ) e sócio do Instituto Bolivariano do Rio de Janeiro. Possui 16 livros e plaquetes escritos inclusive *O Negro e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul*, (Palegre, IEL, 1975). Integrou a Comissão de História do Exército Brasileiro do EME (1971-74). Foi instrutor de História Militar da Academia Militar das Agulhas Negras 1976-80 e coordenou a construção do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, no Recife, PE, em 1971. Em elogio datado de 30 Out 1987, o Exmo Sr. Secretário do Exército Gen Bda Francisco Rodrigues Fernandes Júnior, refere a certa altura: "O Cel Bento é hoje um dos mais conceituados historiadores brasileiros, com larga e substanciosa produção nos campos da História Militar e da evolução da Doutrina Militar Brasileira". Dirigiu o Departamento Cultural e a Revista do Clube Militar. Fundou o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul, que preside, em Pelotas. Em 10 de setembro de 1986, o sesquicentenário de combate do Seival. É natural de Canguçu - RS (19 Out 1931).

**A RECEITA
DO NOSSO
PROGRESSO
É O RESPEITO
PELO
CONSUMIDOR.**





DESTAQUES DA IMPRENSA

DOIS BRASIS

Sinto-me a cavalheiro para manifestar considerações a respeito do recente encontro realizado em Altamira, até porque subscrevi e defendi emenda na Constituinte que hoje constitui o Capítulo VIII – dos Índios da nossa Constituição.

Volta e meia somos relembrados de que existem dois Brasíis, um da classe rica e poderosa, outro dos oprimidos e pobres. A classe média, se já não desapareceu, na verdade hoje em dia pouco conta.

Na primeira página dos jornais brasileiros, do dia 21/02 na quase totalidade, é exibida a foto de Tuirá, brandindo seu provocador fação no pescoço de um diretor da Eletronorte.

As nações indígenas, sob a alegação de que Índio não precisa de energia elétrica, rejeitam a construção da usina Kararaó.

Portanto, segundo se pode depreender, dois novos Brasíis se apresentam à sociedade – o Brasil dos Índios e o Brasil dos outros.

Do episódio de Altamira há muito o que aprender, apoiados pelos países desenvolvidos com problemas de chuva ácida, armas nucleares, venda clandestina de armamentos bélicos, guerra química, e que tais, os Índios brasileiros se esquecem de que o general que os protegia chamava-se Cândido Rondon, o que, convenhamos, não guarda qualquer semelhança com o General Custer, que dizimou todas as nações indígenas do país mais desenvolvido do mundo.

A passionalidade que permeia as

questões indígenas e ambientais é de tal magnitude que a opinião pública brasileira sequer tem na memória que o Brasil, dentre os recordes positivos que possui, detém aquele que diz respeito ao menor índice de segregação racial. Aqui, árabes e judeus são vizinhos de porta; niseis chegam a ministros de Estado; Índios, negros, mulatos e até portugueses naturalizados já conseguiram ocupar, e muitos ainda ocupam, as cadeiras do poder Legislativo, Executivo e Judiciário.

Esta é a grande nação das oportunidades onde o racismo perambula esquálido pela rua da amargura.

Do que se pode constatar, parecemos que a preocupação de um representante do PMDB em procurar o ministro da Justiça para solicitar medidas especiais da polícia para manter a ordem pública em Altamira não levou em conta a segurança dos representantes da Eletronorte.

Se ao invés de Tuirá, com seu facho, ou Porekro com sua borduna fossem qualquer dos Zés ou Antônios da Silva que ameaçassem a integridade física de um Índio, o que aconteceria? Provavelmente não seriam condecorados pela ONU.

Portanto, fica fácil, até para um cego, enxergar que a legislação brasileira não só protege como é magnânima em relação aos Índios brasileiros.

E brasileiros são aqueles que nasceram no Brasil: quer sejam pretos, louros, morenos, mulatos, mamelecos, filhos de imigrantes, Índios ou qualquer outra raça que tenha como berço o solo brasileiro.

Kararaó, entre outras coisas, poster-

ga a construção de pelo menos oito usinas nucleares, mas alaga 1.225 km² dos quais 610 km² já constituem a calha do próprio rio e o alagamento natural das cheias amazônicas.

No estudo realizado, foram encontrados na Volta Grande 42 locais onde 62 famílias indígenas moram. São 286 índios e 58 não índios casados com índios ou filhos de criação.

Para ser mais preciso esses brasileiros que não mais vivem de forma tribal, e que estão incorporados à vida e ao cotidiano da civilização altamirense, estão assim distribuídos: 193 do grupo Juruna, 79 do grupo Xipaya, 6 do grupo Curuaya, 6 do grupo Arara e 2 do grupo Calapó.

De outro lado, a operação de Kararaó representará para o país, além da segurança no abastecimento do Norte-Nordeste-Sudeste, o equivalente a 23 mil barris/dia de petróleo, o que representa economia de divisas de cerca de US\$ 4,6 milhões/dia ou US\$ 1,7 bilhão/ano.

Kararaó sequer alaga as aldeias dos reclamantes e valentes guerreiros presentes ao 1º encontro dos povos indígenas do Xingu mas, tão-somente, a área Paquiçamba de 6 mil 800 ha, a única oficialmente reconhecida pela Funai em que

moram 3 famílias Juruna. As demais famílias estão morando em ilhas e no "beiradão" da Volta Grande do Xingu. São terras públicas, lotes concedidos pelo extinto Incra ou propriedades privadas.

Atribui-se ao deputado Delfim Neto a frase: "Ninguém almoça de graça".

Assim, como os brancos em centros urbanos foram desalojados para que fosse possível a construção do metrô, também fazendeiros, comerciantes e moradores da área de influência dos reservatórios das usinas brasileiras são relocados.

Com relação aos índios da área de atuação da Eletronorte, todos, sem exceção, foram indenizados e tiveram suas terras demarcadas e assistência da empresa.

É possível que um segmento da sociedade, no caso de Kararaó, entenda melhor a construção de usinas nucleares, ou térmicas, ambas com maior risco do que uma usina hidrelétrica.

É possível, até, que decida pela construção de coisa alguma. Neste caso, é bom que ela comece um processo de reeducação no sentido de abrir mão do conforto e dos benefícios incontáveis que a energia elétrica traz para a humanidade, e se prepare para viver no escuro.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, de 25 de fevereiro de 1989. Artigo assinado por Gérson Pires, advogado e professor, deputado federal do PDS-PA)

A pressão de Bush supera a de Carter

E provável que tenha faltado naturalidade ao encontro de ontem em Tóquio, dos presidentes do Brasil e dos Estados Unidos, programado para escassa meia hora. A insólita divulgação por autoridades norte-americanas de que Bush advertira o governo japonês para não financiar o projeto de conclusão

e pavimentação da estrada que, através do Peru, abrirá acesso de produtos brasileiros ao Pacífico criou entre autoridades nacionais a impressão de que o chefe do governo dos Estados Unidos estava atuando como uma espécie de lobby dos produtores de grãos do seu país. A estes não interessaria a melhoria das condi-

ções de competitividade do concorrente sul-americano, em condições de ampliar sua já notável produção de soja em Mato Grosso e Rondônia, que seguiria uma rota de 1.500 quilômetros (contra os quase 4 mil atuais) até um porto na bacia do Pacífico, na qual se concentra hoje a fome por esses e outros grãos.

O secretário-geral do Itamarati, embaixador Paulo de Tarso Flexa de Lima, tem gasto nos últimos dias pelo menos 20% do seu tempo útil para tratar das questões ecológicas suscitadas contra o desenvolvimento brasileiro, não só nos Estados Unidos como na Europa. Ele acha que as pressões atuais são as mais chocantes que já se exerceram contra os projetos brasileiros, superiores mesmo, em escala e em tom, à campanha do governo Carter relacionada com a defesa dos direitos humanos. Para o secretário-geral do Ministério do Interior, José Carlos Mello, especialista em engenharia de transportes e que vem de uma viagem a Washington e Nova Iorque, os americanos ainda não entenderam que a rota para o Pacífico está praticamente aberta, carecendo apenas de melhoramento das picadas abertas na selva (já foram derrubadas as árvores que teriam de cair), da construção de obras de arte e de pavimentação para que utilizemos o porto de Callao, no Peru, já por convênio aberto aos embarques dos nossos produtos. A estrada será completada com ou sem ajuda dos Estados Unidos ou do Japão.

A propósito lembra-se que, em 1960, quando o presidente Eisenhower veio a Brasília, numa conversa com Juscelino Kubitschek no Palácio da Alvorada, ouvida por repórteres que a registraram na época, o chefe do governo do Brasil disse a seu colega dos Estados Unidos que se este país quisesse nos ajudar seria ótimo. Se não quisesse ou não pudesse, iríamos para a frente assim mesmo. E se quisesse atropelar o Brasil, já não o conseguiria. Há alguma fanfarronice no tom desse diálogo que, sem dúvida, expressa uma determinação do governo de enfrentar pressões externas e internas para alcançar seus objetivos. Há a crescente impressão de mobilização de interesses financeiros para bloquear projetos de

ocupação e desenvolvimento da Amazônia a pretexto de ameaças à ecologia, representadas por hipóteses ainda não consolidadas científicamente.

O mundo industrial continua a produzir milhares de vezes mais calor do que os incêndios de matas tropicais. A Holanda parece temer que esses incêndios façam desabar a calota polar e aumentar o volume de água do Mar do Norte, que recuperaria as áreas perdidas na primeira operação antiecológica de vulto registrada na Europa, o aterro de faixas marítimas para a construção das belas e prósperas cidades holandesas. Lembra-se também que a França, recentemente, afundou um barco de ecologistas e pacifistas da Nova Zelândia que protestavam contra a explosão nuclear num atol do Pacífico. As áreas da Amazônia que seriam alagadas pela construção de todos os projetos hidrelétricos, até o ano dois mil, atingiriam 0,2% da região. Impedir que o Brasil recorra às suas fontes naturais de energia seria vetar o progresso do país para favorecer competidores.

A questão dos índios não chega a ser levada a sério, a não ser por roqueiros excitados e atrizes brasileiras com a mente feita pelas campanhas ecológicas suscitadas por grupos cristãos europeus que difundem a crença de que o Brasil é incapaz de gerir o pulmão do mundo. Reunidas todas as tribos, os índios brasileiros somam menos gente do que metade da população da Rocinha, no Rio, e ocupam uma área 20 vezes maior do que a reservada pelos Estados Unidos para suas tribos que escaparam ao genocídio dos séculos anteriores. De diplomatas ouvi a estranha idéia de que haveria na Europa e na América do Norte a tentativa de instalar na Amazônia um zoológico humano para distração das novas gerações que guardariam memória viva das civilizações primitivas. Alega-se também que as riquezas minerais da região, obviamente já identificadas, poderiam estar na base da paralisação do desenvolvimento da Amazônia.

Nacionalistas brasileiros lutaram pela criação das reservas ianomânis no extremo norte, sob o receio de que o go-

verno fosse bastante fraco e permeável a infiltrações de interesses estrangeiros na exploração das ricas jazidas de minério da região. Hoje a suspeita é a contrária: os Índios estariam sendo usados para impedir que o Brasil, um dia, entre na posse

dessas riquezas. Para tanto vale tudo, até mesmo retirar do nosso controle a legenda de um herói popular como Chico Mendes, para fazê-lo um herói ecológico dos Estados Unidos, cultuado pela mídia desse país.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, de 26 de fevereiro de 1989. Artigo assinado pelo jornalista Carlos Castelo Branco, em sua conceituada "Coluna do Castelo")

Espetáculo na Selva

Para as televisões, o cenário não poderia ter sido mais bem montado: uma grande assembleia de Índios no Xingu, com danças rituais e ameaças aparentemente ferozes contra representantes do governo. Para a imprensa estrangeira, melhor ainda: um choque de culturas como já não se vê na Europa ou nos Estados Unidos; uma encenação carregada de pitoresco tratando do tema que agora recebe prioridade número um no mundo desenvolvido — a floresta amazônica.

Do lado brasileiro, também há quem extraia dividendos políticos do encontro como o "deputado ecológico" que prometeu obstruir, no Congresso, o projeto de construção de uma hidrelétrica perto de Altamira. A atriz e ativista Lucélia Santos declarou que as hidrelétricas foram construídas pelo regime militar, e não interessam ao povo.

A causa ecológica transformou-se de fato, num super-assunto internacional; e o Brasil está na berlinda por abrigar em seu território a maior floresta do mundo. Também temos muitos Índios, o que estaria a sugerir que o nosso record histórico nesse terreno não é tão mau quanto o de outros países. Um Índio sioux (norte-americano) presente ao encontro de Altamira declarou explicitamente que se os assuntos indígenas tivessem merecido tra-

tamento semelhante em seu país, seus irmãos de raça estariam em situação bem melhor que a de hoje.

O Brasil não seria inteligente nem hábil se tratasse o problema ecológico de modo descuidado ou atabalhado. Ao mesmo tempo, é preciso manter a questão — que é séria — dentro de um mínimo de racionalidade.

Uma pajelança como a do Xingu meixe com o nosso inconsciente coletivo — com alguma forma de culpa entranhada que o branco mantém em relação ao Índio, primeiro ocupante da terra. Esse inconsciente coletivo fez do Índio o grande herói da literatura romântica (enquanto o negro, estatisticamente mais presente em nossa formação, não merecia as mesmas atenções).

Mas o Brasil de hoje está muito, muito longe dos tempos do Descobrimento; e o 1º — Juca Pirama não é o poema de que estamos precisando. Uma economia do tamanho da brasileira já não pode ser conduzida com base no indianismo romântico.

Está muito bem que os deputados ecológicos se preparem para combater o projeto da nova usina no Congresso, como também combatam as usinas nucleares. Resta saber em que tipo de energia se apoiará o país para a difícil entrada no século XXI. Energia solar? Biomassa? Pequenas usinas? Cada uma dessas mo-

dalidades pode trazer, ao seu tempo ou em condições específicas, a sua contribuição. Mas sugerir que o Brasil pode simplesmente dispensar, daqui para a frente, a energia nuclear ou as hidrelétricas de maior tamanho é proposição que acarreta o ônus da prova. Para isso não bastam discurso lúricos.

Há algo de novo e de interessante no encontro do Xingu: o nosso estágio democrático permite a essa minoria expressar os seus pontos de vista do modo primitivo que corresponde ao seu estágio cultural. Mas os índios brasileiros já não compõem uma população homogênea, e em muitos casos são menos primitivos do que se faz supor. Um dos caciques do Xingu foi visto registrando em vídeo a dança ritual de seus líderes. Pode haver mistura mais esdrúxula do arcaico e do moderno? E não se mostram também os indígenas fãs incondicionais do radinho de pilha?

O que está por trás de toda essa discussão é o problema do desenvolvimento. O mundo inteiro está preocupado – com maior ou menor razão – com a floresta brasileira, e, por extensão, com os índios que a ocupam. Como estamos no ano da graça de 1989, e não no período em que os carroções rodavam em direção ao wild west, é preciso encontrar um encaminhamento moderno e satisfatório para assunto que é do nosso próprio interesse.

Mas para progredir neste sentido, o Brasil precisa também progredir em outros; e precisa, sobretudo, retomar o rumo do seu desenvolvimento. Por paradoxal que possa parecer, a preservação da floresta (e dos índios), supõe esse desenvolvimento, que tanto é material quanto cultural. Um Brasil pobre e estagnado – e portanto ressentido – continua-

ria, muito simplesmente, a adotar em relação à Amazônia a atitude predatória que se viu até agora. Um Brasil eternamente subdesenvolvido continuaria a ter nos seus organismos voltados para a questão indígena o exército de funcionários ineptos preocupados com o seu salário, e não com as suas funções.

Mas para que haja desenvolvimento é preciso que haja energia. A usina que se planeja para as vizinhanças de Altamira já nasce em condições bem diferentes do projeto desastroso que resultou na hidrelétrica de Belo Monte. Sinal de que, de algum modo, progredimos. Que se discuta o projeto. Mas sem esquecer que o problema da energia é vital para o país. Os ecologistas podem (e devem) raciocinar de acordo com as suas convicções. Mas gastarão inutilmente o seu latim se só tiverem a propor um país de Peter Pan, amarrado ao passado.

A Amazônia pode ter um encaminhamento viável do ponto de vista econômico e cultural. Não precisamos apresentar ao mundo o rosto contorcido da xenofobia. Mas temos todo o direito de deixar claro que se trata, neste caso, de uma questão nacional, a ser resolvida com inteligência e bom-senso pelos próprios brasileiros. Dentro desse contexto é que a ajuda de entidades ou governos estrangeiros pode ser preciosa. Também não temos condições de recusar essa ajuda.

O que é perfeitamente dispensável é o show folclórico em que o Brasil se vê reduzido, por gente de dentro e de fora, a uma república das selvas, desligada da civilização, à espera do conselho ou da ajuda dos "missionários do progresso" – missionários que, em seus países de origem, não fizeram o que agora pregam.

(Editorial do Jornal do Brasil, de 27 de fevereiro de 1989).

A hipocrisia dos "ecologistas"

Se não me falha a memória, já contei a história em um destes artigos. Mas é oportuno repeti-la. No período entre as duas grandes

guerras veio ao Rio, de passagem, a Sra. Victoria Ocampo, figura de grande destaque nos meios intelectuais da América Latina e da França. Ao receber a visita de

um pequeno grupo de intelectuais brasileiros, a fundadora de Sur – revista editada em Buenos Aires – mostrou-se preocupada com o clima inamistoso existente, então, entre o Brasil e a Argentina. Naquele tempo, os estados-maiores das forças armadas de ambos os países não tinham nada a fazer senão estudar planos de guerra entre um e outro. Ocampo temia o pior e justificava suas apreensões de forma surpreendente: "Um belo dia, os militares de lá entram em acordo com os militares daqui, e fazem a guerra..." (não ousou repetir a frase em castelhano, pois, ao contrário de certo intelectual marranense respeito a língua de Cervantes).

Hoje em dia, felizmente, não mais existe o clima de conflito latente entre os nossos dois países. As forças armadas brasileiras têm problemas muito mais sérios do que planejar correrias pelas planícies argentinas, e os nossos ex-futuros adversários potenciais ainda levarão algum tempo a se refazerm da esfrega que lhes deram os britânicos nas ilhas Falkland.

Mas o que não aconteceu entre o Brasil e a Argentina veio a dar-se agora na batalha ecológica. Os demagogos ecológicos daqui – os ecologos – e os do resto do mundo deram-se as mãos e partiram em guerra contra a... Amazônia! O episódio tem aspectos realmente edificantes.

A lumpen-intelligentsia europeia aproveitou os últimos meses de frio no hemisfério norte – véspera da reabertura da temporada de primavera – para esbaldar-se em happenings roqueiros nas matas brasileiras, em deliciosa promiscuidade com Índios nus, tocadores de guitarras eletrônicas e damas e donzéis cabotinos, sequiosos por publicidade. Certo passageiro de um dos vôos para Altamira contou-me cenas extraordinárias. A filha de Lord X, por exemplo, entretinha-se com um sacerdote progressista sobre os planos de ambos para passar o week-end em uma das malocas dos Cayapós. Outra turista, francesa de origem, manifestava ao meu depoente a esperança de finalmente, livrar-se, em Altamira, do tédio que a acompanha, incutivelmente, desde quando perambula

pelo Nepal, Kenya e as ilhas Galápagos.

Ao final da viagem os visitantes reuniram-se em um galpão da pequena cidade paraense onde aplaudiram a "exigência" de um deputado do Parlamento Europeu para a imediata transferência da soberania da Amazônia a "uma entidade internacional". A festança não mereceria senão um registro em eventos turísticos (quando teremos o festival de gastronomia antropofágica?) se não viesse mais uma vez exhibir o conluio clínico entre esquerdistas locais (cujo "nacionalismo" postiço esteve em férias na ocasião), os "sacerdotes progressistas" e toda a cípula de anarcóides petistas que não perde ocasião de propagar a guerra entre classes, raças e espécies, quer esteja em coquetéis de grã-finos orelhudos ou em comícios públicos. Tudo isso deu em deplorável espetáculo de hipocrisia e ignorância que não pode passar sem os devidos reparos.

Comecemos pela esquerda. Os nossos incomparáveis "marxistas" – muitos dos quais supõem que os Irmãos Marx são filhos do autor de *O Capital* – incluem os silvícolas entre os conservacionistas. Ora, quem não sabe que a "colvara", a enxada do caboclo, é "um desastrado legado indígena"? Não é preciso ir ao Xingu para aprendê-lo. Abra-se Os Sertões, de Euclides da Cunha; lá está escrito: "Na agricultura primitiva dos silvícolas era instrumento fundamental – o fogo." (Os Sertões. Ed. Liv. Fco. Alves, pág. 49) Ainda agora não se noticiou que o incêndio na reserva do Monte Pascoal teria sido ateado também pelos Pataxós? Os sobreviventes das tribos originais merecem toda a proteção do Estado, é certo. Querer transformá-los em conservacionistas é, porém, um imenso despautério.

Quanto às queimadas, para abrir pastos e caminhos, não são uma invenção da UDR, tal como supõem os ecologistas de botequim. As cartas-régias de 17 de março de 1976 já nomeavam um "juiz conservador de matas" e as de 11 de junho de 1799 determinavam "que se colha a indiscreta e desordenada ambição dos habitantes que têm assolado a ferro e fogo as preciosas matas que tanto abundavam e hoje ficam a distâncias

consideráveis etc." (Os Sertões, Ed. cit. pág. 50).

A luta em defesa de nosso patrimônio florestal não é de agora, nem constitui bandeira de propriedade dos supostos "progressistas". A mídia esquerdista diz do bravo Chico Mendes a primeira vítima em uma guerra de séculos, na qual muitos outros combatentes, igualmente corajosos, morreram anonimamente. As "selvaticezas" dessa espécie "atravessaram toda a nossa história", diz o citado Euclides da Cunha. A infelicidade de Chico Mendes foi ter cruzado o caminho de uma família de fazendeiros, com extenso patrulhamento policial em vários estados: Mato Grosso, Paraná, Acre etc. A sua morte é realmente uma catástrofe: primeiro, por privar a sociedade de um conservacionista autêntico, empenhado em manter a atividade extractiva dos seringueiros, tradicionais e inamovíveis habitantes da floresta; segundo, por ter sido explorada em perfídias campanhas contra o empresariado rural, em geral. Na suja tarefa de difamação e calúnia situam-se na primeira linha os "padres progressistas", alguns dos quais têm morrido "em combate", surpreendidos por enfartes em locais imóveis, como a imprensa já noticiou... O radicalismo desse grupo espúrio o inscreve melancolicamente entre os partidos de extrema esquerda. Alguns de seus dirigentes, integrantes da cúpula da CNBB, além de apoiarem os roqueiros de Altamira, já se manifestaram a favor da greve geral em vias de eclodir, formularam críticas ao Plano Verão e opinam sobre candidaturas presidenciais, ou sejam conduzem-se como se participassem de agremiações políticas seculares.

Não pode haver comportamento clerical mais contristador para os católicos verdadeiros. A História inclui entre os momentos infelizes da Igreja a militância política dos sacerdotes afastados da pregação do Evangelho. Ao nos aproximarmos do centenário do "affaire Dreyfus" embremos, a propósito, o apoio de algumas ordens religiosas católicas ao intenso anti-semitismo manifestado na ocasião por quase todo o campesinato, pela pequena burguesia e a maior parte dos aristocratas franceses. Outro episódio

triste foi a total identificação do clero português com as massas populares partidárias do absolutismo do Sr. Dom Miguel de Bragança em luta contra os liberais liderados pelo nosso heróico Dom Pedro I, Dom Pedro IV, de Portugal?

A melancólica aliança entre a Igreja e o populismo, nas ocorrências citadas, tem correspondência moderna no esquerdismo do clero "progressista". O passar do tempo empurrou os energúmenos do Século XIX para o lixo da História, tal como um dia acontecerá com os atuais militantes da "teologia" da falsa liberdade.

Além do comportamento dos padres de passeata, o que assume dimensões de escárnio, nesse episódio de Altamira, é o terror pânico dos ecologogos do hemisfério norte com queimadas em rain forests, quando seus próprios países são os propagadores da perigosíssima poluição atmosférica, com o cloro-flúor-carbono. E o que dizer, então, do chumbo incessantemente despejado pelas nações industriais no ar, na água e no solo – para afinal penetrar no organismo e lesar o sistema nervoso dos fetos humanos, modificar o comportamento das crianças, prejudicar-lhes a inteligência e contribuir para o aumento da osteoporose entre as pessoas idosas? (Veja-se The Economist, 3 de março. Artigo intitulado The poison in lead).

As queimadas no Brasil representam zero vírgula qualquer coisa em poluição atmosférica comparadas às incomensuráveis usinas de produção diária de gases tóxicos que são as grandes aglomerações urbanas da Europa, dos Estados Unidos e do México. A Organização Mundial de Saúde considera que as concentrações de ozônio na atmosfera de Los Angeles excederam os níveis mínimos toleráveis durante 130 dias em 1988! Na enorme cidade do México, com seus 18 milhões de habitantes, o número aterrador elevou-se a 312 dias em um ano! O ar esteve de tal forma irrespirável em janeiro último, na capital mexicana, que as crianças não puderam sair de casa para ir às aulas. Os diplomatas canadenses foram aconselhados a retirar seus filhos da cidade e ganharam uma redução de permanência no

posto de três para dois anos (The Economist. An air that kills. Fev pág. 51).

Não é possível atribuir unicamente à Amazônia a função de pulmão do mundo para os demais países continuarem a poluir a atmosfera livremente e a fugirem aos inadiáveis investimentos em defesa ambiental. As iniciativas da Eletrobrás na Região Norte não podem ser interrompidas, embora seja indispensável efetuá-las com vistas à proteção do ecossistema amazônico.

Querem os ecologistas estrangeiros ajudar-nos realmente? Sejam bem-vindos! Mas como acreditar que eles se apiedem mesmo de nossos índios, quando deixam a fome matar 40.000 crianças por dia, em Moçambique (Time, 2/1), embora o Mercado Comum Europeu tenha

armazenadas, há muito tempo, montanhas de estoques de carne, leite, manteiga, trigo, queijo e muitos outros gêneros alimentícios? A população indígena do Brasil anda em torno de 200.000 indivíduos, ou seja, cabe no estádio do Maracanã. No transcurso de cinco dias morrem de fome tantos meninos e meninas moçambicanos quanto todos os índios que temos aqui! É possível esquecer os nossos irmãos africanos, após vermos os competentes e esclarecidos índios de Altamira dançarem para a platéia estrangeira, cobertos por shorts de Pierre Cardin, munidos de telefilmadoras Sony e ornamentados com óculos Ray-Ban? Não é, evidentemente, a não ser que nos inscrevamos, também, nas alegres hostes da ecolodemagogia.

(Transcrito do Jornal do Brasil, de 18 de março de 1989. Artigo assinado por Otávio Tirso de Andrade).

A salvação da Amazônia num disco de cantores

Lançou-se em Londres a idéia sibilina de reunir artistas de todo o mundo para a gravação de um disco, em que o tema inspirativo, a musa pródiga, será a salvação da Amazônia. Salvar o grande Vale de que e contra quem? O povo brasileiro que com tantos e tamanhos sacrifícios incorporou as grandes águas e maiores florestas à sua soberania, segundo o plano dos artistas, terá participação no disco que será lançado aqui também e provavelmente com algum dos nossos cantores, seduzido pela presença entre figuras tão ilustres, entre as quais não faltam artistas russos e japoneses. Num disco do mundo inteiro reunido para impedir que o desmatamento, os incêndios, a abertura e gran-

des estradas, enfim a efetiva ocupação da Amazônia pelos seus legítimos e soberanos senhores não seja feita, sem que de fora tracem os limites do nosso esforço para gerir o que é nosso. Espero que cantem mas não entoem.

A posição brasileira nesse delicado assunto, em que se põe em brio a capacidade deste país de defender o que lhe pertence, tem sido exposta com energia pelo presidente Sarney que fala, com autoridade absoluta, em nome de toda a nação e pelas Forças Armadas, às quais incumbe como está escrito na Constituição, como tarefa principal garantir a integridade territorial e assegurar na plenitude o exercício da soberania. Para isso não é necessário convocar o Exército, a

Marinha e a Aeronáutica, cônscios que são de que faz parte de sua honra zelar pela herança que recebemos de vinte gerações, com o empenho que puseram os portugueses, desde a era pombalina, em erigir fortes para enfrentar a cobiça ou- sadia de aventureiros.

Diga-se que não agimos como xenófobos, recusando ajuda técnica e recursos financeiros que nos sejam dados

de boa fé, com espírito de colaboração e de fraternidade universal. Contam-se por centenas os viajantes ilustres, naturalistas devotados, missões religiosas autênticas, aos quais faltou a cooperação dos governos do Brasil. Não se pensa, pois, lá fora, em salvar o que realmente não está em perigo. E se perigo houvesse, ninguém mais preparado para conjurá-lo do que o povo brasileiro.

(Transcrito do *Jornal do Comércio*, de 21 de março de 1989. Artigo assinado pelo presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregesilo de Athayde)

EUA destroem reservas florestais

Matas americanas são devastadas como na Amazônia

WASHINGTON — "Façam o que eu digo. Não o que eu faço". O velho ditado pode muito bem se aplicar às atitudes americanas com relação à Amazônia. Enquanto grupos ecológicos e congressistas se entregam à nobre e bem-vinda tarefa de criticar o governo brasileiro por causa da vista grossa que faz à devastação da floresta amazônica, os Estados Unidos começam a descobrir que suas florestas estão sofrendo anualmente uma destruição de caráter amazônico e poderão estar extintas, de acordo com previsões mais conservadoras, em no máximo 30 anos.

A cobertura florestal atualmente em perigo de se desintegrar no Hemisfério Norte — uma cobiçada faixa de terra que se estende por 32 milhões de acres (começa no norte da Califórnia e termina nos confins do Alasca) — é, como sua colega amazônica, uma floresta criada em parte pela massivo índice pluviométrico da re-

gião, em média 200 polegadas por ano, que produzem árvores de 150 metros de altura e capazes de viver por quase mil anos.

Dela, ou pelo menos do que ela era originalmente, restam apenas 10%. O resto foi replantado ao longo dos últimos 100 anos. Mas o rápido índice de crescimento de atividades extractivas — em 1988, 60 mil acres de terra foram reduzidos a deserto — impede que o replantio se dê em velocidade suficiente para manter a extensão de sua cobertura. O mais grave é que esta ameaça também se estende aos restantes 159 milhões de acres de reservas naturais espalhadas pelos Estados Unidos, de acordo com um relatório sobre a situação das florestas norte-americanas que começou a circular entre grupos ecológicos de Washington.

Enquanto a devastação na Amazônia transcorre num contexto de violação dos direitos civis, de disputas de terra e num

país com pouco ou nenhum governo, a destruição aqui se dá em terras demarcadas, onde supostamente as árvores e a vida que se cria em torno delas estaria a salvo da ação do homem, e com o aval legal de seu proprietário: o governo norte-americano.

Reservas — Assim como a Amazônia, a floresta temperada americana é uma das poucas fontes de recursos para um mundo industrializado ávido por materiais de construção. Mas, ao contrário da floresta tropical, ela está em terras que foram colonizadas há muito tempo, e portanto possuem uma rede de estradas para o escoamento de sua produção que as torna um alvo predileto de companhias madeireiras do mundo todo, principalmente do Japão. Até 1982, a floresta estava relativamente a salvo das investidas dos madeireiros.

O governo permitia poucos cortes nas suas reservas naturais e proibia a derrubada de árvores novas.

A parte da floresta que estava em mãos privadas não estava livre do corte indiscriminado, mas como sua produção se destinava basicamente ao mercado interno e era processada em pequenas serrarias, o trabalho de corte era lento o bastante para garantir o plantio do que havia sido devastado.

O relatório sobre a atual situação de perigo em que vivem as últimas coberturas florestais deste Hemisfério aponta para o fato de que, em 1983, a conjunção

de dois fatores contribuiu para arrasar de vez esta política mais racional. De um lado, chegaram os japoneses, oferecendo somas irrecusáveis pela madeira. Do outro, estava no posto de secretário do Interior — o órgão governamental que tem as reservas naturais e os parques americanos sob sua jurisdição — o controvertido James Watt, um arquiconservador capaz de fazer piadas racistas e propostas absurdas sem que elas o tirassem do governo. Watt, que sempre achou o Serviço Nacional de Florestas — que cuida das árvores e parques públicos federais neste país — um escoadouro de dinheiro, propôs abrir as áreas sob seus cuidados à exploração de terceiros, para pagar pela sua proteção.

Em princípio, ninguém espera que o corte de madeira seja suspenso. "Isto seria irreal e acabaria com as famílias de madeireiros da região", analisa um ecologista. O que se quer é que o Congresso passe leis que obriguem a uma gerência mais eficiente das florestas públicas americanas.

Uma questão complicada, mas não inteiramente estranha ao contexto em que se discute a devastação da Amazônia, para onde, por sinal, no próximo domingo, viajam cinco senadores americanos, capitaneados pelo Senador John Chafee, democrata de Rhode Island. Vão ver de perto a destruição causada pelo homem à floresta. Talvez não precisassem ter ido tão longe.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, de 21 de março de 1989. Artigo assinado por Manoel Francisco Brito, correspondente do referido jornal).

Amazônia: a riqueza sob a polêmica

BRASÍLIA — As riquezas minerais existentes na Amazônia estão mapeadas desde 1987. A localização das jazidas e a identificação dos grupos econômicos nacionais e estrangeiros que as exploram constam em dois livros publicados pelo Conselho Nacional

para o Desenvolvimento da Pesquisa Científica (CNPq) — "Quem é quem no subsolo brasileiro" e "A questão mineral da Amazônia" —, organizados por Francisco Rego Chaves Fernandes. São imensas as reservas de ferro, manganês, bauxita, cobre, zinco, molibdênio, níquel,

crômio, ouro, prata, estanho, tungstênio, calcário e caulim, por exemplo.

As publicações indicam que apenas em Carajás há uma reserva de ferro superior a 17 bilhões de toneladas, quantidade que deve manter a exploração na região por pelo menos 400 anos. A bauxita da Amazônia chega a 2,5 bilhões de toneladas ainda não exploradas. A reserva de cobre alcança 1,5 bilhão de toneladas, enquanto existem cem milhões de toneladas de manganês, 47 milhões de toneladas de níquel e quase 25 mil toneladas de estanho mapeadas mas ainda não alcançadas na Serra de Carajás.

A reserva de ferro de alto teor, com 66% de pureza, é a maior existente no planeta. Ela se espalha por quatro províncias minerais de Carajás, abrangendo praticamente todo o complexo ali montado pela Companhia Vale do Rio Doce. A bauxita encontrada na Amazônia coloca o país como o terceiro produtor mundial de alumínio, superado apenas pela Guiné e pela Austrália, contribuindo com 15% de toda a produção.

A quantidade de ouro encontrada na Amazônia nunca chegou a ser especificada concretamente. O livro "A questão mineral da Amazônia" estima que desde 1977 a região produziu mais de cem toneladas do minério, mas o contrabando de ouro e a consequente não declaração de lavras são moeda comum nos garimpos.

O deputado federal e geólogo Gabriel Guerreiro (PMDB/PA) afirma que não existe no mundo região mais rica e de exploração mais fácil do que a Amazônia. O parlamentar ressalta que a exploração mineral, com exceção do garimpo de ouro, não causa maiores impactos ambientais na região.

A ocupação do subsolo da Amazônia, através de concessões dadas pelo Estado, até hoje não obedeceu a critérios rígidos de pesquisa e lavra. Uma das publicações do CNPq revela, por exemplo, que o capital estrangeiro detém 38,1% de todas as concessões de lavra fornecidas na região, cabendo ao capital nacional privado 35%. O Estado detém 26,9%. A questão da ocupação do subsolo, entre-

tanto, é matéria a ser revista pela futura legislação complementar à Constituição.

Há duas semanas, o físico José Lutzemberger, Prêmio Nobel Alternativo de ecologia em 1987, disse em Altamira, durante o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, que a exploração extrativista da Amazônia é mais rentável economicamente que a derrubada de matas para o aproveitamento de madeira:

— As riquezas da Amazônia, quando exploradas pelo processo extrativista racional, podem produzir resultados muito mais significativos ao homem do que o corte de árvores para a produção de madeira ou celulose.

O deputado Gabriel Guerreiro explica que um hectare de floresta transformado em pasto pode garantir a criação de um bezerro novo a cada ano. Este mesmo hectare de floresta nativa representa centenas de castanheiras, que podem fornecer frutos e óleo, além de ocupar socialmente dezenas de castanheiros.

A potencialidade de gás natural da Amazônia é outra questão mal debatida ou estudada no país. No ano passado, o presidente Sarney declarou que a Ilha de Marajó poderia produzir tanto petróleo quanto o Mar do Norte. Embora o potencial da bacia tenha sido superestimado, os sinais de existência de petróleo faz supor que haja uma grande concentração de gás natural. Segundo o engenheiro agrônomo Flávio Garcia, técnico do CNPq especializado em pesquisas na Amazônia, se for confirmado o potencial de gás de Marajó, "o Norte do país muda de cara". Garcia sustenta que o gás da Amazônia poderá transferir energia para o próprio Projeto Carajás, além de garantir milhares de outros investimentos na região: — Com gás natural abundante, poderemos verticalizar a produção de minério de ferro de Carajás, construindo até mesmo acriarias, sem o brutal desmatamento de matas para transformação em carvão.

Ele acrescenta que assim o Brasil deixaria "de exportar minério de ferro a preço de banana", tornando-se em produtor do melhor aço do mundo, garantido pela qualidade superior do minério de Carajás.

(Transcrito do jornal *O Globo*, de 05 de março de 1989).

Villares Control o futuro mais perto de você

Tradição, qualidade e confiabilidade são marcas registradas da Villares, um dos maiores grupos industriais brasileiros.

Apoiada nesta tradição histórica de progresso e desenvolvimento, a Villares Control S.A., especializada em informática, automação industrial e comunicações, oferece ao mercado a mais avançada tecnologia. E hoje, tecnologia significa poder estar à frente do seu tempo, preparando o salto estratégico e decisivo dos anos 90.

Trabalhando no presente com os olhos no futuro, a Villares Control atua com sistemas de automação, controle de processos, tração, microinformática, CAE/CAD/CAM, softwares aplicativos, serviços de rede, satélites, telefonia e rádio-comunicações. Além desta série de produtos e serviços, a Villares Control participa ativamente no desenvolvimento de projetos conjuntos com a Marinha e o Exército, abrindo grandes perspectivas na pesquisa de novas tecnologias.

A Villares Control S.A. tem certeza que o futuro de todos nós será bem mais simples.



VILLARES

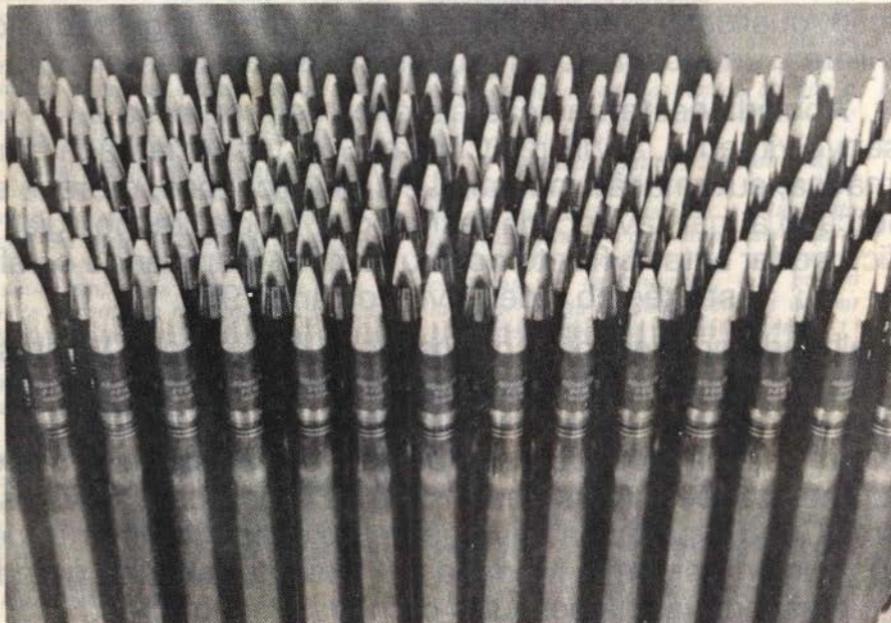
Villares Control SA
Informática Automação Comunicações

Rua Alexandre Levi, 202
Telefone: (011) 279-0467



INFORMAÇÕES

MAIS MUNIÇÃO DE 40 MM DA BOFORS PARA A OTAN



Abófors recebeu outra encomenda substancial, do Comando de Material Aéreo da Noruega, para munição L/70 PFHE Mk 2 de 40 mm. A Noruega está usando sua opção no contrato desde princípios de 1987, quando a encomenda inicial era para que a Bofors fornecesse munição pré-fragmentada de 40 mm com estopim de proximidade para elevar a qualidade dos sistemas antiaéreos noruegueses. A fabricação será empreendida em estreita cooperação entre a Bofors e a companhia norueguesa Raufoss. A entrega está programada para princípios de 1989.

É essa a segunda encomenda que a Bofors recebe, dentro de um ano, de países da OTAN para munição de 40 mm com

estopim de proximidade. Isso reforça a confiança que as forças de defesa têm na filosofia antiaérea da Bofors, que é a de aumentar a área de efeito por disparos com estopim de proximidade.

As principais vantagens do PFHE Mk 2 são maior distância de disparo e confiabilidade comprovada. O funcionamento dos estopins em disparos reais excede a 98%. Outras vantagens são a resistência ao congestionamento e a capacidade de resistir a condições ambientais severas.

Sendo a primeira a desenvolver um estopim de proximidade de 40 mm, a Bofors tem uma liderança no campo da tecnologia de munição de estopim de proximidade. Até o presente, a companhia já disparou mais de um milhão de tiros.

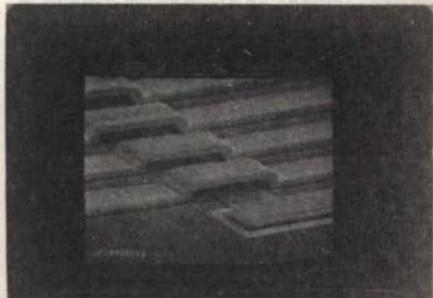
SISTEMA DE APOIO DE INFORMAÇÕES A VEÍCULO MILITAR DESENVOLVIDO PELA FIRMA PENNY & GILES

A firma Penny & Giles Transducers, em associação com a GKN Defence-Land Systems, da Inglaterra, desenvolveu um subsistema de mostradores e informações de apoio a veículo militar como parte de um posto avançado de guarnição, destinado inicialmente a veículos blindados de combate, o qual proporciona informações interfaciais primárias ao comandante e ao condutor do veículo.

No posto do condutor, um mostrador eletrônico luminescente montado num painel de controle fornece informações essenciais de direção, tais como velocidade, rpm, combustível, distância, condição dos faróis, portas e canhões. Essa tela também é utilizada para alertar o motorista quanto a problemas de marcha do veículo ou para receber instruções do comandante. Um mostrador CRT colorido, montado junto ao posto do motorista, apresenta imagens externas no vídeo, um mostrador de mapa tático, diagnósticos do veículo e informações para monitorar condições de saúde.

O comandante do veículo também tem um CRT colorido capaz de mostrar-lhe todas as informações do posto do motorista, inclusive o mapa tático, as condições de navegação e da arma.

O primeiro subsistema de instruções de apoio a veículo militar está presentemente sendo demonstrado como parte de um projeto de posto avançado de guarnição para veículos blindados de combate, que incorporam um sistema completamente integrado de tecnologia de navegação, logística e comunicações, sendo capaz de utilizar o MOD's Battlefield Intelligence Communications Systems (BICS).



Para componentes GaAs de alta freqüência, é necessário fabricar condutos de baixa capacidade. Consegue-se isso melhor com uma ponte de ar, já que o ar tem uma constante dielétrica mais baixa do que todos os isolantes sólidos. A fotografia mostra uma fileira de tais pontes de ar na tela de um microscópio eletrônico.

Nota informativa

A Penny & Giles é uma firma projetista e fabricante de subsistemas civis e militares com base em computador, bem como de equipamentos de testes de aviação por computador, de sensores e transdutores primários ambientalmente e tecnicamente avançados. A companhia tem garantia de qualidade reconhecida pelo Ministério da Defesa da Grã-Bretanha e pelo Departamento de Defesa dos EUA.

BOFORS MODERNIZA O OBUSEIRO SP

A Bofors continua mantendo sua posição de liderança na fabricação de sistemas de artilharia. A encomenda feita recentemente pela Índia do Obuseiro rebocado FH 77 B está sendo executada de acordo com o plano. A companhia também está produzindo canos calibre 39 para vários países da OTAN, com adaptação de recuo para seus obuseiros M114.

A Bofors assinou recentemente um contrato com a Administração de Material de Defesa da Suécia (FMV) para a modernização do Obuseiro SP de 155 mm ora em operação no Exército Sueco. O Obuseiro SP é um canhão caterpilar automático, motorizado, com comprimento de cano calibre 50, que mesmo pelos padrões de hoje é considerado longo. O canhão é conhecido por combinar longo alcance com alta precisão.

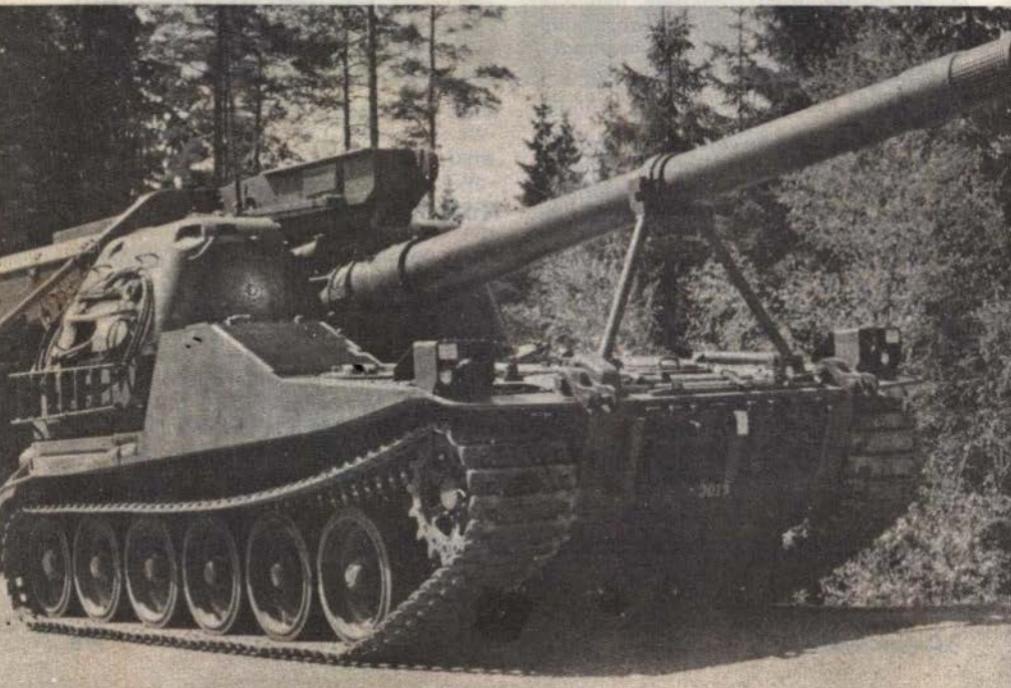
O programa de modernização inclui a substituição da carga de força e a transmissão. O novo motor é um Detroit Diesel

DDAD 6V-S3T de 300 HP e a nova transmissão automática é projetada e produzida pela Bofors. A carga de força e a transmissão serão as mesmas do S-Tank 103 com adaptação de recuo do Exército Sueco, também da Bofors.

Um protótipo com novas cargas de força já foi entregue e completamente testado por 12 meses pela Artilharia Sueca. Os resultados foram satisfatórios.

Os Obuseiros SP foram entregues ao Exército Sueco em meados da década de 60. Eles têm uma rápida cadência de tiro, com 14 disparos em 48 segundos. O peso de cada projétil é de 48 kg e a velocidade inicial é de 865 m/s. Para esse tipo de canhão estas cifras mostram que o Obuseiro SP de 155 mm, da Bofors, tem a mais alta potência instantânea de fogo do mundo.

A primeira etapa do contrato está avançada em MSEK 75 e inclui o treinamento e a documentação para a manutenção das cargas de força.



A ERICSSON LANÇA FORMADOR TÉRMICO DE IMAGENS DE ALTO DESEMPENHO

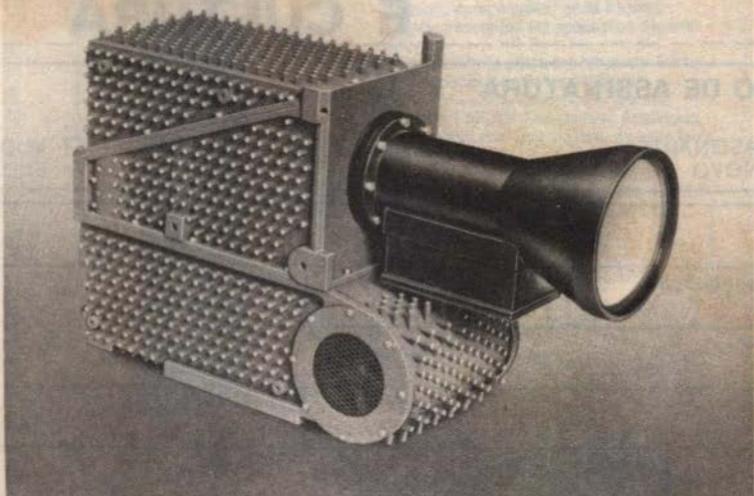


A Ericsson Radar Electronics lançou recentemente um Formador Térmico de Imagens de alto desempenho. É um modelo leve, de pequenas dimensões e baseado nos Módulos Térmicos de Imagens, que operam numa faixa de onda infravermelha de 8 a 12 μm e qualificados para aplicações em terra, mar e ar. O alcance típico de detecção contra um avião é de 25 a 40 km, e contra um helicóptero é de 25 a 30 km. A sensibilidade térmica é melhor do que 0,10C. A resolução espacial é de 0,15 mrad.

O novo Formador Térmico de Ima-

gens utiliza exploração serial-paralela e processamento de sinal digital para produzir imagens de tempo real que são apresentadas e gravadas em monitores de TV e gravadores de vídeo. Uma técnica digital de filtração possibilita que os sinais-alvos sejam detectados e rastreados contra fundos complexos.

O telescópio-padrão tem uma ampliação de 12x. Diversos telescópios para exigências de sistemas diferentes são produzidos, por exemplo, com larga abertura e telescópios de "zoom".



O Formador Térmico de Imagens da Ericsson é um novo modelo baseado em Módulos Térmicos Ericsson, qualificado para aplicações em terra, mar e ar. O alcance típico de detecção é de 25 a 40 km.



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

Palácio Duque de Caxias (térreo) Tel. 253-4628

Praça Duque de Caxias, 25

CEP 20455 Rio de Janeiro RJ

Com apenas uma assinatura anual
você organiza uma mini-biblioteca
sobre os temas mais importantes da
realidade brasileira.

ESTRATÉGIA – POLÍTICA INTERNACIONAL – GEOPOLÍTICA –
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – ECONOMIA – ADMINISTRAÇÃO
E FINANÇAS – HISTÓRIA – EDUCAÇÃO – SOCIOLOGIA

A DEFESA NACIONAL

UMA TRADIÇÃO EM INFORMAÇÃO E CULTURA

PEDIDO DE ASSINATURA

ASSINANTE
NOVO

RENOVAÇÃO

MUDANÇA DE
ENDEREÇO

Nome

Posto ou Graduação

Identidade

Profissão

Endereço

Bairro

CEP

Cidade

Estado

FORMA DE PAGAMENTO

CHEQUE NOMINATIVO nº _____ Banco _____

VALE POSTAL a favor de A DEFESA NACIONAL pagável na
Agência 520641 QUARTEL GENERAL
Rio de Janeiro – RJ

A mais avançada tecnologia: Rádio digital 5GHz série 700 Agora produzido no Brasil



Sistema de Rádio de Microondas Digital - Série 700.

Incorporando anos de experiências da NEC em tecnologia de microonda, este sistema de custo compensador pode suportar cargas crescentes em aplicações digitais diversas.

O equipamento opera em faixas de 5GHz, com capacidades de até 140Mbps.

Esse alto volume é alcançado por um multinível 16QAM (Quadrature Amplitude Modulation) para uso máximo de cada faixa de frequência.

O Rádio 5GHz - 140Mbps NEC foi o primeiro sistema Digital de alta capacidade a funcionar no país, em operação no tronco Rio-São Paulo.

NEC**NEC DO BRASIL S.A.**Tel.: (011) 285-3366 (PABX) - Telex: (011) 23669 NECB BR.
Rua do Paraisó, 387 - CEP 04103 - São Paulo - SP

O UNIBANCO É ÚNICO. MAS EXISTEM CERTOS LUGARES QUE SÃO MAIS ÚNICOS AINDA.

CAIXA
CUENTE
EXCLUSIVO



Na verdade, nem são lugares muito difíceis de achar. Eles estão bem visíveis, dentro das agências do Unibanco. E têm nome: Uniagência. A Uniagência é um lugar privativo, onde o cliente que tem a Uniconta exclusiva recebe um atendimento personalizado. Único, em outras palavras.

A Uniagência foi planejada para garantir sigilo e privacidade, evitando as interrupções desnecessárias. E que o Cliente Exclusivo vai ser atendido por seu Gerente de Contas, desfrutando de um atendimento mais eficiente.

Da Uniagência, o cliente pode acionar toda a assessoria que for necessária, movimentar suas contas, fazer as mais diversas aplicações financeiras. E se quiser sacar, depositar ou fazer pagamentos, pode usar o Caixa exclusivo, que fica na própria Uniagência. Na Uniagência Cliente Único fica mais único ainda.

UNIAGÊNCIA

UNICONTA